



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS

JÚLIA MARIA CORRÊA ALMEIDA

MOBILIDADE HUMANA E TRABALHO: a situação de brasileiros em Lethem (Gy).

Boa Vista, RR

2016

JÚLIA MARIA CORRÊA ALMEIDA

MOBILIDADE HUMANA E TRABALHO: a situação de brasileiros em Lethem (Gy).

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, em 29 de julho de 2016 da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Fronteiras. Área de concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia de Sousa

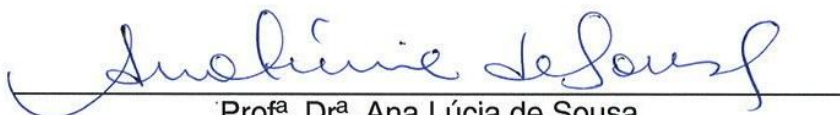
Boa Vista, RR

2016

JÚLIA MARIA CORRÊA ALMEIDA

MOBILIDADE HUMANA E TRABALHO: a situação de brasileiros em Lethem (Gy).

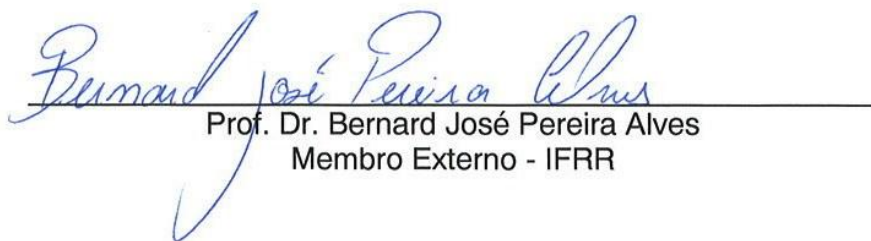
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociedade em Fronteiras. Área de concentração: Sociedade e Fronteiras na Amazônia. Defendida em 29 de julho de 2016 e avaliada pela seguinte banca examinadora:



Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia de Sousa
Orientadora – PPGSOF - UFRR



Prof^a. Dr^a. Márcia Maria de Oliveira
Membro Externo - UNIR



Prof. Dr. Bernard José Pereira Alves
Membro Externo - IFRR

A DEUS, que iluminou meu caminho durante toda esta jornada.

A meus pais Francisco e Luzia pelos valores e educação, de uma vida inteira.

A minha irmã Luziene e a meu cunhado Sylvio, companheiros em todos os
momentos.

Aos meus avós Rosa Amélia de Carvalho Corrêa e Joaquim Félix Corrêa, pais de
'coração', que estarão sempre em minha memória, e que não poderia deixar de
homenagear. Vocês fazem muita falta!

A minha família, meus verdadeiros amigos, meu esposo Alfredo, e aos meus filhos
Sebastião, Anna Beatrice e Anna Júlia, presentes de Deus, pela paciência, pelo
convívio, pelo amor e compreensão durante todos os momentos de ausência
cotidiana, desde o início deste projeto.

Com vocês compartilho minha alegria desta experiência, e dedico esta bem como,
todas as demais conquistas. Essa vitória é mais de vocês que minha!

Dedicatória

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho acadêmico é resultado de um amplo esforço coletivo, e não é simples conferir a alguém o êxito de um estudo científico, pois o fruto desse conhecimento não resulta unicamente do empenho do pesquisador, mas da dedicação e um esforço coletivo que se estabelece no decorrer de um período.

Deixo aqui meus agradecimentos a todos que de maneira direta ou indireta, colaboraram, tornando possível a construção dessa pesquisa.

Dedico este trabalho de maneira especial aos trabalhadores migrantes da fronteira Brasil/Guiana, que ajudaram a compor essa análise por meio de suas narrativas e vivências.

À minha orientadora, Professora Ana Lúcia de Sousa, exemplo de profissional, pela exigência na medida certa, pela paciência na orientação, pela compreensão nos momentos difíceis, de quem veio à valiosa contribuição para a realização deste trabalho, e ao seu empenho tornando possível a concretização dessa dissertação.

A Professora France Rodrigues, que fez parte dessa jornada, ajudando enormemente no processo de construção desse projeto, colaborando com o desenvolvimento do estudo, por meio dos ensinamentos durante as aulas ministradas, pelo apoio e incentivo à pesquisa, cujo auxílio e orientação foram inestimáveis.

A Professora Márcia Oliveira, pelo acolhimento humano, por sua solicitude, boa intenção, e pelas estimáveis considerações durante o exame de qualificação, contribuindo enormemente para o aprimoramento desta pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, que me acompanharam, agradeço pelo estímulo e contribuição.

Obrigada a todos pela paciência, pelo incentivo, pela força e principalmente pelo carinho. Valeu a pena todo esse sofrimento, cansaço e todas as renúncias.

A cada um estendo minha mais sincera gratidão e reconhecimento por todos.

Hoje estamos juntos colhendo os frutos do nosso empenho!

“Seja qual for o país, capitalista ou socialista, o homem foi em todo o lado arrasado pela tecnologia, alienado do seu próprio trabalho, feito prisioneiro, forçado a um estado de estupidez”.

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

O objetivo deste estudo é compreender o processamento da mobilidade humana laboral de brasileiros, em busca de trabalho que transcorre na fronteira do Brasil com a República Cooperativista da Guiana, na cidade brasileira de Bonfim, em Roraima, com a cidade de Lethem, na Guiana. Nesse contexto, este estudo demonstra como se concretiza a ocorrência da mobilidade humana e a ordenação do universo do trabalho no contexto da globalização da economia, proporcionando um maior entendimento acerca da temática, de natureza multidisciplinar, com perspectivas distintas, dispondo conceitos capazes de dar atenção à complexidade desse fenômeno migratório que ocorre nessa transfronteira, enfatizando as relações cotidianas da população dessa região, por meio do enlaçamento dessas comunidades translocais, bem como das transformações que ocorrem nesse espaço geográfico que, de maneira concreta, tem proporcionado mudanças de natureza econômica, cultural, política e social para os fronteiriços. A Guiana concentra trabalhadores migrantes brasileiros, legitimando uma dinâmica existente entre os dois lados da cidade. É nessa perspectiva, que encaminhamos nossa pesquisa, destacando as experiências das pessoas que transitam nessa região limítrofe, evidenciando as vivências, as dinâmicas e as particularidades sobre esse fluxo de trabalhadores brasileiros que se deslocam para o país vizinho.

Palavras-Chave: Fronteira, Mobilidade Humana Laboral, Migração Internacional, Migração Transfronteiriça, Relações de Trabalho.

ABSTRACT

The aim of this study is to understand the processing of Brazilian human labor mobility, in search of work that occurs in the border of Brazil with Co-operative Republic of Guyana, in the Brazilian city of Bonfim, in Roraima, with the city of Lethem, in Guyana. In this context, this study demonstrates how the occurrence of human mobility and the ordinance of labor universe are concretized in the context of globalization of economy, providing a greater understanding of the multidisciplinary theme with different perspectives, setting concepts able to give attention to the complexity of the migratory phenomenon that occurs in this cross-border, emphasizing the daily relationships of the population from this region, through the bonding of these trans-local communities, as well as the transformations that occur in this geographical space that concretely has provided economic, cultural , political and social changes to the border. Guyana concentrates Brazilian migrant workers, legitimizing an existent dynamic between the two sides of the city. It is in this perspective that we led our research, highlighting experiences of people who transit in this bordering region, evidencing the existence, the dynamic, the particularity about this flow of Brazilian workers who move to the neighboring country.

Keywords: Border, Human Mobility, Migration, Cross-Border Migration, Labor Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de localização da República Cooperativista da Guiana, e de Lethem, cidade guianense que faz fronteira com Bonfim/RR, município brasileiro.....	15
Figura 2	Imagem da ponte binacional Prefeito Olavo Brasil Filho sobre o rio Tacutu, que cruza o rio ligando a cidade brasileira de Bonfim, em Roraima, à cidade de Lethem, na Guiana.....	17
Figura 3	Imagens do Posto Fiscal de Bonfim/RR, na fronteira do Brasil com a Guiana.....	18
Figura 4	Imagens das embarcações que realizavam a travessia no rio Tacutu, na fronteira Brasil/Guiana, antes da construção da ponte binacional em 2009.....	19
Figura 5	Mapa da República Cooperativista da Guiana, com a localização da cidade de Lethem (Região 09 – Upper Takutu - Upper Essequibo), localizada ao sul da Guiana.....	20
Figura 6	Mapa da extensão territorial das fronteiras terrestres do Brasil.....	22
Figura 7	Mapa Político do Estado de Roraima, com a localização do município de Bonfim /RR.....	23
Figura 8	Mapa da localização do município de Bonfim /RR.....	24
Figura 9	Imagens da ponte binacional “Prefeito Olavo Brasil Filho” sobre o rio Tacutu na fronteira Brasil/Guiana.....	27
Figura 10	Mapa das Regiões Administrativas da República Cooperativista da Guiana.....	48
Figura 11	Imagens da fronteira Brasil/Guiana.....	87
Figura 12	Imagens da rua principal (Barrack Retreat) do comércio de Lethem (Gy).....	100
Figura 13	Imagem externa dos estabelecimentos comerciais em Lethem (Gy)..	101
Figura 14	Imagem dos estabelecimentos comerciais antigos de Lethem (Gy)...	102
Figura 15	Imagens de alguns produtos comercializados em Lethem (Gy).....	103
Figura 16	Imagens internas de um estabelecimento comercial em Lethem (Gy)	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Informações Básicas do Município de Bonfim/RR.....	25
Tabela 2	População residente estimada no município de Bonfim/RR (2004 à 2015).....	25
Tabela 3	Empregos formais em BONFIM/RR (2010).....	50
Tabela 4	Estabelecimentos em Lethem/Guiana que admitem em seu quadro funcional trabalhadores brasileiros.....	107

LISTA DE SIGLAS

ALC	Área de Livre Comércio
BR	Brasil
CARICOM	Mercado Comum e Comunidade do Caribe
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
DOU	Diário Oficial da União
GY	República Cooperativista da Guiana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISS	Imposto sobre Serviços
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MI	Ministério da Integração Nacional
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDFF	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
RR	Roraima
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UFRR	Universidade Federal de Roraima

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	ASPECTOS DA MOBILIDADE HUMANA INTERNACIONAL NA FRONTEIRA BRASIL/GUIANA.....	15
1.1	MIGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA.....	42
2	RELACÕES DE TRABALHO E MOBILIDADE HUMANA LABORAL: Questões para pensar a fronteira Brasil/Guiana.....	58
3	ESPAÇOS LABORAIS E CONDIÇÕES DE TRABALHO DE BRASILEIROS NA TRANSFRONTEIRA BRASIL/GUIANA.....	80
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
	REFERÊNCIAS.....	126

INTRODUÇÃO

Cada vez mais e com maior frequência e intensidade, observamos uma inclinação tanto para o aumento, quanto para a disparidade dos fluxos migratórios internacionais nas sociedades contemporâneas.

As mobilidades humanas têm despertado interesses locais, nacionais e internacionais, por se tratar de um fenômeno dos mais relevantes. Nesse sentido, é cada vez mais expressivo o interesse acerca da temática e isso tem motivado pesquisadores, instituições e projetos de pesquisa com a intenção de avançar nesse assunto e alargar o conhecimento sobre o tema em tela, que não perde a atualidade.

Inúmeras pesquisas objetivam compreender as cidades de fronteira internacional, bem como sua dinâmica social e econômica, pois esses processamentos, de natureza complexa necessitam ser interpretados por meio do conhecimento científico, com a intenção de entender essas transformações verificadas ao longo do tempo, visto que essas fronteiras não se desenlaçam, mas, ao invés disso, se reconfiguram, precisando de análises que considerem sua interação com outras áreas de conhecimento, bem como as conexões estabelecidas nessa fronteira, favorecendo um maior desdobramento da discussão sobre essa temática.

Na tentativa de contribuir nesse debate, esse estudo propõe dialogar com a questão das mobilidades humanas e a ordenação do universo do trabalho no contexto da globalização da economia, promovendo uma leitura de natureza multidisciplinar com relação às distintas perspectivas, com a intenção de dispor conceitos que sejam capazes de dar atenção à complexidade desse fenômeno fronteiriço entre o Brasil e a República Cooperativista da Guiana, enfatizando as relações cotidianas da população dessa região, bem como as transformações nesse espaço geográfico que, de maneira concreta, tem proporcionado mudanças de natureza econômica, política e social para os fronteiriços.

O aumento do fluxo de pessoas, em todo o mundo, que se mobiliza em busca de trabalho e melhores condições de vida tem se evidenciado no início do século XXI, e fez com que o tema ganhasse relevância mundial, presente nas discussões de várias nações, uma vez que, provavelmente, quase todos os países, em alguma situação de migração, constituirão esse cenário, caracterizando-se, em algum

momento, como um país de origem, de trânsito ou mesmo de destino de alguns migrantes.

O desemprego acentua um sentimento de desamparo, de exclusão e, mais que isso, provoca um estado de estranhamento com relação aos trabalhadores migrantes, gerando incertezas para essas pessoas. A incapacidade de integração no mercado de trabalho mundial desses trabalhadores desempregados que perambulam mundo a fora, gera dentre outros fatores, a exclusão desses indivíduos, bem como de seu direito à cidadania.

O atual estágio de mundialização do capital, dentre vários aspectos, tem se caracterizado pela supremacia do mercado. Para se compreender o processo de mobilidade humana é necessário entender como esse enigmático fenômeno interfere na migração. Assim, a compreensão desses fluxos migratórios traz desafios teóricos e metodológicos acerca dessa mobilidade humana, acentuando suas características, desenvolvimento e sua prática, dentre outras.

Procuramos compreender o fenômeno da migração das mobilidades humanas que ocorrem na fronteira do Brasil com a Guiana, particularmente de brasileiros em busca de trabalho em Lethem. O assunto apresentado nesta pesquisa não é inédito no campo das ciências humanas e sociais, mas, como sabemos, as relações sociais são alteradas pelos deslocamentos internacionais, hoje impulsionados como consequência de fatores como a mundialização da economia, as novas tecnologias, o barateamento dos transportes, dentre outros.

No primeiro capítulo denominado “Aspectos da mobilidade humana internacional e a fronteira Brasil/Guiana”, apresentamos uma abordagem visando oferecer elementos teóricos básicos acerca do fenômeno das migrações na contemporaneidade, bem como seus desafios, complexidades e conexões sobre o tema, quando analisados em perspectivas distintas. Nesse sentido, esperamos favorecer um panorama da problemática que envolve os estudos sobre mobilidade populacional no mundo, no Brasil e, particularmente, na Amazônia.

Na sequência, enfatizou-se as interações que ocorrem nessa fronteira, seu enlaçamento, especificamente, entre as cidades de Bonfim (Br) e Lethem (Gy), analisando esse espaço fronteiro como um lugar de movimento, de trânsito e de troca, objetivando entender a especificidade dessa mobilidade populacional nessa região de fronteira, lançando um olhar sobre a historicidade das cidades fronteiriças

de Bonfim e Lethem, seu processo de criação, sua vocação econômica e o seu contexto socioeconômico.

Em seguida, no segundo capítulo, discorreremos sobre as “Relações de trabalho e mobilidade humana laboral: questões para pensar a fronteira Brasil/Guiana”, promovendo uma discussão sobre a questão do trabalho relacionado aos fenômenos da globalização. Para tanto, é precípuo esclarecer e identificar as transformações próprias não só da categoria trabalho, mas também do mundo do trabalho, relacionado aos fenômenos da globalização. Não deixamos de considerar nessa discussão os aspectos da precarização, desregulamentação e flexibilização que afetam o labor no contexto da migração.

No terceiro capítulo, “Espaços laborais e condições de trabalho de brasileiros na transfronteira Brasil/Guiana”, desenvolvemos uma discussão, utilizando a cartografia como referência, para pontuar os espaços laborais em que estão inseridos os trabalhadores transmigrantes, bem como as condições laborais que são submetidos em suas jornadas diárias de trabalho na cidade de Lethem, na Guiana. Nessa direção, nosso interesse é compreender quais são as condicionantes desse processo de mobilidade humana internacional na atualidade e como se dá a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, considerando as recentes transformações aos quais são submetidos, em função da globalização econômica.

Por último, nas Considerações finais, apontamos algumas questões que, seguindo contextos distintos, evidenciam determinadas especificidades configuradas na execução da pesquisa referente ao processo de mobilidade humana internacional na Amazônia, particularmente, na transfronteira Brasil/Guiana.

1 ASPECTOS DA MOBILIDADE HUMANA INTERNACIONAL E A FRONTEIRA BRASIL/GUIANA

O processo de mobilidade humana não é um fenômeno novo na história da humanidade. No entanto, nos últimos anos tornou-se assunto de relevância e ganhou uma nova dinâmica em função das grandes transformações tecnológicas presentes no contexto da globalização econômica. Portanto, o fenômeno da migração vem assumindo características distintas e apresentando mudanças em relação ao perfil dos migrantes e dos fluxos migratórios.

Nesse capítulo realizamos uma discussão sobre esse novo comportamento da migração com ênfase nas mobilidades que ocorrem na fronteira do Brasil com a Guiana, particularmente de brasileiros em busca de trabalho em Lethem. Ressaltamos que a argumentação sobre o assunto apresentado nesta pesquisa não é inédito no campo das ciências humanas e sociais. Como sabemos, as relações sociais são alteradas pelos deslocamentos internacionais, hoje impulsionados como consequência de fatores como a modernização da economia, das novas tecnologias, do barateamento dos transportes, da proximidade da fronteira, dentre outros.

Na figura abaixo temos a localização da região de fronteira contemplada em nossa pesquisa.

Figura 1 – Mapa de localização da República Cooperativista da Guiana, e de Lethem, cidade guianense que faz fronteira com Bonfim/RR, município brasileiro.



Fonte: Adaptado de Guyana Times (2013).

Nesses processos de significativas transformações, compreender a conjuntura da mobilidade humana laboral de brasileiros em direção a outras nações, destacando

suas implicações e ocorrências, explicitando as possíveis adversidades econômicas, sociais e culturais dessa região, oportunizará a composição de novos entendimentos acerca da temática em questão e, além disso, faz-se necessário agregar novos fundamentos, considerando os diferentes grupos migratórios existentes na região, bem como a ocorrência de novos episódios nessa transfronteira.

Nesse capítulo, denominado “Aspectos da mobilidade humana internacional e a fronteira Brasil/Guiana”, realizamos uma abordagem visando oferecer elementos teóricos básicos com relação ao fenômeno das migrações na contemporaneidade, bem como seus desafios, complexidades e conexões, quando analisados em perspectivas distintas.

Objetivou-se compor um panorama acerca da problemática que envolve os estudos sobre mobilidade humana em geral, dando ênfase na faixa de fronteira entre Bonfim (Br) e Lethem (Gy). Nesse sentido, dissertamos sobre a articulação e o entrelaçamento dessas cidades, discorrendo sobre as interações que ocorrem nessa região, analisando esse espaço fronteiro como um lugar de movimento, de trânsito e de troca, objetivando entender as particularidades dessa mobilidade, lançando um olhar sobre a historicidade e a composição de novos entendimentos acerca da temática em questão.

Desse modo, as cidades de Bonfim, no Brasil, e Lethem, na República Cooperativista da Guiana¹, apresentam como limite geográfico natural o rio Tacutu². Essa divisa, presente entre as duas cidades, foi transposta com a abertura da ponte binacional “Prefeito Olavo Brasil Filho³”, no ano de 2009, e possui uma extensão de 230 metros. A ponte é a primeira ligação terrestre entre os países e constitui um marco simbólico de aproximação bilateral, possibilitando atender às necessidades de tráfego e intercâmbio econômico e laboral entre os dois países, conforme observamos na figura 2, a seguir.

¹ No que diz respeito a essa nomenclatura, também nos reportaremos a este país como Guiana, que significa “terra de muitas águas”. De acordo com Corbin (2009), após seu processo de independência em 1966, passou a ser denominada de República Cooperativista da Guiana.

² Segundo Veras *et al.* (2013), o rio Tacutu é um importante recurso natural, tem sua nascente na serra de Acari, na fronteira da Guiana e seus principais afluentes pelo lado brasileiro são os rios Jacamim, Arraia e Urubu.

³ A Lei Nº 11.918, de 09/04/2009, denomina a ponte binacional transposta sobre o rio Tacutu de Prefeito Olavo Brasil Filho, na BR 401, no Município de Bonfim, Estado de Roraima, divisa do Brasil com a República Cooperativista da Guiana, Publicado no DOU de 13/04/2009.

Figura 2 – Imagem da ponte binacional Prefeito Olavo Brasil Filho sobre o rio Tacutu, que cruza o rio ligando a cidade brasileira de Bonfim, em Roraima, à cidade de Lethem, na Guiana.



Fonte: Adaptado de SkyscraperCity (2005).

A ponte binacional⁴ sobre o rio Tacutu que integra os dois países, construída na fronteira entre o Brasil e a República Cooperativista da Guiana, liga Bonfim, no Estado de Roraima, à Lethem, na Guiana. A comunicação terrestre entre Brasil/Guiana ocorre pela BR 401⁵ – último trecho da rodovia do lado brasileiro –, que conecta Lethem à cidade de Boa Vista/RR por um itinerário de aproximadamente 125km de distância. A edificação da ponte é parte do projeto estratégico do Arco Norte⁶, que pretende integrar o Norte do Brasil ao Caribe.

⁴ A ponte na transfronteira Brasil/Guiana, foi inaugurada no dia 14 de setembro de 2009 pelo Presidente da República Federativa do Brasil Luis Inácio Lula da Silva e possui 230 metros de extensão.

⁵ De acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLAN (2014), um dos maiores problemas era o acesso via terrestre que dificultava o desenvolvimento de um intercâmbio comercial. No entanto, o problema do abandono foi solucionado na década de 1960, com a abertura da rodovia 401, que liga Boa Vista/RR a Bonfim. Hoje, essa rodovia encontra-se totalmente asfaltada e com boas condições de tráfego.

⁶ O Ministério de Integração Nacional – MI (2010), esclarece que a fronteira é resultante de um processamento histórico que tem por base a preocupação do Estado com sua segurança e independência. A regulamentação (Lei nº 6.634, de 1979) identifica a faixa de fronteira como região estratégica ao Estado. A base territorial das ações do Governo Federal para a faixa de fronteira estabelece como áreas de planejamento três grandes arcos, definidos a partir da proposta de

Sem dúvida, a construção da ponte intensificou o fluxo de pessoas para o país vizinho e facilitou o acesso dos moradores às duas cidades, os quais frequentemente transitam naquela fronteira, como também para as pessoas de Boa Vista e outras localidades, que se dirigem até Lethem para fazer compras. Nessa fronteira, assim como nas demais, as regras são estabelecidas pelos Estados nacionais com o propósito de controlar o fluxo de pessoas e de mercadorias nessas regiões.

No município de Bonfim/RR, existe um posto fronteiriço da Polícia Federal brasileira, localizado às margens do rio Tacutu, conforme destaca a figura 3, por onde se dá a entrada migratória para a Guiana, mediante entrega dos documentos necessários, procedimento realizado apenas para as pessoas que irão dar entrada na Guiana para a capital Georgetown – onde são exigidos passaporte e certificado internacional de vacinação contra a febre amarela.

Para os moradores da fronteira que cotidianamente transitam entre os países para efetivação de suas atividades rotineiras, bem como para aquelas pessoas que tem como destino a cidade de Lethem, não é necessária a apresentação dos citados documentos.

Figura 3 – Imagens do Posto Fiscal de Bonfim/RR, na fronteira do Brasil com a Guiana.



Fonte: Júlia Maria Corrêa Almeida. Pesquisa de Campo 2016.

reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF (2005), com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do Ministério da Integração. O primeiro deles é o Arco Norte, que compreende a faixa de fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas e os Estados de Roraima e Acre. O segundo é o Arco Central, que compreende 18 Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O terceiro é, por fim, o Arco Sul, que inclui a fronteira do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As diferenças na base produtiva e na identidade cultural foram os critérios adotados para a divisão em sub-regiões.

De fato, existe nessa região de fronteira uma mobilidade frequente de brasileiros para Lethem em busca de consumo e trabalho, movidos pela diversificação de mercadorias comercializadas nessa cidade. De acordo com Pereira (2006, p.216), “para ambos os povos, outro motivo dos deslocamentos diários é a busca por serviços públicos (saúde e educação), nos dois lados”.

Anteriormente à construção da ponte, o deslocamento de pessoas, veículos e mercadorias era realizado através de pequenas embarcações e canoas, movidas a remo ou motorizadas – caracterizado como transporte fluvial –, conforme observamos na sequência de imagens abaixo (figura 4).

Figura 4 - Imagens das embarcações que realizavam a travessia no rio Tacutu, na fronteira Brasil/Guiana, antes da construção da ponte binacional em 2009.



Fonte: Adaptado de SkyscraperCity (2005).

Nessas imagens, chama a atenção a forma precária e rústica com que era realizada a travessia no rio Tacutu. Algumas vezes, dependendo do período do ano, formavam-se filas de veículos à espera da embarcação para conseguir chegar ao país vizinho. As pequenas embarcações não ofereciam nenhuma proteção para os passageiros que efetivavam esse trajeto. Assim, a concretização da ponte proporcionou agilidade e segurança àqueles que careciam transpassar o rio para a realização de atividades cotidianas, como trabalhar, ir à escola, ter acesso à assistência médica, viajar, fazer compras, dentre outras.

O Tacutu é um rio perene, sendo possível sua navegação durante todo o ano. Esse rio é um recurso muito importante para essa região, uma vez que suas águas abastecem o município de Bonfim, são utilizadas para a agricultura, para pesca e

servem como diversão para a população fronteiriça.

Os deslocamentos identificados nessa região fronteiriça se intensificaram após a conclusão da ponte binacional sobre o rio Tacutu, que materializou a conexão terrestre nessa fronteira, facilitando o acesso, bem como estreitou as relações transfronteiriças estabelecidas entre Bonfim e Lethem. Abaixo, na figura 5, destacamos o Mapa da República Cooperativista da Guiana, dando ênfase à localização da cidade de Lethem que faz fronteira com Bonfim, cidade brasileira.

Figura 5 - Mapa da República Cooperativista da Guiana, com a localização da cidade de Lethem (Região 09 – Upper Takutu - Upper Essequibo), localizada ao sul da Guiana.



Fonte: Adaptado de Guia Geográfico América (s.d.).

Importa esclarecer nesta discussão, que os termos “migração”, “deslocamento” ou “mobilidade humana internacional” entre países, regiões e territórios fronteiriços internacionais, são usados para retratar o fenômeno da migração realizada na fronteira em estudo.

Para alguns indivíduos, essa condição de migrante é, a princípio, entendida

como uma perspectiva provisória, como parte de um processo de ascensão. Desta maneira, a região de fronteira em que se insere nossa pesquisa, será observada como um lugar social de trânsito, de movimento circular e de passagem da população nesse espaço transnacional⁷.

Sabemos que na atualidade a prática migratória internacional, particularmente na Amazônia, vem exibindo modificações no que diz respeito aos padrões de origem dos migrantes. Essas alterações, inicialmente são impulsionadas pela proximidade geográfica apresentada pela fronteira transnacional, visto que a figuração sociocultural nessa região, nos últimos decênios, suscitadas por fatores econômicos, sociais e políticos, vem corroborando tanto na constituição, como na orientação desses fluxos.

Segundo Silva (2010), a migração, enquanto processo, responde a busca da satisfação nas necessidades materiais de existência (como comida, roupa, remédios, etc.) e, fundamentalmente, corresponde à necessidade de manter vivas as pretensões/ilusões de melhorar economicamente, ascender socialmente e de efetivar seus projetos de vida. O autor complementa que esse processo de deslocamento é experimentado por homens e mulheres de maneira diferente. A presença das mulheres no contexto migratório é fundamental, seja como protagonista do projeto migratório, como estratégia de sobrevivência individual e familiar, seja na manutenção de vínculos tanto dos que partem, como dos que ficam.

Relacionando tais tendências ao nosso objeto de estudo, podemos inferir, de forma preliminar, que esses deslocamentos surgem em consequência da carência de postos de trabalho no município de Bonfim, cidade brasileira que faz fronteira com Lethem, na Guiana.

Destarte, valemo-nos desses estudos para compreender e explicar como ocorrem os deslocamentos em busca de trabalho – ou conforme postulado pelo autor Ricardo Antunes, em busca do labor – por parte de brasileiros que residem no Município de Bonfim-RR, país vizinho da Guiana, em especial na cidade de Lethem.

De acordo com o IBGE (2015), o Brasil é um dos países mais extensos do mundo, ocupando uma área territorial de 8.515.767.049km²⁸, dos quais 15.719km

⁷ Para uma melhor compreensão sobre a questão do transnacionalismo, ver Alvarez (2008, p.02): “trabalhadores migrantes nas fronteiras do Brasil com os países do Mercosul”.

⁸ Segundo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, foi mantida a extensão territorial do Brasil, publicada no DOU nº 118 de 22/06/2016, conforme Resolução nº 02 de 21/06/2016, Seção 1,

correspondem a áreas de fronteiras terrestres com os países da América do Sul, possuindo 958km de fronteira internacional terrestre com a República Bolivariana da Venezuela e 964km com a República Cooperativista da Guiana.

O Brasil configura-se como o maior país do Continente Sul-americano, sendo superado em termos de extensão territorial pela Rússia, pelo Canadá, pela República Popular da China e pelos Estados Unidos. Possui limites territoriais ao Norte com a Venezuela, a Guiana e o Suriname, ao Noroeste com a Colômbia, ao Oeste com a Bolívia e o Peru, ao Sudoeste com a Argentina e o Paraguai e ao Sul com o Uruguai, conforme apontamos na figura 6 a seguir.

Figura 6 - Mapa da extensão territorial das fronteiras terrestres do Brasil.

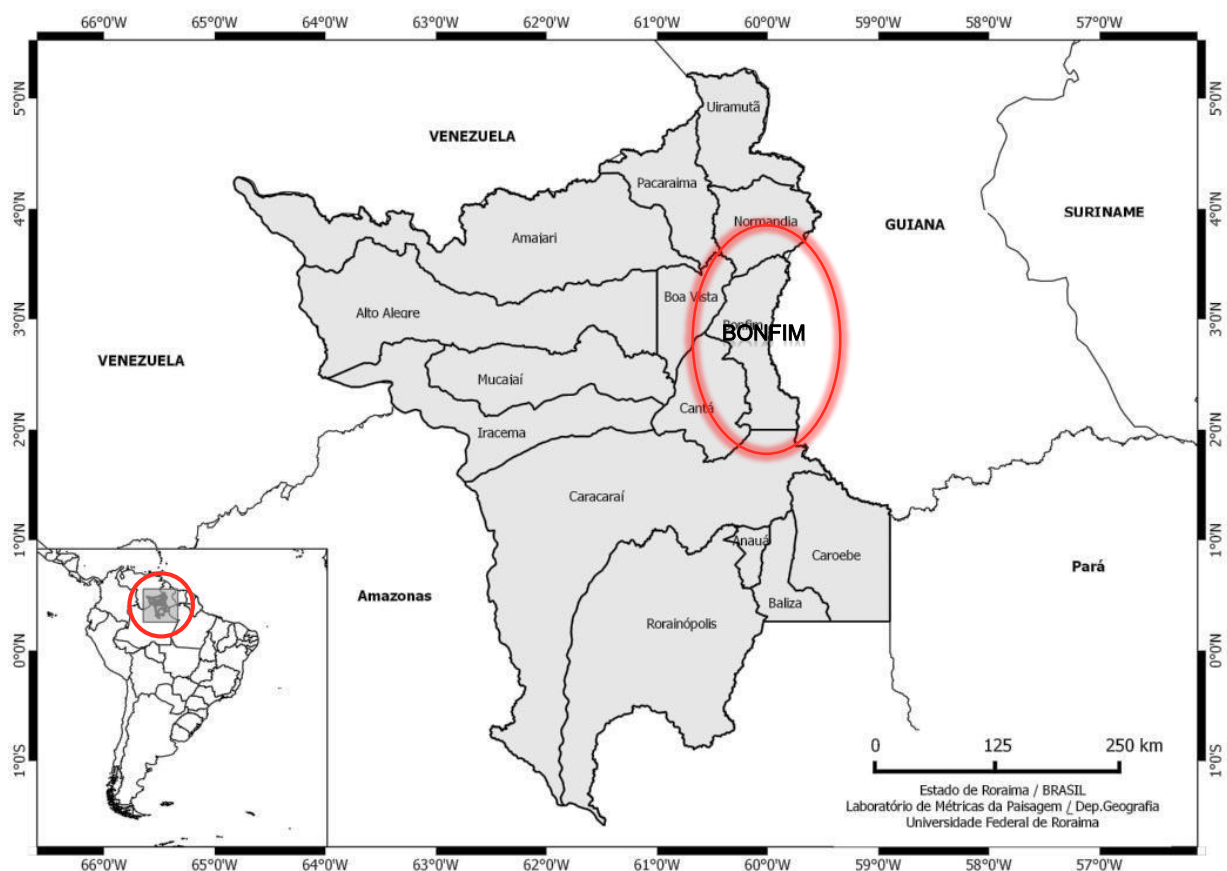


Fonte: Adaptado de PADOGEO (s./d.).

A fronteira, objeto deste estudo, encontra-se no Estado de Roraima, que é uma unidade da federação brasileira localizada na porção mais setentrional do Brasil,

com uma extensão territorial de 224.301,080 km², que corresponde a 2,6% da superfície do Brasil, estando a maior parte de seu território acima da linha do Equador. Roraima limita-se ao Norte com a Venezuela e a Guiana, ao Leste com a Guiana e o Pará, e à Oeste com o Amazonas e a Venezuela, e ao Sul com o Amazonas. Roraima pertence à Região Norte do Brasil, composta pelos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e está dividido politicamente em 15 municípios: Boa Vista, Mucajaí, Caracaraí, Rorainópolis, São João da Baliza, Caroebe, São Luiz do Anauá, Bonfim, Normandia, Alto alegre, Amajari, Pacaraima, Cantá, Iracema e Uiramutã. Abaixo, na figura 7, observamos o mapa de Roraima, onde visualizamos os municípios fronteiriços, dentre eles o município de Bonfim que faz limite com a Guiana.

Figura 7 - Mapa Político do Estado de Roraima, com a localização do município de Bonfim /RR.

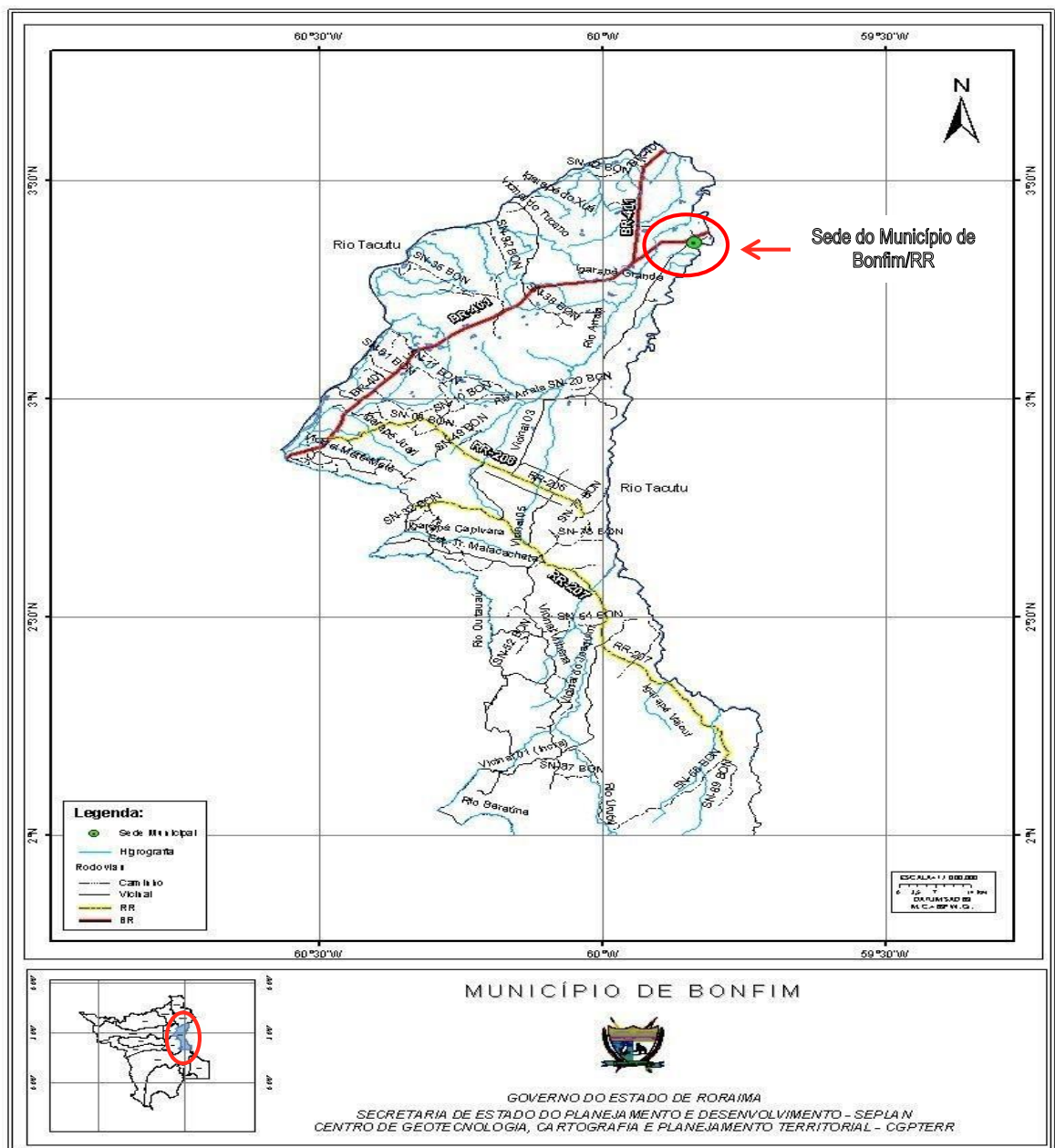


Fonte: Adaptado de UFRR (s./d.).

A cidade de Bonfim, região fronteiriça analisada, localiza-se na porção Nordeste do Estado de Roraima, limitando-se ao Norte com Normandia, ao Sul com

Caracaráí, a Leste com a República Cooperativista da Guiana e a Oeste com o município de Boa Vista e Cantá. A figura 8 apresenta a localização da sede de Bonfim, conforme o mapa abaixo.

Figura 8 - Mapa da localização do município de Bonfim /RR.



Fonte: Adaptado de SEPLAN/CGPTERR (2012).

As informações que apresentamos na tabela 1, a seguir, são as mais recentes, uma vez que a dinâmica, sobretudo populacional, sofre constantes alterações em razão dos acontecimentos relacionados aos mais variados fatores.

Tabela 1 - Informações Básicas do Município de Bonfim/RR

Variável	Ano	Resultado
Extensão Territorial	-	8.095, 421 km ²
População (estimativa)*	2016	11.843 hab
Densidade demográfica (estimativa)*	2016	1,46 (hab/ km ²)
Representatividade da população do município na população do Estado de Roraima	2013	2,36%

Fonte: Adaptado de IBGE, PNUD e SUFRAMA (2014).

De acordo os dados apresentados a seguir na tabela 2, verificamos que a população de Bonfim, nos anos de 2004 e 2005, praticamente se manteve. Já no ano de 2006 ocorreu um aumento dessa população, no entanto, no período de 2007 à 2010, houve uma redução populacional, conforme exposto na tabela 2.

Tabela 2 - População residente estimada no município de Bonfim/RR (2004 à 2016)

Ano	População
2004	12.162
2005	12.626
2006	13.220
2007	10.231
2008	10.604
2009	10.726
2010	10.943
2011	11.067
2012	11.188
2013	11.525
2014	11.632
2015	11.739
2016	11.843

Fonte: Elaborado a partir de SEPLAN (2014), IBGE/Informações Estatísticas Estimadas.

Importante observar que, desde 2011, vem se observando um crescimento da população local, que se confirma na estimativa populacional do ano de 2016 com 11.843 habitantes e uma densidade demográfica de 1,46 hab/km², de acordo com dados do IBGE. Essa alteração na densidade demográfica é percebida, por exemplo, quando analisamos os dados da variação populacional residente de Bonfim/RR,

conforme observamos anteriormente na tabela 2.

A tabela acima permite acompanhar a evolução do crescimento populacional do município de Bonfim, num período de 13 anos. Segundo esses dados, percebemos que houve um período que ocorreu uma redução do contingente populacional de Bonfim, marcadamente no período de 2007 a 2010. Logo depois, no ano de 2011, o número de habitantes apresenta um pequeno crescimento, que vai se constituindo pouco a pouco.

Uma das hipóteses para esse crescimento é justamente a inauguração da ponte, que junto com o incremento no comércio de Lethem, potencializou o trânsito entre as duas cidades.

Em se tratando da migração laboral, o processo de sobrevivência dos moradores da fronteira envolve a busca incessante de obtenção de renda para a manutenção e ascensão dos indivíduos e seus membros familiares. Dessa forma, acreditamos que é a procura por emprego o principal impulsionador dessas mobilidades de trabalhadores brasileiros para Lethem, na República Cooperativista da Guiana, que buscam oportunidades empregatícias no país vizinho, permitindo, assim, a manutenção de famílias em Bonfim, Brasil.

Vale ressaltar que esse fluxo, em algumas situações, não se concretiza como fruto de uma escolha voluntária, mas surge em função da necessidade de assegurar suas próprias necessidades, pois a liberdade de movimento deve estar em consonância com a necessidade de sobrevivência.

Bonfim (RR) e Lethem (GY) representam espaços em que ocorrem deslocamentos de curta distância e, nesse contexto, essa pequena distância entre os países leva a um aumento da circularidade populacional nessa área fronteira, tendo em vista que as relações entre Brasil e Guiana se tornaram cada vez mais próximas à medida que o governo brasileiro viabilizou o acesso terrestre com o país vizinho com a conclusão da ponte⁹ sobre o rio Tacutu (figura 9, a seguir). Verificamos que as relações entre essas cidades se tornaram mais frequentes.

De acordo com Cardoso, Moura e Cintra (2012), essa faixa de fronteira do Brasil é dotada de complexidades e peculiaridades que a tornam especial em relação ao restante do país, em função de sua posição geográfica estratégica, vez que esses

⁹ A construção da Ponte Binacional “Prefeito Olavo Brasil Filho” em 2009, intensificou a mobilidade dos moradores na região, que frequentemente transitam na fronteira, bem como das pessoas de Boa Vista e demais localidades que trafegam naquela fronteira para fazer compras em Lethem (Gy).

municípios podem ser considerados limítrofes e não-limítrofes¹⁰.

Figura 9 - Imagens da ponte binacional “Prefeito Olavo Brasil Filho” sobre o rio Tacutu na fronteira Brasil/Guiana.



Fonte: Júlia Maria Corrêa Almeida. Pesquisa de Campo 2016.

A fronteira internacional Bonfim (Br) e Lethem (Gy) apresenta particularidades quando comparadas às demais regiões do país, pois nesses adensamentos

¹⁰ O Ministério da Integração Nacional (2010), esclarece que em função da localização geográfica dos municípios em relação à linha de fronteira, esses são divididos em dois grandes grupos, os lindeiros e os não-lindeiros. Os municípios lindeiros podem ser subdividido em três subgrupos: a) aqueles em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não configurar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho (cidades-gêmeas); b) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede não se localiza no limite internacional; e ainda, c) aqueles que o território faz divisa com o país vizinho, mas a sede localiza-se fora da faixa de fronteira.

populacionais, caracterizados pelas cidades-gêmeas¹¹, as fronteiras apresentam uma dinâmica social, econômica, política e cultural diferente. Desse modo, nesses espaços de fluxos contínuos, ocorrem encontros de sistemas socioeconômicos diferentes, favorecendo que nessas regiões se estabeleçam relações transfronteiriças próprias.

Esse fluxo, no caso específico da fronteira Brasil-Guiana, é motivado por redes de comércio e serviço. Desse modo, essa mobilidade populacional na fronteira se origina das redes sociais e das relações de parentesco que tem lugar nesta área de fronteira. Elas são fortalecidas e consolidadas por meio das relações sociais realizadas continuamente neste espaço transfronteiriço.

Para Baines (2006), nesta fronteira internacional, onde o transnacional, o nacional e o local coexistem, os povos indígenas Makuxi e Wapichana possuem uma história de colonização e contatos contínuos com os regionais das duas nações por mais de dois séculos.

Os processos históricos constituídos entre esses indígenas da fronteira Brasil/Guiana, se processaram promovendo uma interação entre os regionais e os índios. Dentre os autóctones que habitam essa região, merece destaque os Wapichanas e os Macuxis, que para Baines (2004), “constituem populações de milhares indivíduos espalhados em situações distintas”.

Existe um contingente populacional de etnias diferentes, observado em ambos os lados da fronteira, que são provenientes de processos migratórios ou indígenas, compondo uma complexa composição socio-cultural nesse espaço geográfico. Assim, para compreender essa área de interação, é necessário que se analise todo o contexto histórico dessa região de fronteira, bem como, a organização desses países, o Brasil, uma ex-colônia portuguesa e a Guiana, ex-colônia holandesa, em seguida inglesa, desde seu processo de independência.

Neto (2005) enfatiza que as ligações transfronteiriças estabelecidas entre as cidades apresentam-se como lugar importante de comunicação, por onde transitam de um país para outro os migrantes e os trabalhadores informais. A concomitância desses elementos faz dessa fronteira um lugar incomparável.

¹¹ Segundo o Ministério da Integração Nacional (2014), cidades-gêmeas são adensamentos populacionais separados pela linha de fronteira – seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura e apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira.

Todas as relações étnicas e interétnicas incidem sobre a diversidade cultural da fronteira. Tudo se constitui em função daquilo que cada grupo de indivíduos acumula e partilha e que podem ser mensuradas por meio de suas memórias, conquistas e seus saberes. Com isso, essas redes que conectam as pessoas são capazes de criar um território em constante movimento. Desse modo, a fronteira se estabelece como um lugar de constantes trocas. Esse espaço oportuniza a compreensão de como essas sociedades se compõem, se formam e se organizam.

Neste aspecto, Baines (2004) confirma que nessa fronteira internacional entre Brasil e Guiana se desenvolvem processos históricos e socioculturais entre os povos que habitam essa região. Dessa forma, as etnias se caracterizam como transnacional, onde as nacionalidades e etnias distintas se justapõem em complicadas manifestações de identidades, podendo aparentar divergência e imprecisão do ponto de vista de um desconhecido, mas, no entanto, na perspectiva dos moradores da fronteira não existe nenhum problema, pois para eles os contextos em que estão imersos parecem naturais. Nesse sentido, atualmente, muitos deles possuem nacionalidade brasileira e/ou guianense. Para o autor, nesta região, as questões de nacionalidade e etnicidade são muito acentuadas, revelando sua complexidade.

As experiências e conhecimentos adquiridos em função dos contatos nessa área de fronteira são motivados pelas relações de trabalho, etnia, parentesco, lazer, relações de comércio, enfim, em função das situações praticadas no processo de mobilidade populacional para trabalho.

Vale ressaltar que os laços firmados no contexto das relações sociais e reorganizados nos processos de deslocamentos ultrapassam as barreiras geográficas impostas pelas fronteiras físicas. “E é exatamente esse espaço ocupado pela nacionalidade que tende a se internacionalizar, graças ao processo de transnacionalização” (OLIVEIRA, 2005, p.15).

Esses esclarecimentos são consideráveis no que se refere ao processo decorrente da combinação das relações interétnicas, propiciando a percepção desse fenômeno em suas múltiplas circunstâncias (culturais, econômicas, demográficas, políticas, geopolíticas, dentre outras), como características dos Estados nacionais, agentes da perdurabilidade da identidade e etnicidade que se processam nas zonas fronteiriças.

As discussões acerca das nacionalidades em regiões de fronteira ressaltam a multiplicidade das interações que ocorrem nesses espaços, preordenando as relações interétnicas. Desse modo, entendemos que a etnicidade é uma forma de convívio entre os moradores da fronteira, uma vez que se opera no contexto social. Assim, os territórios fronteiriços se estabelecem com zonas de fricção interétnica, constituindo circunstâncias próprias para a edificação social da diferença nacional, determinando uma complexa situação sociocultural.

Segundo Baines (2004), alguns indígenas¹² da fronteira Brasil-Guiana tiveram seus territórios separados pela margem fronteiriça traçada entre o Brasil e a Guiana, desde o período colonial. Nesse sentido, considerando-se a atual divisão administrativa da República Cooperativista da Guiana, destacam-se as regiões 8 (Potaro-Siparuni) e 9 (Upper Takutu – Upper Essequibo), onde vivem, respectivamente, 24,95% e 8,63% dos indígenas. Os povos indígenas do maço guianense se compõem através do processo de fusão e fissão de grupos étnicos. Esses povos apresentam uma narrativa de colonização e contatos intensos com os regionais dos dois países.

Desse modo, acreditamos que nessa região fronteiriça, em função dessa diversificação, existem grupos populacionais distintos, originando uma situação social e cultural exclusiva nas cidades ao longo da linha da fronteira Brasil-Guiana.

Baines (2013) evidencia uma nova realidade experimentada pelos povos indígenas, pois estes passam por um momento de ressignificação na fronteira Brasil-Guiana em função da implantação de iniciativas com objetivo de integração econômica. Esses povos vivem em ambos os lados da fronteira, transitando entre os dois países, pois possuem documentação oficial em ambos, apresentando-se conforme o país em que se encontra. Segundo o autor, existe uma preocupação relacionada às eventuais consequências vinculadas à edificação da ponte bilateral sobre o rio Tacutu, temendo que tais ações governamentais precipitem um formato de crescimento econômico da região, que ameace as terras tradicionais dos indígenas.

Geralmente as articulações entre as populações são mais marcantes em regiões fronteiriças, promovendo acordos comerciais, laços de amizade e até

¹² Importante ressaltar que nosso objetivo não é trabalhar com os indígenas, pois em nossa pesquisa centramos nosso estudo nos trabalhadores brasileiros que trabalham em Lethem, embora seja importante esse conteúdo, no entanto, não iremos nos aprofundar nessa temática.

afetivos, condicionadas pelo contínuo movimento de pessoas e mercadorias, dados pela mobilidade humana diária em busca de serviços e trabalhos oferecidos no país vizinho, do outro lado da fronteira.

Partimos do pressuposto de que essas articulações que ocorrem nesses limites territoriais são espaços que desencadeiam relações de convívio e compõem, como demonstramos adiante, uma paisagem exclusiva, um espaço social transfronteiriço marcado por diversidades, sendo produtos dos processos das dinâmicas, dos fluxos e das relações constituídas nessas fronteiras.

Segundo Alvarez (2008), as áreas fronteiriças, bem como suas especificidades, são lugares especiais para se reflexionar o processo de articulação entre as nações. Desse modo, as fronteiras, como limites internacionais, são linhas imaginárias que delimitam países soberanos. As fronteiras apresentam uma conexão social extraordinária que enlaçam a população em movimento de ambos os lados de uma relação translocal. A transfronteira, caracterizada por Marcano (1996), dispõe de dinâmica exclusiva, “translocal” – que é distinta da internacional –, e estas individualidades translocais se fazem mais visíveis no caso das cidades instituídas ao longo da linha da fronteira, de forma que:

A região de fronteira é especialmente sensível ao processo de integração. A fronteira internacional, que teve um lugar privilegiado para a construção da idéia de nação no passado, transforma-se em um cenário igualmente relevante para a construção do mercosul. [...] As ambiguidades desse espaço social, decorrem, em parte, da própria polissemia do termo, pode ser a fronteira como limite, como linha imaginada ou fronteira como frente de população em movimento. Os migrantes podem realizar uma migração para estabelecer-se definitivamente no país vizinho, ou podem cruzar periodicamente, morando de um lado desta linha e trabalhando em outro (ALVAREZ, 2008, p.2).

Essa explanação enfatiza as peculiaridades que interagem nesse espaço transfronteiriço, revelando uma relação contínua, caracterizando a região de fronteira como um lugar de articulação, um lugar onde esses sujeitos compõem novas formas de estabelecer seu cotidiano, possibilitando uma maior aceitação na sociedade receptora, atribuindo a esses espaços geográficos uma configuração de multiplicidades e constantes permutações, ou seja, reproduzem a pluralidade que qualificam essas práticas fronteiriças.

Nesse sentido, não existe apenas um entrelaçamento entre essas cidades fronteiriças, existe uma constante e vívida mobilidade que se caracteriza por

intermédio dos deslocamentos rotineiros desses indivíduos, entre o seu local de moradia e o local de trabalho.

Nesse contexto, ao pronunciar-se sobre a condição demográfica da contemporaneidade, Heidemann (2010, p.18) enfatiza que:

Migração e a mobilidade se tornaram duas das mais utilizadas palavras-chave das sociedades contemporâneas. A situação demográfica atual do mundo inteiro é fortemente caracterizada por deslocamentos populacionais volumosos (idas, voltas e circulações), de uma ordem numérica nunca vista antes. [...] A migração não é um processo possível de ser explicado, a partir de si mesmo; não é um fenômeno de uma mudança meramente cultural, na qual se demonstra um novo caráter “nômade” ou até aquela “essência humana” propriamente nômade, como alguns filósofos pós-modernos afirmam. Portanto, a migração deve ser explicada apenas como um fenômeno da história social concreta.

Como se nota na explicação acima, a demografia mundial vem se transformando em função desses deslocamentos humanos, que sempre estiveram presentes e foram determinantes em vários momentos na história da humanidade.

No entanto, o que de fato ocorre na atualidade, por obra das mudanças apresentadas pelo modelo econômico globalizado, é o aumento na diversidade, intensidade, bem como na dispersão desse fluxo pelo globo. Os deslocamentos humanos na sociedade moderna permeiam as transformações que vem ocorrendo, configurando uma nova demografia mundial que favorece a difusão desse fenômeno através do espaço.

Vale destacar que não há consenso entre autores com relação à utilização de um termo comum, ao se reportarem ao processo migratório. Desta forma, optamos então por mencionar os termos “movimento”, “mobilidade” ou “deslocamento” para designar o ‘vai e vem’, ou seja, a dinâmica populacional internacional diária, o trânsito para outra localidade, podendo implicar ou não na transferência temporária ou definitiva de residência. Para Baeninger (2013, p.28), “não é possível traçar uma fronteira clara entre o que é uma mobilidade temporária do que é uma migração, e por isso a recomendação é compreendê-las de forma simultânea”.

Ressaltamos que a Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2015, informa que o termo “migrante” firma-se como a melhor nomenclatura para designar as pessoas que experimentam e vivenciam o deslocamento. Segundo a OIM, os “migrantes” estão conectados ao mesmo tempo as sociedades de origem e as de destino, fator que evidencia a heterogeneidade desse grupo de indivíduos. De

acordo com Heidemann (2010), na atualidade os deslocamentos humanos apresentam uma nova feição, de forma que

A migração contemporânea ainda tem uma nova qualidade, porque não é mais limitada a determinadas arrancadas não-simultâneas da modernização em diversos territórios nacionais ou regionais, mas é universal e global, ela consolida-se em todos os lugares simultaneamente e se demonstra em novas dimensões (HEIDEMANN, 2010, p.20).

Portanto, a mobilidade internacional requer uma apreciação atenta e diversificada, levando em consideração sua transversalidade e implicações, necessitando da elaboração de novos conceitos e novas perspectivas, capazes de captar suas especificidades contemporâneas.

O termo migração e mobilidade, conforme demonstrado, compõe abordagens conceituais que expressam multiplicidades e similaridades e, conseqüentemente, suas análises são realizadas de acordo com as especificidades de cada área de conhecimento acerca desses movimentos, considerando suas conseqüências, os símbolos, as transformações culturais e sociais, pois os processos migratórios carregam consigo interações.

Nesse seguimento, Cunha (2011), questiona a respeito das reflexões teóricas e metodológicas e quanto ao significado das adversidades, desafios e cuidados que permeiam os estudos relacionados à “mobilidade populacional”, inferindo se poderiam ser realizadas de modo direto, utilizando o termo migração. Será que faz realmente sentido reflexionar o fenômeno em outra condição? Para o autor, sim, visto que o vocábulo mobilidade retrata a idéia de “habilidade” de mover-se no espaço, evento que pode abranger não somente a migração entendida como mudança de ambiente e moradia. De acordo com o autor, nesse contexto fica bem mais promissora a possibilidade de se pensar em mobilidade.

Assim, seja em termos de migração ou mobilidade, ao abandonar esse caráter de residência e fixidez, pretendemos evidenciar, necessariamente, que esta fronteira possui particularidades que a tornam ímpar, ou seja, as pessoas possuem casas, moradias nos dois lugares no sentido de lar, famílias, e estão organizadas lá e cá.

Vele mencionar, que o trabalhador migrante realiza uma mobilidade laboral corriqueira, tendo em vista que esse indivíduo não se transfere definitivamente, ao invés disso, experimenta uma vida dupla, ou seja, vai trabalhar e volta todos os dias, constituindo assim, laços sociais e estratégias de interação nos dois lados da fronteira. Entretanto, como se processa essa prática habitual na consciência dessas

peças, na sua vida cotidiana? Esses trabalhadores continuamente concretizam o fenômeno da transnacionalidade para o trabalho. Mas, contudo, como esses indivíduos concebem esses limites? Será que para o trabalhador migrante e para o fronteiriço isso realmente acontece?

Esse trabalhador migrante é ao mesmo tempo, um brasileiro e um trabalhador internacional, pois ele ganha a vida lá, mas ele também é conceituado do lado de cá como um trabalhador.

São, portanto, o que Malheiros (2012), chamou de transmigrantes, isto é, migrantes cujo cotidiano depende de múltiplas e constantes interconexões através das fronteiras nacionais e cujas identidades públicas são configuradas em relação a mais de um estado-nação. O vaivém migratório e a pertença, em simultâneo, a dois ou mais espaços com circularidades (dos migrantes ou dos seus familiares e descendentes), caracterizam as comunidades transnacionais que, segundo o autor, o indivíduo pode pertencer, simultaneamente, a dois mundos e participar de ambos, mesmo que o faça a distância.

Entretanto, em nossa perspectiva é relevante mencionar que, esse transmigrante expressa um diferenciativo - a periodicidade da mobilidade transfronteiriça - pois é dessa maneira que se estabelece a 'translocalidade laboral', ou seja, diariamente trabalhadores fronteiriços perpassam a fronteira, constituindo uma transnacionalização rotineira. Em nosso estudo enfatizamos um sujeito que se desloca, que se transnacionaliza cotidianamente, e assim sendo, não determina uma migração laboral permanente.

Desta forma, mesmo que esses transmigrantes não permaneçam um período prolongado, o movimento de "ir" e "vir", do "lá" e "cá" ocorre com frequência. Esses moradores possuem laços familiares nos dois lados da fronteira. Nesse sentido, não importa onde é sua moradia, seja em Bonfim ou em Lethem, o que importa ressaltar aqui, é a dinâmica laboral, como dissemos, que ocorre nessa região.

Entendemos que o fenômeno do transnacionalismo se refere à uma categorização contemporânea da mobilidade populacional internacional, mas com aspectos próprios, uma vez que sua ocorrência se ajusta em função das interpenetrações da mútua conexão dessas sociedades - emissora e receptora -, propiciadas pelos fluxos migratórios que ocorrem em regiões de fronteira internacional, favorecendo a integralização, tanto econômica, como sociocultural. Relevante mencionar que só encaixam nessa concepção os migrantes que praticam

as múltiplas relações que ultrapassam as fronteiras geográficas e que nesse processo conservam seus vínculos com as redes sociais, ou seja, ser de lá e de cá ao mesmo.

Ademais, esses transmigrantes possuem múltiplas nacionalidades, redes de apoio, laços de parentesco nessas comunidades e isso não caracteriza fixidez, pois em suas práticas diárias se mobilizam constantemente nesses espaços. Desta forma, a ênfase neste trabalho é a categoria da mobilidade para revelar essas especificidades de variabilidade e de trânsito contínuo entre os dois lugares e, com isso, o pertencimento a um e outro lugar sem restrições.

Essa concepção dialoga com as argumentações apresentadas por Castles e Miller (2004), em que a teoria transnacional enfatiza que nos últimos anos novos vínculos têm se estabelecido entre as sociedades a partir do processo migratório e, assim sendo, surge um novo corpo teórico sobre o “transnacionalismo” e “comunidades transnacionais”, apresentando a globalização econômica, as novas tecnologias, a comunicação e os transportes como facilitadores da manutenção dos vínculos sociais do migrante nas áreas de origem. Neste sentido, os autores caracterizam a comunidade transnacional, de forma que:

El término transmigrante puede utilizarse para identificar a la gente cuya existencia se ve moldeada por la participación en las comunidades transnacionales basadas en la migración. Debe evitarse el uso excesivo del término: la mayoría de los migrantes todavía no se ajustan a ese patrón. Los migrantes laborales temporales que permanecen en el extranjero por algunos años envían dinero, se comunican con sus familias en el terruño y las visitan ocasionalmente no son transmigrantes. Tampoco lo son migrantes permanentes que se van para siempre y simplemente conservan un contacto laxo con su tierra e cuando esto se aplica a un grupo de personas, entonces se puede hablar de una comunidad transnacional (CASTLES; MILLER, 2004, p.43-44).

A noção de transnacionalismo em Castles e Miller (2004) expressa, de forma concisa, as características do transmigrante no contexto da migração. Dentre suas particularidades, os autores enfatizam que as pessoas conservam contatos com sua terra de forma contínua, pois na oportunidade que os migrantes perdem essa interconexão ou optem pela fixação permanente no local de destino ou então optem pela desconexão com o local de origem, perdem a lógica do transnacionalismo.

Nessa significação, Freitas (2013) assevera que o debate sobre o transnacionalismo ocorre no início dos anos 1990 por antropólogos que começavam a utilizar o termo “transnacional” e “transmigrante” para caracterizar as

especificidades dessas dinâmicas. Esses fenômenos transnacionais referem-se aos vínculos estabelecidos entre origens e destinos, em torno da dimensão familiar, econômica, social, religiosa e política, podendo até mesmo cruzar as fronteiras geográficas, políticas e culturais em ambas as sociedades.

Todavia, importa ressaltar que esse debate acerca do transnacionalismo, enquanto novo modelo, surge em um período marcado pela globalização econômica e ressalta nas ciências humanas o fortalecimento dos movimentos de pessoas, ideias e objetos, entre as divisas nacionais.

Almeida e Baeninger (2013) colaboram esclarecendo que o século XXI anuncia o cenário da mobilidade. Para as autoras, esse é um aspecto importante, visto que pessoas, mercadorias e informações se deslocam pelo planeta e espaço e tempo estão adquirindo novos significados. Mesmo o controle das fronteiras se apresentando de forma mais rigorosa, a ocorrência dos fluxos internacionais tem se intensificado e o debate teórico acerca da migração deverá ser reavaliado, considerando seus limites explicativos. Essa reflexão envolve orientações metodológicas para os novos modelos teóricos, pois oferece melhores resultados considerando abordagens conciliatórias das perspectivas micro e macroestruturais do contexto social. Compreendemos que as transformações apontadas pelas autoras acerca da avolumação do processo de mobilidade populacional são verdadeiras, pois vivenciamos momentos onde os avanços dos meios tecnológicos ampliam as oportunidades de múltiplas naturezas.

Essas circunstâncias insinuam que os estudos contemporâneos pautados na temática são indispensáveis para oportunizar um diálogo mais estreito e que favoreça possibilidades de compreensão desse fenômeno em uma perspectiva mais abrangente.

Contudo, voltamos nossa atenção à mobilidade humana internacional e nesse contexto entendemos que os questionamentos presentes nesse estudo não perdem importância, pois acreditamos na possibilidade de aproximação entre os termos mobilidade e migração. Na atual literatura acerca da temática, enfatiza-se que em alguns momentos é difícil separar esses termos. Desta forma, Flores (2010, p.7), assevera que

Estas distintas dimensiones de la movilidad y mostrar cómo ellas remiten a jerarquias espaciales y temporales. Nos interesa dar cuenta de la organización de colectivos que no solo se trasladan de un lugar (origen) a outro (destino), sino que son capaces de circular, de recorrer espacios y de

apropriarse de ellos “produciendo territorios”, participando en la creación de riquezas y de nuevas identidades sociales. [...] la aceleración de los movimientos de población, su gran heterogeneidad y complejidad, la diversidad de los circuitos migratorios y la composición de sus flujos, la diversidad de actores que hoy se involucran en estos movimientos, cobrando visibilidad los procesos de feminización y etnización de la migraciones. No obstante, entre las cambios más importantes de la era de moderna está el hecho de que la migración se ja transformado en un fenómeno de movilidad.

A autora chama atenção para o aumento da intensidade do processo de mobilidade humana enquanto fenômeno, mas concentra sua análise nas transformações provocadas pelos migrantes como parte dessa interação circular, capazes de modificar os espaços, realizar trocas culturais, constituir novos laços e produzir identidades sociais. Dessa forma, “a noção de migração se associa à de mobilidade” (MENEZES, 2012, p.33). Com relação às particularidades, conexões e diferenças que envolvem a temática da migração, Menezes (2012, p.34) nos diz das

dificuldades das classificações ou tipologias de migração como temporárias ou definitivas, e acrescentaríamos a de retorno, considerando a fluidez e plasticidades entre as fronteiras desses dois tipos, bem como o caráter, muitas vezes, circular das migrações nacionais e internacionais. Segundo as ambiguidades da própria definição de lugar de residência. Embora os critérios de tempo de residência sejam válidos para a definição dessas tipologias, eles são insuficientes para compreender como os próprios agentes da migração – os migrantes – atribuem significados a esses lugares.

Nesse contexto, as explicações acerca dos conceitos, das classificações, das tipologias e suas perspectivas teóricas explicativas apresentam desafios para compreender o processo como um todo, em função de suas convergências, bem como dos sujeitos desse panorama, os migrantes. Para Castiglioni (2009), as mobilidades populacionais são complexas tanto em suas características, como em suas determinantes. Assim, para a autora:

A decisão de migrar, que implica trocar de ambiente familiar e social por uma situação muitas vezes desconhecida, é movida por forte motivação, que traduz a insatisfação do indivíduo com sua situação na região de origem, como também, seu desejo de encontrar uma nova terra, na qual todas as suas aspirações sejam concretizadas. A migração é um processo complexo em suas características, mensuração, causas e efeitos. O estudo da migração é relevante não só para a compreensão dos seus determinantes políticos, sociais e econômicos, como também para o conhecimento dos efeitos que ocorrem em várias esferas: o processo afeta a vida e o comportamentos dos migrantes, suas famílias e suas redes parentais e comunitárias, e, em termos da estrutura da sociedade, por seu caráter bilateral, a migração provoca modificações na distribuição, na dinâmica e na composição da população, interferindo na vida econômica, política e social das comunidades de partida e de chegada dos migrantes. O estudo da migração representa um grande desafio, e somente pesquisas específicas

permitem apreender esse componente em uma dimensão mais ampla (CASTIGLIONI, 2009, p.39).

Diante da complexidade e interdisciplinaridade da mobilidade populacional internacional, torna-se improvável a fundamentação de uma teoria singular capaz de especificar o fenômeno sob o foco de uma única área de conhecimento ou disciplina. “Nos últimos tempos, uma literatura abundante tem focalizado as múltiplas dimensões da migração, os resultados desses estudos colocam em evidência a dificuldade da construção de uma teoria geral para medir, explicar e prever a mobilidade espacial” (CASTIGLIONI, 2009, p.39).

A este respeito, Almeida e Baeninger (2013) esclarecem que as pesquisas e os estudos sobre as mobilidades internacionais estruturam suas reflexões de forma distinta, demonstrando a inclinação dos autores por diferentes correntes teóricas e a multiplicidade desse fenômeno no século XXI, que requer um olhar acurado acerca das interações desse fenômeno social. Nesse sentido Jakob (2013), ao explanar sobre os processos migratórios, enfatiza que:

[...] dentre os componentes da dinâmica demográfica os processos migratórios são os de mais difícil apreensão e aferição. A definição de um espaço e tempo específicos, são fundamentais para caracterizar os tipos de fluxos migratórios, assim como para identificar as diferentes etapas do processo migratório. No caso das migrações internacionais, a questão ainda é bem mais complexa, pois envolve questões como a subenumeração de população, em decorrência da falta de declaração das pessoas que residem na situação de indocumentados, além de dizer respeito ao movimento entre países, o que dificulta a identificação dos emigrantes (JAKOB, 2013, p.137).

Conforme o exposto, os estudos sobre os deslocamentos humanos em áreas de transição entre territórios nacionais demonstram a necessidade de reflexões sobre o conceito de fronteira que vem sendo colocado em questão no debate das ciências humanas, principalmente pela pressão imposta pela globalização da economia¹³ que preconiza o "fim das fronteiras" como condição para atender os objetivos da produção e circulação de mercado das grandes corporações econômicas transnacionais.

Essas breves reflexões indicam que as fronteiras podem ser pensadas a partir de diversos paradigmas, que vão desde os conceitos técnicos e geopolíticos até a

¹³ Com relação ao fenômeno da globalização, Canclini (2003) esclarece que os movimentos globalizadores apresentam características distintas e, por vezes, funcionam como defesa e como filtros dos intercâmbios globais, de modo que esse processo traz ocultos seus objetos culturais. A globalização não é um fenômeno homogêneo e, consequentemente, interfere no cotidiano das pessoas em vários aspectos, dentre os quais os mais habituais são: costumes, consumo, culturas e ensino e o que se observa nessa interação de rápidas conversões são as trocas como frutos desse acontecimento, apresentando interferência até mesmo nas fronteiras.

percepção que dela tem os povos que transitam por elas, numa permanente relação de translocalização, ou seja, aqueles que se deslocam nas fronteiras ignorando as barreiras limítrofes e os impedimentos geopolíticos. Para as pessoas que convivem com as fronteiras ou transitam por elas no seu cotidiano, os conceitos de fronteira se materializam nas relações sociais.

Em vista disso, deve-se ter a compreensão de que esses são conceitos históricos, passíveis de adaptações que são resultados das metamorfoses motivadas pela mobilidade da sociedade.

Nossa intenção neste diálogo é atribuir importância aos elementos culturais, às áreas de interação, às zonas de contato, enfim, à parte viva da fronteira, que é experimentada pela população fronteiriça, pelos moradores da fronteira, que como ninguém sabe o que é “ser da fronteira”. Neste sentido, concordamos com Nogueira (2007), para quem a fronteira é um lugar carregado de significados e deve ser compreendida a partir da sociedade que a compõe.

A fronteira vivida busca compreender o cotidiano deste lugar nos seus mais variados aspectos, – lazer, trabalho, contravenção, consumo, defesa, disputas, - reconhecendo ainda que o outro lado tem outra lei. Assim, acreditamos que a fronteira seja capaz de refletir o grau de interação ou ruptura entre sociedades fronteiriças. Como esta perspectiva da fronteira vivida nos remete para a relação entre o ser e o lugar, não poderíamos passar ao largo da questão da identidade com o lugar, pensar na fronteira como espaço de referência identitária, ou seja, uma identidade territorial cuja manifestação empírica é a própria experiência de habitar este lugar (NOGUEIRA, 2007, p.33).

Nessa mesma perspectiva, César e Albuquerque (2012) comunicam que, no contexto geral, os estudos de fronteira caminham no interior de uma aparente dicotomia entre linha e separação, zona de interação econômica e social. Nesse sentido, nas explicações modernas da ciência geográfica, a fronteira promove destaque aos elementos simbólicos, redes e transportes, que caracterizam a fronteira pela concatenação de suas áreas de conexão e contato. Assim, para os autores, a concepção de limites e contiguidade, são inseparáveis da configuração espacial e dos grupos sociais que lhe dão vida.

Atualmente, o vocábulo fronteira apresenta variações em sua vertente. Essas linhas imaginárias que delimitam os espaços geográficos de diferentes países, mesmo denotando traço imaginado, fazem parte da conjuntura histórica e geopolítica de cada nação.

Enquanto definição teórica, Lima e Leite (2012) e Ferrari (2014) esclarecem que o termo fronteira implica historicamente o que a etimologia sugere, ou seja, "o que esta à frente". Segundo esses autores, a palavra fronteira deriva do latim, indicando parte de um território situado à frente.

Nas ciências sociais, o conceito de fronteira está relacionado aos tempos históricos, aos processos econômicos e às transformações sociopolíticas e econômicas. Indicam rupturas ou avanços de novos paradigmas. A abrangência do conceito de fronteira, no campo dos processos políticos e econômicos, pode estar para além das delimitações territoriais propriamente ditas.

Enquanto delimitação territorial, a fronteira assume a conotação de limite geopolítico que representa uma linha nitidamente demarcada. No sentido econômico, "a fronteira é uma zona mais ou menos larga que se intercala entre a mata virgem e a região *civilizada*. A esta zona damos o nome de zona pioneira" (WAIBEL, 1979, p.281).

Essa noção de separação ou de contradição influencia a concepção de fronteira nos itinerários migratórios porque define o "outro lado" como lado contrário e não como o lugar da possível relação com o outro semelhante.

Nessa concepção, o vizinho, do outro lado da fronteira, é concebido como o estrangeiro, estranho, que não pertence à região, ao grupo, aos do lado de dentro da fronteira. Ou seja, é um estranho pelo simples fato de pertencer ao outro lado da fronteira.

Nesse sentido, Albuquerque (2009) esclarece que as fronteiras nacionais se configuram de forma complexa, não limitando-se somente às divisas e seus limites territoriais. Para o autor, as fronteiras políticas são criações humanas delimitadas e demarcadas de acordo com a conveniência militar, econômica, política, demográfica e cultural que comumente ocorre em regiões de fronteira.

No entanto, para as populações locais que vivenciam as experiências de passagens, a fronteira possui um sentido próprio, conforme podemos observar nos próximos relatos, obtidos durante a pesquisa de campo:

- E14: [...] Eu percebo que a gente acaba acostumando, todos os dias fazemos o mesmo caminho, convivemos com as mesmas pessoas, e aí vamos criando hábitos diferentes, aprendendo a falar outro idioma. Então pra gente não é nada diferente, é como outro trabalho qualquer. Então já faz

parte da gente, a fronteira daqui não existe não. Bom, pelo menos eu entendo assim. (Amanda¹⁴, Pesquisa de Campo, 2016).

- E2: [...] eu vejo minha experiência de trabalhar em outro país como algo natural. Não acho que seja diferente trabalhar aqui não. Mas depende de cada um. (Paulo¹⁵, Pesquisa de Campo, 2016).

- E11: [...] A gente no dia a dia vai criando hábitos sim. Olha, a convivência faz com que você goste da cultura, da alimentação, você começa a mudar, isso é inevitável. Porque está convivendo com o guianense a gente tá criando amizades guianenses lá dentro. Até eles também criam hábitos brasileiros, inclusive, eles adoram tá aqui no Bonfim. Pra quê? Pra comer a comida, pra dormir no hotel por mais simples que seja, pra participar das festas, pra paquerar, pra tudo né. A mesma coisa que é novidade pra gente lá é novidade aqui pra eles também. Eles gostam. Entendeu! Por isso acho que aqui não existe essa fronteira, pra gente não, e acho que pra eles também não. (Cristina¹⁶, Pesquisa de Campo, 2016).

É possível extrair nos depoimentos dos trabalhadores transmigrantes acima, evidências das interações que se interpõem nesse espaço, e que vão além dos limites físicos. Assim, para o fronteiriço, a idealização das demarcações geográficas não inibem os laços de amizade, de pertencimento e de convivência que se estabelecem nessa transfronteira.

A fronteira Brasil/Guiana é relevante sob vários aspectos, sobretudo, por dar conta de agregar pluralidades, capaz de conferir uma feição ímpar a esse espaço social, onde se concatena o modo de vida dos sujeitos da fronteira:

Nessa concepção, essa fronteira se organiza de maneira invisível para os moradores da região, visto que, se verifica um processamento de naturalização do fenômeno transfronteiriço, em função das frequentes conexões que ocorre entre Lethem e Bonfim, favorecendo um sentimento de pertencimento nessa localidade.

Portanto, para os moradores da fronteira que vivenciam diariamente as experiências de uma zona fronteiriça com suas ambiguidades, essa região é compreendida como uma sociedade que possui características próprias, ou seja, o dia a dia da fronteira determina um dinamismo particular em função do trânsito transfronteiriço constante.

¹⁴ Amanda (nome fictício), 22 anos, brasileira, ensino médio completo, vendedora, moradora de Bonfim, há um ano trabalha em Lethem. Entrevista concedida em 31/05/2016.

¹⁵ Paulo (nome fictício), 31 anos, brasileiro, ensino médio completo, caixa, morador de Bonfim, desde 2010 trabalha em Lethem. Entrevista concedida dia 02/05/2016.

¹⁶ Cristina (nome fictício), 28 anos, brasileira, ensino médio completo, moradora de Bonfim, trabalhou em Lethem/Gy por dois anos, no período de 2014 à 2015, e atualmente trabalha de forma autônoma no município de Bonfim/RR. Entrevista concedida em 25.05.2016.

Nesse sentido, para os fronteiriços, não é relevante, nem mesmo perceptível essa delimitação geográfica. No entanto, é importante ressaltar, que retornaremos essa discussão em capítulo posterior.

Para Becker (2008, p.109), "a fronteira é um espaço não plenamente estruturado e por isso mesmo gerador de realidades novas". Ainda segundo essa mesma autora, a fronteira é o espaço de projeção do futuro que, somadas às demandas sociais, é expressa numa articulação territorial de grande velocidade de transformação.

Malheiros (2012) corrobora esclarecendo que atualmente tem se assistido a um progressivo desenvolvimento de práticas migratórias transnacionais de várias comunidades imigradas, que vai desde o envio de remessas ou mesmo visitas, que cada vez mais se tornam frequentes, e também da troca instantânea de informação via internet ou telefone e o acompanhamento diário do que se passa em casa, por meio das emissoras de televisão internacionais dos países de origem.

Para a discussão que realizamos, é imprescindível compreender a realidade dos moradores da fronteira. A construção da vivência dessa região fronteira ocorre de forma constante e contínua, pois entendemos que esse é um espaço especial que conota a ideia de "espaço em transição", que está constantemente sendo construído e isso ocorre nos dois lados da fronteira.

1.1 MIGRAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA

A migração internacional compõe a história da América Latina e dentro desse panorama a migração incorpora valor histórico, pois os movimentos populacionais foram marcantes para o avanço das áreas de fronteiras latinas, inclusive no Brasil, mais precisamente na Região Amazônica.

Nos estudos sobre a migração internacional na Amazônia, Aragón (2009) historiciza que a Amazônia brasileira apresentou um período de significativas migrações ocorridas especificamente no fim do século XIX e início do século XX, em consequência de várias transformações ocorridas, sendo elas de natureza socioeconômicas e demográficas, do crescimento do capitalismo e, ainda, de políticas do Brasil com objetivo de incentivar a vinda de europeus para atender à demanda brasileira de mão de obra em função da libertação dos escravos, pois

careciam de trabalhadores para agricultura e, nessa perspectiva, buscava-se construir uma “civilização” baseada nos moldes europeus.

Segundo Aragón (2009), os fluxos migratórios transformaram-se bastante e, nesse contexto, a América Latina e o Caribe se transformaram na região de maior mobilidade internacional. O Brasil foi uma das rotas favoritas das grandes migrações no período que compreende o final do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, manteve-se como país receptor de migrantes até meados do século XX.

Existe anuência entre estudiosos sobre o processo de transformações na intensidade das mobilidades no contexto internacional. No período conhecido como a era das grandes migrações, esses fluxos internacionais adquirem importante papel no cotidiano social, no mercado de trabalho e na sociedade de chegada e partida em função do significativo processo de expansão desse evento, conforme constata os trabalhos de Baeninger (2013), Jakob (2013) e Aragón (2009).

Por sua vez, Cavalcante (2005) esclarece que o aumento dos deslocamentos humanos vem apresentando um crescimento desigual nas diferentes unidades da Região Amazônica, ocorrência que comprova as desproporções intra-regionais acentuadas, principalmente, ou pela política do Estado de aplicação de projetos. Complementa, enfatizando que foram os cearenses os pioneiros no povoamento da Região Amazônica, no período do *rush* da borracha¹⁷. Grande parte desses migrantes era flagelada e retirantes das secas que, habitando os seringais nos vales dos rios amazônicos, dedicaram-se à atividade extrativista.

Segundo Aragón (2009), o processo migratório na Amazônia se manteve mesmo após o declínio da economia, que era centrada no ciclo borracha. Os estrangeiros, em particular os comerciantes, pequenos industriais e trabalhadores, asseguraram o alavancar econômico nesse período.

A população da região Amazônica, desde a década de 1960, apresentou crescimento de taxas acima da média nacional, em especial pela migração que se constitui num elemento primordial na ocupação humana da Região.

As migrações internas no território brasileiro demonstram que na década de 1970 ocorreu um intenso fluxo migratório entre as unidades da federação, com a

¹⁷ A vida econômica e social da Amazônia esteve fundada nas décadas iniciais, na extração e exportação da borracha. Esse fenômeno também era conhecido como “Ciclo da Borracha”, ocorrido após a metade do século XIX, momento em que externou seu período áureo por volta de 1870 e seu declínio em 1912.

intenção de viabilizar a ocupação do espaço físico da Amazônia brasileira de acordo com a política de expansão do espaço econômico. A fronteira amazônica passa a representar, cada vez mais, a meta de movimentos migratórios.

Assim, entendemos que essa mobilidade humana na Amazônia ocorreu, em parte, em função das políticas do Governo, como estratégia governamental, com o objetivo de “integrar”¹⁸ a região e, desta forma, ocupar os espaços que eles chamaram de vazios, principalmente nas áreas de fronteira, para assegurar a soberania nacional – e esse fator foi determinante na intensificação dos fluxos migratórios. A respeito da dinâmica migratória observada na Amazônia, Oliveira (2010, p.165) noticia que

Parte-se do ponto de vista de que a população está relacionada à força de trabalho e a sua dinâmica exprime a força histórico-social concreta de como ocorre a espacialização da sociedade e, no caso específico da Amazônia, a relação da sociedade com a natureza. A dinâmica demográfica, portanto, expressa as demarcações históricas da formação de determinada sociedade em cada tempo e lugar. Nesse sentido, a migração aparece como mobilidade territorial da população.

Nesse sentido, esse panorama migratório evidencia a Amazônia como uma região que passará por transformações demográficas e socioeconômicas significativas, pois o impulso ocorrido no desempenho migratório advém das mudanças que estão se estabelecendo em diversas áreas da região Amazônica. Tais mudanças poderão determinar ainda, por muito tempo, grandes deslocamentos populacionais.

No que se refere ao aumento das mobilidades humanas entre fronteiras internacionais, comunica-se que “os países fronteiriços da Amazônia apresentam uma manutenção da importância da migração para aquela região, apontando para a possibilidade de um aumento da circularidade destes migrantes na região” (JAKOB, 2013, p.144).

Sobre o caráter da mobilidade internacional, Baeninger (2013, p.9) afirma que:

¹⁸ Com a finalidade de assegurar a ocupação do espaço físico da Amazônia, os governos militares, através da Política de Integração Nacional, realizaram uma rápida ocupação das áreas consideradas vazias, que foram processadas de forma contínua e controlada pelo Estado brasileiro. Nesses espaços que chamaram de “vazios” desconsiderou-se, completamente, a presença das populações nativas da região, os indígenas, promovendo uma condição de invisibilidade a esse povo, ou seja, assegurando-se somente os direitos de um grupo, negando completamente a presença das populações indígenas da região.

Os movimentos migratórios internacionais, nos anos 2000, reforçam a tendência de configuração de espaços da migração, com a necessidade de diferentes olhares para as escalas e arranjos transnacionais, aonde esses fluxos se processam, seus sentidos e repercussões dentro e fora das fronteiras territoriais.

Aragón (2009) assevera que o Brasil exerce influência sobre os outros países, inclusive nas três Guianas (República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa), onde se encontra um expressivo número de brasileiros que trabalham, sobretudo, na exploração de ouro. Para o autor, grande parte desse contingente migratório é proveniente de países amazônicos fronteiriços, apresentam padrões de localização peculiares de cada país e o fenômeno da mobilidade transfronteiriça, em especial, envolvendo os países amazônicos, apresenta características que a diferenciam da migração internacional – muitas vezes se configurando como prolongamento de processos migratórios internos, que ocorrem em algumas fronteiras como Brasil/Paraguai, Brasil/Bolívia ou de circulação de mão de obra na fronteira Brasil/Guiana/Venezuela ou da presença irregular de garimpeiros brasileiros nas Guianas.

Ainda no mesmo entendimento, Arruda (2007, p.46) informa que:

É importante perceber que as migrações internacionais contemporâneas são parte de um processo mais profundo de interação entre diversas partes do mundo, em especial, quando se trata de populações diaspóricas. Nela há uma modificação das relações de espaço e tempo que tornam o ambiente mais propício a condição da transnacionalidade. [...] Estamos em uma época na qual há uma compressão do espaço tempo cada vez maior, acentuada por meio de diversos recursos tecnológicos, como telefone, a televisão, a internet, além do desenvolvimento dos transportes internacionais. Por esse e por outros fatores, a condição da transnacionalidade intensificou-se, facilitando, real ou virtualmente, o “estar aqui e estar lá”.

Há realidades na Amazônia em que as fronteiras se encontram entrelaçadas de forma que não é possível falar de um lado sem se referir necessariamente ao outro. Nesse sentido, a teoria do entrelaçamento se ajusta bem para pensar determinadas fronteiras, como o que ocorre na Amazônia. Exemplo disso são as mobilidades humanas e a permanente circularidade dos povos das diversas etnias entrecortados pelas fronteiras geopolíticas em toda a região fronteiriça.

Becker (2007) confirma que as fronteiras tornam as relações transfronteiriças em um tema prioritário, pois há que se reconhecer a importância das diversidades geográficas, socioeconômicas, políticas e culturais no grau de vulnerabilidade e permeabilidade dessas fronteiras amazônicas. A autora esclarece, também, que embora a fronteira seja um fator de integração, na medida em que é uma zona de

interpenetração recíproca e de frequente manipulação de estruturas culturais e sociopolíticas, cada fronteira apresenta estruturas econômicas, sociais, culturais, demográficas e políticas particularizadas.

É nesse aspecto de particularização de fronteiras que damos passagem para as características específicas da fronteira Brasil/Guiana, nas cidades de Bonfim (RR) e Lethem (GY). Dessa forma, é impossível compreender uma dimensão da fronteira sem considerar o outro lado, ou seja, o lado do país limítrofe, que pode representar muito mais que um município ou a conectividade de cidades-gêmeas entrecortadas por linhas geopolíticas. Trata-se de contextos interceptados pelas fronteiras e, ao mesmo tempo, entrelaçados por elas. A respeito das cidades gêmeas Bonfim e Lethem, Becker (2007, p.60) infere que

[...] a leste do estado de Roraima, entre as cidades gêmeas de Bonfim e Lethem (Guiana), existe um fluxo pendular, representado pelo deslocamento de residentes da Guiana para trabalhar e estudar no Brasil. Em Bonfim, descendentes de ingleses fixaram residência na cidade. Paralelamente existem, também, atividades comerciais legais e ilegais entre os dois lados da fronteira, evidenciando um embrião de integração que deve ser fortalecido com as implantações rodoviárias.

A ocorrência de cidades caracterizadas como gêmeas é comum em áreas de fronteira. Nesse sentido, “outra particularidade de Bonfim é o fato de ser um município fronteiriço, com interação sociopolítica e cultural entre as cidades gêmeas, alguns moradores de Bonfim possuem residência em Lethem e os Guianenses de Lethem que possuem residência na cidade de Bonfim” (OLIVEIRA; BETHONICO, 2013, p.137).

Cumprir destacar que entender as transformações registradas nessa região se torna relevante, pois envolvem situações sociais compartilhadas por diferentes pessoas em contextos de realidades geográficas diversificadas.

Nesse sentido, é importante esclarecer que as dinâmicas estabelecidas entre Bonfim e Lethem recentemente vem apresentando uma configuração inversa da estabelecida, por exemplo, em 2007, quando analisada por Bertha Becker, oportunidade em que Bonfim/RR apresentava um contexto econômico favorável, capaz de agregar trabalhadores guianenses.

Hoje, no entanto, em função das interações estabelecidas no contexto econômico, ocorreu um reordenamento dos fluxos de pessoas em busca de trabalho, como consequência da crise econômica internacional. Essas transformações

promovidas pela economia mundial implicam em mais trabalhadores deslocados à disposição do capital internacional.

Assim, os trabalhadores brasileiros, em especial os bonfinenses, buscam na cidade vizinha oportunidades de emprego, considerando que Lethem, nos últimos anos, vem apresentando maiores oportunidades para os brasileiros devido ao crescimento do comércio local.

Desse modo, inferimos que a mobilidade do trabalho não se define como uma decisão do trabalhador migrante, mas sim como uma determinação das leis do mercado mundial, que torna necessário a mobilidade dessa mão de obra em busca de trabalho.

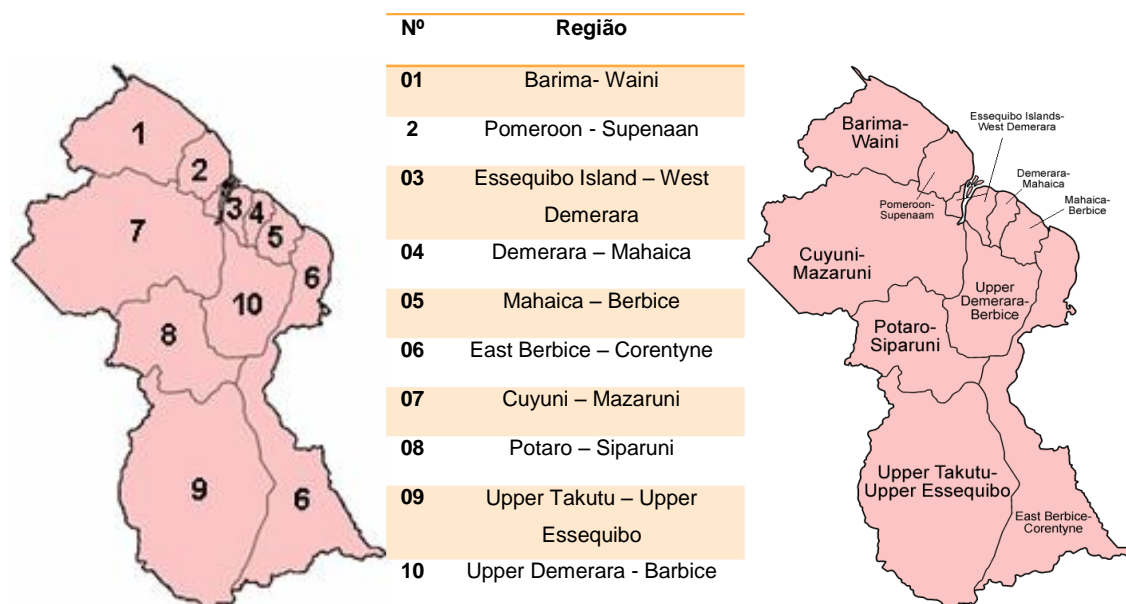
A respeito da interação entre as cidades de Bonfim e Lethem, Meneses (2014, p.23) afirma que:

Bonfim e Lethem são duas cidades que compartilham do isolamento do restante de seus respectivos países – uma ao norte do Brasil, no estado de Roraima, a outra do sul da Guiana. Com a inauguração da ponte em abril de 2009, foi transposta a última barreira entre as duas cidades. Bonfim, em Roraima, e Lethem, na Guiana, vivem um intercâmbio cultural que extrapola tratados internacionais. Para chegar a uma compreensão desta questão, há que se examinar a história desta região e os processos de construção de dois Estados nacionais sulamericanos: o Brasil, ex-colônia portuguesa independente desde 1822, e a República Cooperativista da Guiana, ex-colônia holandesa e, posteriormente, inglesa até sua independência, em 25 de maio de 1966.

O que se verificamos nesse quadro, dentre outras coisas, é uma complexa partilha entre as duas cidades, criando, desta forma, uma multiplicidade de laços que os ligam ao país de origem em diferentes áreas que transcendem as fronteiras nacionais e complexificam suas relações sociais, tanto com as sociedades de origem, quanto com as de destino.

A cidade de Lethem, da República Cooperativista da Guiana, com a qual Bonfim faz fronteira, está localizada na Região do Alto Essequibo, é a capital da Região 9 (Upper Essequibo - Upper Tacutu), conforme ilustra a figura 10, abaixo. Atualmente, as regiões administrativas da Guiana 1, 8 e 9, em função de sua proximidade com a fronteira de Bonfim (BR), vem apresentando um aumento populacional mais acelerado. A cidade de Lethem possui, aproximadamente, 3.000 habitantes, sendo a maior cidade do Sul da Guiana, conforme indica Neto (2005, p.4821).

Figura 10 – Mapa das Regiões Administrativas da República Cooperativista da Guiana.



Fonte: Adaptado de Mapsof (2016).

A República Cooperativista da Guiana é o único país da América do Sul que foi colonizado pelos ingleses. Segundo Pereira (2006), a cultura desse país se assemelha mais às nações caribenhas que às sul-americanas. Sua maior produção, desde a época dos ingleses, tem sido o açúcar e o arroz, que teve uma produção predominante na área costeira.

Visentini (2007) esclarece que aproximadamente 90% da população da Guiana está concentrada na faixa litorânea, em função do modo de colonização utilizada pelos ingleses que, preferencialmente, estabeleceram colônias agrícolas nas proximidades dos rios. Nesses assentamentos agrícolas a produção está direcionada ao cultivo de produtos tropicais, exploração de madeira e de outros recursos naturais. Desde 1973 integra o CARICOM (Comunidade do Caribe)¹⁹, que atualmente tem sua sede em Georgetown, capital guianense.

¹⁹ O Mercado Comum e Comunidade do Caribe (CARICOM), foi oficialmente efetivado no dia 4 de julho de 1973, como um bloco de cooperação econômica e política. Formado por países ex-colônias europeias, pois essa condição de ex-colônias restringia seu desenvolvimento. Atualmente é composto por: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, República Dominicana, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Grenadines, Suriname e Trinidad e Tobago. Em 1998, Cuba foi aceita no grupo como país observador. O objetivo do Caricom é basicamente o desenvolvimento dos países envolvidos no bloco, através da ampliação das relações

Para Corbin (2009), esse país se caracteriza por ser um país de origem, de trânsito e de destino de migrantes de várias categorias e é o único país Anglófono da América do Sul. Hoje coexistem grupos étnicos nacionais como africanos, asiáticos, indianos, portugueses e indígenas e, dentre esses grupos, a maior representatividade demográfica é composta por afrodescentes e indianos. De acordo com este autor, a emigração da população qualificada da Guiana é considerada uma das mais elevadas do mundo, pois além da alta emigração para nações desenvolvidas, a Guiana demonstra importante mobilidade com os países limítrofes.

Simões (2014) informa que a infraestrutura da cidade de Lethem ainda é incipiente, pois a cidade não possui ruas pavimentadas, iluminação pública adequada, praças e rede de esgoto. Possui algumas escolas e um único hospital público, onde são poucos os serviços oferecidos. Mas em termos de oportunidade, atualmente a cidade tem se apresentado mais atrativa, principalmente para os brasileiros que buscam trabalho e realização de compras. No entanto, quando comparado ao município de Bonfim, com relação à infraestrutura, esse apresenta uma estrutura mais apropriada, possuindo escolas públicas nas modalidades de educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, um hospital, algumas ruas pavimentadas, coleta de lixo, abastecimento de água, energia elétrica, comunicação, praças, ginásio de esporte, rede de esgoto e programas federais de política de assistência social destinada à população bonfinense.

Sobre a fronteira brasileira, Oliveira e Bethônico (2013) reforçam que a consolidação do município de Bonfim apresenta fatores considerados determinantes no seu processo de instalação, sendo eles: a efetivação das chamadas fazendas reais para a prática da pecuária, a abertura de garimpos, a criação de colônias agrícolas, a instalação dos pelotões de fronteira e os assentamento rurais. Conforme elucidam os autores, essas medidas foram imprescindíveis para a fundamentação do município de Bonfim.

De acordo com dados do IBGE (2010), o comércio do município é inconsistente e o serviço público é praticamente a única alternativa de emprego. A seguir, na tabela 3, são apresentados os principais empregos formais disponíveis em Bonfim no ano de 2010.

Os empregos existentes no município de Bonfim concentram-se na esfera municipal, estadual e federal, que são admitidos por meio de concursos públicos ou cargos comissionados, e o comércio, por ser incipiente, não consegue atender a demanda de trabalhadores locais, conforme demonstra a tabela, abaixo.

Tabela 3 – Empregos formais em BONFIM/RR (2010)

Indicadores	Masculino	Feminino	Total
Comércio	09	05	14
Serviços	02	01	03
Administração Pública	200	464	664
Agropecuária	106	06	112
Professor (Língua e Literatura E.M)	60	96	156
Auxiliar de Pessoal	29	76	105
Assistente Administrativo	27	34	61
Supervisor Administrativo	03	43	46
Trabalhador da cultura do arroz	41	-	41

Fonte: RAIS/2010 – MTE. Com adaptações.

De acordo com os dados apresentados na tabela, observamos que o número de vagas oferecidas pelo comércio e serviços em Bonfim são muito reduzidos. Mas se analisarmos as informações disponibilizadas, considerando o serviço público, por exemplo, verificamos que ocorre uma concentração de trabalhadores nas esferas estaduais e municipais, onde se concentra a maior demanda. Com base nas interpretações das informações apresentadas na tabela 3, inferimos que a agropecuária é uma atividade de destaque no município de Bonfim, indicando importância na economia local. Na produção local, destaca-se a produção de arroz, melancia, milho, mandioca e soja.

Conforme informações apresentadas pela SUFRAMA (2014), o município é o maior produtor de arroz e um dos maiores produtores de melancia do Estado de Roraima. Destaca-se, também, na produção de soja, feijão, mandioca, milho, banana, criação de suíno, bovinos e aves. Desde 2009, Bonfim se evidencia no cultivo do arroz, período em que os produtores de arroz se instalaram no município, e desde então, vem ocupando essa posição de destaque na cultura do arroz.

Anjos, Veras e Senhoras (2013) informam que com a finalidade de fomentar as relações comerciais e efetivar políticas para integrar as cidades de Bonfim e Lethem, foi regulamentada a Área de Livre Comércio (ALC) de Bonfim, como iniciativa governamental, em consonância com as administrações estatais de Roraima e

municipais, com a intenção de promover a exportação de mercadorias para a Guiana Inglesa.

Em Bonfim, a ALC foi instituída através da Lei nº 8.256/1991 e regulamentada pelo Decreto nº 6.614/2008, com o objetivo de promover o desenvolvimento, especificamente, em áreas fronteiriças do extremo norte, para impulsionar as relações bilaterais com os países vizinhos.

Entretanto, o lado brasileiro não apresenta ainda transformações significativas em sua estrutura e no setor econômico. Já na cidade de Lethem, observa-se uma maior desenvoltura econômica, favorecendo a contratação de trabalhadores brasileiros.

Nesse contexto, Anjos, Veras e Senhoras (2013, p.226) relatam que,

[...] em Lethem houve um nítido desenvolvimento na estrutura local e comercial, as lojas de produtos importados não chamam a atenção só da cidade vizinha, mas de todo o Estado roraimense e dos demais Estados da Região Norte como o Amazonas. As pequenas lojas antes sem nenhum conforto para os clientes passaram a oferecer estruturas condizentes aos padrões brasileiros tendo produtos e valores que contentam o consumidor.

Desse modo, Corbin (2009) esclarece que os acordos e protocolos entre a Guiana e Brasil são estabelecidos desde a década de 1970 nas áreas de saúde, transporte aéreo, educação, ciência, tecnologia, agroindústria e comércio. Ainda não existe um acordo para a livre mobilidade de mão de obra entre Brasil e Guiana. No entanto, a mobilidade é recíproca na fronteira Brasil/Guiana.

O mesmo autor enfatiza que, atualmente, é maior o número de jovens guianenses que frequentam escolas de Bonfim, no Brasil, pois são membros de famílias que ainda mantêm vínculos com seus familiares no outro lado da fronteira. Essa mobilidade internacional, entre os que habitam essa região Guiana-Brasil, em algumas vezes resulta em uniões matrimônias, dando origem aos denominados *guy-braz*. Dessa forma, esse grupo de pessoas possui múltiplas identidades.

É possível observar o entrelaçamento cultural entre Bonfim e Lethem por meio do intercâmbio linguístico e econômico. No comércio de Bonfim, a moeda da Guiana – o dólar guianense – é aceita regularmente, assim como na cidade vizinha, em Lethem, no comércio local circula também a moeda brasileira, o real.

Para os moradores da fronteira, é comum transitarem em total liberdade para um lado e para outro da fronteira. Dessa forma, o deslocamento populacional de um

a outro lado nessa região é muito comum, bem como ocorre em outras regiões de fronteiras.

A respeito desse vívido convívio na fronteira, Neto (2005, p.4821) enfatiza que,

[...] a interação entre Bonfim e Lethen é perceptível quando se anda pela cidade. Os traços desta interação se refletem no fato de que grande parte dos brasileiros de Bonfim fala inglês e português, o comércio local aceita o dólar guyanense e em Lethen aceitam o Real, algo muito comum em cidades na fronteira internacional.

Com relação aos deslocamentos diários e suas originalidades observadas nessa fronteira, Pereira (2005, p.14) menciona que

Esse trânsito que me refiro impulsiona-se por deslocamentos diários e contínuos que apresentam especificidades determinadas pelas exigências da conjuntura sócio-econômica do Estado de Roraima e da realidade da Guiana [...] No caso específicos da fronteira Brasil-Guiana, esses deslocamentos, impulsionados pelas redes de comércio e pela busca de serviços públicos, demandam certo tipo de trabalhador de baixo nível de qualificação profissional. As relações sociais que caracterizam o cotidiano da fronteira e que se constroem no vaivém sobre o rio Tacutu, que liga as duas margens do rio e, conseqüentemente, os povos e culturas da fronteira Brasil-Guiana, são, na interpretação antropológica, as redes de relações sociais que se tecem por meio desse trânsito.

Ainda à luz de Pereira (2006), a autora esclarece que a ocorrência do fluxo nessa região de fronteira internacional caracteriza as dinâmicas migratórias de pessoas e explica, também, os deslocamentos de mercadorias e de significados simbólicos de um lado e outro, realizando trocas não somente de mercadorias, mas de etnias e nacionalidades que se consolidam em torno dos interesses comerciais dessa região. Desta forma, infere a autora, todo esse panorama explicita um perfil de migrante indocumentado, em ambos os lados da fronteira, portanto, impossibilita a compilação de dados estatísticos que expressem a presença de migrantes das duas nacionalidades. “Esses deslocamentos foram impulsionados pelas redes de comércios e pelo mercado de trabalho que demanda certo tipo de trabalhador de baixo nível de qualificação profissional na área da prestação de serviços” (PEREIRA, 2006, p.13-14).

Na fronteira Brasil/Guiana, a constituição da relação fronteiriça é favorecida pelo comércio e serviços. Em razão dos contatos estabelecidos nessa região, que são apropriados pelas interações interdependentes entre as cidades, existe uma articulação que proporciona experiências diversas, impactando nas vidas de grupos

sociais e familiares, estabelecendo vínculos de diferentes ordens, desde relações de amizade até relações comerciais, de trabalho, dentre outras.

Essas relações são propiciadas em função das situações vivenciadas no processo de mobilidade humana para trabalho, uma vez que o processo de sobrevivência envolve a busca incessante de obtenção de renda para manutenção e ascensão dos indivíduos e seus membros familiares.

Os trabalhadores migrantes brasileiros vêm em Lethem uma alternativa de emprego e renda, incentivada pela proximidade desse país, caracterizando, desta forma, um fator de impulsão para a mobilidade transfronteiriça que, nesse contexto, não implica em mudança de residência, pois para esses trabalhadores brasileiros residentes em Bonfim é mais conveniente residir no município, em função da estrutura existente, com relação à educação, moradia e saúde, dentre outras, do que se domiciliar na cidade vizinha.

Assim, nesse contexto, em razão das transformações promovidas pela conjuntura econômica mundial, vem ocorrendo um reordenamento no mundo do trabalho que implica em mais trabalhadores deslocados às ordens do capital internacional.

A mobilidade para o trabalho, portanto, se revela como algo originado pelo capital, que controla e explora toda a força de trabalho, admitida como uma mercadoria, indispensável para a acumulação capitalista. Essa mobilidade da força de trabalho decretada pelo sistema econômico capitalista possibilita que ocorra uma maior produtividade do trabalho e, de modo consequente, promove a obtenção da mais-valia.

Em vista disso, algumas indagações emergem acerca da questão da mobilidade humana enquanto força de trabalho e instrumento para sua realização. Assim, a efetivação desses deslocamentos para trabalho é requisito importante para o capital. Desse modo, Gaudemar (1977), ao discorrer acerca dessa perspectiva do trabalho, declarou que:

A mobilidade da força de trabalho é assim uma característica do trabalhador submetido ao capital e por essa razão ao modo de produção capitalista. Ela funda a condição de exercício da força de trabalho como mercadoria, distinguindo assim definitivamente o trabalhador livre do escravo cuja capacidade de trabalho é estável e só se emprega de maneira tradicional e local, de uma vez para todas. [...] A mobilidade da força de trabalho surge então como uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como índice do seu desenvolvimento (GAUDEMAR, 1977, p.192).

Gaudemar (1977) colabora de maneira significativa na construção do conceito de mobilidade laboral. Para o autor, a mobilidade para o trabalho se descreve como a capacidade que as pessoas possuem em se deslocar pelo espaço geográfico, visto que a mobilidade influencia na esfera das relações de trabalho no sistema capitalista.

Nessa discussão, entendemos que é o capital quem determina as distintas formas de apropriação da força de trabalho, definindo seu perfil, seu ambiente, sua técnica, bem como o que for mais apropriado e lucrativo, ocasionando, em vista disso, uma mobilidade humana para o trabalho. Assim, as mobilidades são vinculadas às necessidades do capital, ou melhor, é o capital que define a força de trabalho onde for mais vantajoso.

Para melhor explicar, a maleabilidade dessa mão de obra constitui uma condição essencial e precisa no contexto de reorganização das demandas capitalistas, pois o trabalho é compreendido como uma mercadoria. Assim, ser móvel, significa estar apto ao novo modelo econômico vigente. Entretanto, essa condição contribui para a manifestação de fenômenos relacionados à mobilidade, por exemplo, os trabalhos temporários, a retirada dos direitos trabalhistas, dentre outros.

Dessa forma, apreendemos que esses trabalhadores, à procura de uma atividade laboral, submetem-se ao aceite de qualquer emprego e trabalho. Nesse sentido, “mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes da precarização do trabalho, dos quais centenas de milhões tem seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural” (ANTUNES, 2005, p.139).

A implantação do capitalismo no passado foi caracterizada por sucessivos procedimentos repressivos, de violência contra os mais fracos e pela degradação dos direitos de todo e qualquer meio de sobrevivência humana. Desse modo, a lógica capitalista não se efetivou fundamentada no poder de persuasão a respeito de sua capacidade técnica e administrativa, ao contrário, foi alicerçada na imposição e na exploração exorbitante da classe trabalhadora, alargando a desigualdade social.

O sistema vem afirmando e evidenciando cada vez mais suas características de promoção de desigualdade, de exclusão, de segregação, visto que todos os dias inúmeras pessoas deslocam-se cotidianamente, utilizam transportes coletivos precários e desconfortáveis, realizando um longo percurso até chegarem a seu local de trabalho, onde ficam confinados em seus espaços laborais por horas seguidas, desempenhando atividades estafantes, repetitivas e degradantes, submetidos à

hierarquia e às determinações de seus empregadores.

Dentre as várias mudanças que tem se manifestado no mundo do trabalho, destacamos a destituição das garantias trabalhistas e o aumento do desemprego. No entanto, outros aspectos, não menos expressivos, emergem, como os trabalhos precários, a informalidade, os empregos temporários e, também, a flexibilização dos processos de trabalho e de produção, manifestando-se, assim, a precarização do trabalho.

O fato é que em várias circunstâncias ocorre a exploração dos trabalhadores mais modestos que recebem salários mais baixos e desatualizados, uma vez que nesse ciclo infundável quem lucra realmente são os capitalistas, que tiram proveito dessa mão de obra extremamente barata, visto que os trabalhadores de renda fixa são os mais desvalorizados no cenário econômico.

O capital busca se apropriar o máximo possível do trabalhador, alcançando maior aproveitamento, objetivando conseguir um maior excedente, pagando o menor salário possível, para conseguir a formação de mais capital e, conseqüentemente, gerando maior exploração.

Nesse contexto, perante essa nova condição de trabalho, onde tudo se transforma em instabilidades e incertezas, sem garantias, Antunes (2008, p.6) assegura que:

[...] flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. Nessa Guerra de desgastes, a força do trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui mais garantias, seja em relação ao futuro, seja em relação à renda, já que ninguém o assegura nos momentos de não-ocupação.

A intensificação dos fluxos financeiros na atualidade é capaz de superar distâncias e fronteiras, possibilitando novas conexões e propiciando um redimensionamento do processo produtivo, dando uma nova feição ao que se produz e, ainda, à maneira como se produz em escala global.

Desse modo, para se compreender a nova maneira de existir do trabalho humano, Antunes (2005, p.147-148) confirma que:

É este, portanto, o desenho compósito, heterogêneo, polissêmico e multifacetado que caracteriza a nova conformação da classe trabalhadora: além das clivagens entre trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos”, etc, temos também as

estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital. Desse modo, para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

Nessa lógica, a globalização e seus vários desdobramentos asseguram esse novo panorama e, nesse sentido, importa compreender: como se estabelecem as relações do trabalho nos termos da globalização e precarização na fronteira Brasil/Guiana? Para entendermos tal realidade, valemo-nos da afirmação de Almeida e Baeninger (2013, p.23), onde

[...] mercadorias, informações e pessoas deslocam-se pelo globo de tal forma, que categorias como espaço e tempo estão recebendo novos significados. Apesar de maior controle nas fronteiras, principalmente nos países mais desenvolvidos, os fluxos internacionais de pessoas tem se intensificado, assim como os tipos de mobilidades também aumentaram.

Nessa explanação, revela-se o processo de reestruturação produtiva e a emergência da resignificação de conceitos, como tempo, espaço e mobilidade humana do trabalho. O novo contexto está centrado na perspectiva da execução dos fluxos e em seus agentes, conforme assevera Patarra (2002, p.113), explicitando que “numa perspectiva econômica, tem-se que uma das fases da globalização é a dinamização da mobilidade mundial de mão de obra”.

Nesse entendimento, Lethem se configura como uma alternativa viável, a princípio, apenas como um campo de trabalho em função da distância de Bonfim, que é de aproximadamente 2,5 km. Para o brasileiro que não pode residir na capital de Boa Vista, é mais oportuno trabalhar no comércio guianense e continuar próximo a seus familiares.

Por fim, esses transmigrantes, ao realizarem essa mobilidade espacial, adicionam uma nova feição ao processo identitário em função do contato de etnias, nacionalidades, territórios e culturas distintas. Interferem de forma significativa no processo de sociabilidade, especialmente nesse trânsito transfronteiriço.

Assim, objetivamos compreender essa região analisando as recentes dinâmicas sociais e econômicas vivenciadas nesse território, buscando entender o processamento dessa mobilidade humana laboral de brasileiros, que acontece nesse espaço transfronteiriço, proporcionando evidências de um processo socioeconômico

em construção, visto que essas articulações não ocorrem sem a experiência de tensões e conflitos.

É nesse sentido que queremos desenvolver nossa análise, considerando esse fluxo de mobilidade humana em busca de trabalho, sobretudo, de brasileiros que buscam exercer seu labor no país vizinho.

2 RELACÕES DE TRABALHO E MOBILIDADE HUMANA: Questões para pensar a fronteira Brasil/Guiana

Em 2016 existe, aproximadamente, 200 milhões de migrantes em todo o planeta. Fatores, como a crise econômica mundial e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, encorajam esses indivíduos a se mobilizarem em busca de melhores condições de trabalho. Apesar disso, a inserção no mercado de trabalho enfrenta algumas dificuldades, o que torna esses trabalhadores migrantes²⁰ suscetíveis à informalidade, à negação de direitos trabalhistas e à trabalhos parciais, precários e temporários.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, em seus dados de 2014, o ritmo de crescimento da globalização²¹ econômica criou mais trabalhadores migrantes do que nunca. O desemprego e o aumento da pobreza levaram muitos migrantes oriundos de países em desenvolvimento a buscar oportunidade de trabalho em outro lugar. Todavia, os países desenvolvidos têm aumentado sua demanda de trabalho, particularmente para o não qualificado. Como resultado, milhões de trabalhadores e suas famílias se deslocam para outros territórios em busca de melhores oportunidades de trabalho, emprego e renda.

Vivenciamos um momento histórico repleto de mudanças que não se delimitam a partes específicas do mundo, mudanças que têm se originado em todas as regiões, na sociedade, na política, na economia, no espaço do trabalho e, ainda, nas tradições culturais em diferentes circunstâncias e escalas espaciais instauradas

²⁰Vichich (2015) e Sprandel (2007) asseveram que são denominados como “trabalhador migrante” aquelas pessoas que trabalham em um país que não é aquele em que nasceram, isto é, todo ser humano que realiza ou realizou uma atividade remunerada em outro país. De acordo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o termo trabalhador migrante indica toda pessoa que se desloca de uma nação para outra, com vista a desempenhar um trabalho que não seja independente. Em 1990, no decurso da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, desenvolveu-se uma definição mais ampla, por instrumento da Resolução 45/158 da Assembleia Geral da ONU.

²¹ Nas últimas décadas do século XX, o termo “globalização” se tornou uma palavra muito utilizada, sendo adotada por pesquisadores políticos e econômicos, por consultores de empresa, por governantes, por sindicalistas, pela mídia em geral, como, também, na discussão acadêmica em torno da interpretação das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais experimentadas em escala mundial. Para Gorender (1997), esse processo traduz uma nova nomenclatura, designando a técnica de internacionalização do mercado procedente do sistema capitalista. Em uma perspectiva mais atualizada, Costa (2008, p.27) assevera que “a globalização é um fenômeno do nosso tempo, uma singularidade originária do capitalismo que foi construído a partir da segunda metade do século 20, momento em que as corporações iniciaram a aventura de internacionalização da produção”.

pela globalização da economia.

Nesses processos de significativas transformações, compreender a conjuntura da mobilidade humana laboral de brasileiros em direção a outras nações, destacando suas implicações e ocorrências, explicitando as possíveis adversidades econômicas, sociais e culturais dessa região, oportunizará a composição de novos entendimentos acerca da temática em questão.

Desse modo, destacam-se as alterações nas relações no mundo do trabalho e nas novas formas de produção, condicionadas por mutações no universo produtivo que buscam continuamente regular a concentração de capital²², valendo-se, dentre outros recursos, da Divisão Internacional do Trabalho (DIT)²³, transformando mecanismos de precarização e de exploração da força de trabalho, promovendo uma desagregação estabelecida pelo modelo capitalista.

Para Hirata (2001), a década de 1990 foi assinalada por significativas mudanças no contexto internacional, originando um crescente desenvolvimento da informalidade no mundo do trabalho, bem como da produção nos países do Norte e do Sul²⁴, proporcionando o estabelecimento de um mercado mundial unificado,

²² Para Karl Marx (2006, p.46-53), o capital “é uma relação social de produção. É uma relação burguesa de produção, uma relação de produção da sociedade burguesa. (...) O capital não consiste no fato de o trabalho acumulado servir ao trabalho vivo como meio para nova produção. (...) Consiste no fato de o trabalho vivo servir ao trabalho acumulado como meio para manter e aumentar o seu valor de troca”. Desta forma, para Marx, capital significa um modo de produção social cuja relação de trabalho se define pela apropriação privada do excedente econômico que fôra produzido pela classe do trabalho. Capital é, por isso, não somente o tipo de relação social burguesa, mas também a porção excedente em riqueza daquilo a que damos o nome de dinheiro, sendo este uma das formas de manifestação do capital. Nesse sentido, e como bem assinalou Marx (2006, p. 47), “(...) a condição primeira, necessária ao capital, é a existência de uma classe com capacidade de trabalho. Pressupõe-se então, que o capital está associado ao trabalho assalariado, e o trabalho assalariado, por conseguinte, ao capital. Assim sendo, um é condição do outro, e nessa interdependência, eles coexistem na circunstância de um originar o outro, de forma contínua, num ciclo infundável. (...) O capital não é apenas um montante de produtos materiais, mas a somatória de mercadorias, de valor de troca e grandezas sociais” cuja reprodução se estabelece a partir da exploração do trabalhador assalariado dentro do modo de produção capitalista.

²³ Segundo Pochmann (2006), o capitalismo nos dois últimos séculos instituiu uma recorrente desigualdade na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Nesse sentido, a produção e a capacidade de incorporar uma maior ou menor massa de trabalhadores não dependem tão somente da estratégia de crescimento, mas do grau de amadurecimento econômico alcançado por cada país. Assim sendo, a qualidade do trabalho será determinado pelo progresso tecnológico e pela ordenação do trabalho. Dessa forma, essa condição estabeleceu uma hierarquia econômica e política, reforçando a hegemonia econômica entre os países centrais e periféricos.

²⁴ Na interpretação de Hirata (2001), os termos “Norte e Sul” referem-se à estruturação de zonas desenvolvidas e de zonas segregadas do processo de desenvolvimento, com relação à organização de um mercado mundial consubstanciado, aumentando a defasagem das situações de trabalho, emprego e renda. A regionalização Norte-Sul foi desenvolvida para designar a atual conjuntura socioeconômica internacional e sua utilização se torna mais adequada, pois não notabiliza as desigualdades desses países. Dentre os países que pertencem a essa divisão temos a Alemanha,

favorecendo novas possibilidades para o capitalismo e aguçando a diversidade das situações de trabalho, emprego e atividades entre homens e mulheres. Assim, a autora se apropria dos termos “inclusão e exclusão” para qualificar a estruturação das zonas desenvolvidas e das zonas excluídas do desenvolvimento²⁵.

Nessa circunstância, as mudanças ocorridas particularmente nas duas últimas décadas do século XX incidiram de forma significativa nas relações laborativas, tanto no modo de admissão, como de rendimentos, tornando esses trabalhadores mais subordinados hierarquicamente, visto que essas medidas visam permanentemente controlar a concentração de capital, assegurando novas oportunidades de lucro e exploração.

Por essa razão, Chesnais (2008, p.23) enfatiza que:

O capital é constituído de concentrações de dinheiro (nas formas que este utiliza em um dado momento) cujo objetivo exclusivo é a autovalorização, a reprodução com um aumento, um lucro, um excedente, uma mais-valia. Esta autovalorização é sem fim: “o capital, como representação da forma geral da riqueza – o dinheiro – tem a tendência, desenfreada e ilimitada, de ultrapassar os seus próprios limites. Se não fosse, ele deixaria de ser capital, quer dizer: dinheiro que se produz a si mesmo”.

Para Marx e Engels (2006), o trabalho é o princípio vital, atividade essencial por meio da qual os homens alteram a natureza de acordo com suas necessidades e, assim, transformam a si mesmos, continuamente. O trabalho é, assim, atividade de humanização.

Todavia, o mundo capitalista transformou o “trabalho” em atividade assalariada e alienada. Dessa forma, a força do trabalho humano se torna uma mercadoria, onde sua finalidade se concentra, incessantemente, em elaborar novos produtos e valorizar o capital, pois

A força de trabalho é então definida sem equívoco, como a mercadoria que um homem possui ou ainda o conjunto de faculdades psíquicas, físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem, na sua personalidade viva, e que ele tem de por em movimento para produzir coisas úteis. Mercadoria que tem a virtude específica de transformar o dinheiro em capital (GAUDEMAR, 1977, p.189).

Japão, França, Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, dentre outros, bem como, com relação aos países do Sul, temos a China, Índia, Brasil, Colômbia, Rússia, Argentina, Venezuela, dentre outros.

²⁵ Para Costa Pinto (1978), o conceito de desenvolvimento está associado a uma das fases do modo de transformação social no mundo contemporâneo, referindo-se às modificações incorporadas em diferentes segmentos das sociedades determinadas como atrasadas, em relação ao modelo de evolução da “Revolução Industrial” na atualidade, objetivando, desse modo, modificar essa ordenação, com a finalidade de suplantar o atraso, em relação à sociedade internacional.

Em outras palavras, o trabalho humano se afigura como um artigo específico do trabalhador, compreendido como uma “mercadoria” imprescindível ao processamento da transformação do dinheiro em capital. Desse modo, nesse contexto, o indivíduo, na condição de trabalhador, necessita se submeter às circunstâncias do capitalismo, estabelecidas pela ordenação das atividades diárias, carga horária, regime contratual, dentre outras, e em contrapartida o trabalhador receberá uma remuneração.

O capitalismo, ao determinar o processo de dominação do homem, transforma o trabalho humano em uma atividade totalmente alienante em função da maneira como se aproveita dessa força humana, cujo objetivo é a maximização do lucro. Desse modo, esse trabalho deixa de ser concebido como uma atividade de realização para o trabalhador e passa a ser uma atividade esgotante e alheia. Na concepção de Chesnais (2008, p.37), “devido à liberalização, à desregulamentação e à mundialização, os mecanismos ‘perversos’ se desenvolvem de agora em diante como processos propriamente mundiais e encontram cada vez menos impedimentos”.

Assim, é nesse censo de aparente “normalidade” que se sustenta a exploração do trabalhador, pois o capitalismo gera novas estratégias de controle social, cujo preço é a subordinação, a alienação, a desumanização e o enfraquecimento do intelecto do ser humano, que sobrevém ao longo da realização de tarefas estressantes e repetitivas, comprometendo a capacidade mental do indivíduo.

Nessa circunstância, Cattani (2005, p.69) certifica que,

Para ser eficaz, a dominação precisa parecer legítima, precisa ser naturalizada pelos dominados. [...] a domesticação se forja não nas formas pretéritas de organização de trabalho, e sim a partir de novos condicionamentos. Os jovens ingressantes na esfera produtiva social confrontam-se com uma situação terrível: o desemprego e o trabalho precário apresentam-se como realidades objetivas; as ocupações produtivas autônomas ou assalariadas. [...] a impossibilidade de alcançar a autonomia leva-os a aceitar trabalhos precários, que favorece a dependência e a subalternidade. A vulnerabilidade assim estabelecida se traduz em falta de autonomia, em menoridade do indivíduo, que passa a carecer da proteção, da tutela, do favor condescendente de outrem.

Esta configuração possibilita uma reflexão acerca do processo de “dominação” do trabalhador, ou seja, de como essa estratégia é absorvida como algo naturalizado no mundo do trabalho.

Dito de outra forma, as desigualdades sociais se manifestam como algo aceitável e natural, concebido como circunstância da fatalidade humana e uma situação permanente da vida, preservando, desse modo, o incondicional formato da prática injusta do capitalismo.

Contudo, entende-se que as inovações nas formas de trabalho, mediadas por mudanças no sistema econômico mundial, anunciam uma vicissitude no universo do trabalho.

Constantemente nos deparamos com o agravamento de trabalhos precários, a informalidade e o desemprego, que potencializam atribuições sociais não menos significativas, como a exclusão social, a fome, a criminalidade, as transgressões, enfim, a debilidade das condições de vida humana – questões que, em geral, podem estar relacionadas aos processos de mobilidade humana.

Assim, podemos utilizar uma análise de Costa (2008), que desvela muito bem esse modelo de produção:

O avanço das forças produtivas e a generalização do trabalho assalariado possibilitaram melhores condições para a acumulação do capital. Deve-se ressaltar ainda que o dinheiro agora em mãos dos capitalistas não apenas satisfaz suas necessidades materiais, mas principalmente serve para produzir mais dinheiro. Ou seja, a cada novo ciclo da produção o processo recomeça novamente: o dinheiro produz mercadorias, que por sua vez redem mais dinheiro que o capital investido, proporcionando mais acumulação e riqueza nas mãos dos capitalistas. (COSTA, 2008, p.75).

Em conformidade com a exposição do autor, verifica-se que as condições estabelecidas pelo modo de produção capitalista corrente fortalecem a concentração do capital pelos capitalistas, assegurando a reprodução de suas somas, reproduzindo esse sistema interminável.

Em vista disso, as correspondências entre trabalho e capital²⁶ passaram por

²⁶ Na concepção de Montañó e Duriguetto (2011), o vocábulo “capital” tem sido empregado de formas dissemelhantes e nem sempre apropriadas, pois a utilização de termos como “capital humano”, “capital social” e “capital intelectual” se refere a concepções que manifestam “valor positivo”. Segundo os autores, “capital é uma categoria peculiar, específica do sistema capitalista, e, portanto o qualifica, o define. A compreensão e o correto uso deste termo apresenta-nos uma categoria explicativa do modo de produção capitalista” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.79). Nesse sentido, capital deve ser compreendido com base em dois enfoques, uma vez que se reporta a uma determinação econômico-política, bem como a uma reflexão social. Desse modo, no contexto econômico-político, “capital” não é exclusivamente um amontoado de dinheiro (maquinaria, salário, bens, dinheiro entesourado etc.). Nesse aspecto ele constitui a forma como o dinheiro se transfigura em capital, a partir de um regime que valoriza o dinheiro, ou seja, acrescenta a esse recurso um valor transcendente ao inicial, por meio da produção de mais-valia realizada pelo artífice. Por consequência, é a produção da mais-valia que aperfeiçoa o dinheiro e o converte em capital. O capital, enquanto “relação social”, revela a existência de uma relação social entre o produtor e os

transformações que, com o decorrer do tempo, culminaram em um desmoronamento gradativo das garantias dos trabalhadores. Nesse sentido, “o regime institucional da globalização do capital reforçou em todo lugar, os direitos de propriedade e os mecanismos de apropriação baseada na exploração do trabalho ou na remuneração rentista” (CHESNAIS, 2008, p.18).

Partindo de tal pressuposto, essas recentes disposições econômicas atualizam seus métodos de controle e de gestão do trabalho, instituindo um processo de exclusão do trabalhador que cada vez mais, em função da redução do trabalho assalariado, multiplica-se de maneira terrível, acumulando trabalhadores excedentes, ou seja, o exército de reserva de mão de obra. Segundo Cardozo (2008, p.173), “a acumulação capitalista produz constantemente, em proporção à sua intensidade e à sua expansão, uma população excedente, supérflua e desprovida de meios materiais e de meios de procurar trabalho”.

Desse modo, o estabelecimento dessa mão de obra em estoque, determinado pelo sistema econômico vigente, marginaliza esses trabalhadores que são rejeitados pelo mercado de trabalho, ou seja, se propaga um sistema impiedoso, colocando esses trabalhadores migrantes em uma situação de exclusão social desmedida.

Ao tratar dessa questão, Chesnais (2008, p.31), mostra como as “novas tecnologias” são apropriadas pelo capital, favorecendo tanto a exploração como o crescimento da mão de obra sobressalente:

O exército industrial de reserva obtém-se, com a ajuda de um processo bem simples (...), da aplicação de métodos que, deixando o trabalho mais produtivo, diminuem sua demanda. O que chamamos hoje de “novas tecnologias” representam, a partir desse ponto de vista, um processo muito importante para o capital. As tecnologias da informação e da comunicação (o computador, o satélite, etc.) permitem às empresas reduzir a demanda por trabalho (o montante da força de trabalho que elas devem comprar no “mercado de trabalho”) e também transferi-la para países em que o custo da força de trabalho é, com produtividade mais igual, objetivamente mais barata.

Presume-se, portanto, que para o sistema de produção capitalista assegurar esse recurso de acumulação funcionando é necessário que uma parcela da população ativa se mantenha continuamente desocupada, isto é, sem trabalho.

meios de produção, de forma que nem o capitalista pode acumular sem incorporar força de trabalho alheia, como também o trabalhador não produz sem estar vinculado ao capital. Nessa circunstância, capital e trabalho, bem como capitalismo e trabalhadores, necessitam estabelecer uma relação indeclinável e imprescindível no processo de produção capitalista, segundo análise dos autores.

O capitalismo necessita manter um exército de reserva de mão de obra, pois é por meio desse artifício que consegue potencializar os mecanismos utilizados pelo sistema, visando cada vez mais dar permanência e aprofundamento às condições de desemprego, de exclusão social, de empregos temporários e da diminuição salarial desses trabalhadores.

Dessa forma, consegue assegurar as condições de submissão e de rebaixamento da jornada de trabalho, deteriorando as condições de trabalho e os direitos sociais desse contingente de trabalhadores.

Portanto, diminuir a oferta de trabalho e, ainda, assegurar uma reserva de mão de obra desempregada é, na realidade, uma estratégia para assegurar o desenvolvimento do capitalismo, desmontando as garantias trabalhistas e pressionando esses trabalhadores a se sujeitarem a essas circunstâncias.

Assim, em função das mudanças ocasionadas pelo processo de mundialização econômica, de revolução tecnológica e da reorganização do mundo do trabalho, constituiu-se um exército industrial de reserva nunca imaginado em toda história do capitalismo moderno. Essas circunstâncias configuram um profundo quadro de discriminação no mundo do trabalho informal, com adoção de salários diminutos, incapazes de assegurar as necessidades primárias dos trabalhadores que são, com frequência, obrigados a aceitar trabalhos sem registro formal.

Esse é, sem dúvida, um quadro desolador em que a humanidade não consegue conceber um mundo com mais oportunidades, com mais justiça e igualdade. A mundialização do capital, dentre seus vários aspectos, assume como fator de maior relevância o econômico.

É nessa perspectiva que eclodem as migrações clandestinas ou forçadas²⁷, em que esses indivíduos, em um momento de desespero, buscam a qualquer preço

²⁷ Quando ocorrem mobilidades humanas sem autorização dos governantes para onde se deseja ir, ou seja, entrar ilegalmente em outra nação. Assim, quando a migração ocorre neste contexto, configura-se uma migração ilegal ou clandestina. Desde a Segunda Guerra Mundial, o número de pessoas que muda de país tentando fugir de guerras, conflitos, perseguição e desemprego, é o mais expressivo em toda história da humanidade. Essas pessoas migram por conta própria para escapar de situações de pobreza, repressão, miséria, guerra civil, instabilidade econômica e violência que acometem seu país de origem, lançam-se pelo mundo em busca melhores condições de vida. Entretanto, nem todos esses indivíduos conseguem alcançar seu destino final. Na tentativa de conseguir adentrar em outro país, enfrentando situações de extremo perigo, sem nenhuma segurança, colocando suas vidas em risco total. Na maioria das vezes enfrentam mares revoltos, sem suprimentos. Como destino, escolhem países menos prejudicados pela crise econômica mundial. No entanto, nem sempre são bem recebidos, pois enfrentam situações de racismo e xenofobia e, em

uma oportunidade de inclusão, de dignidade e de emprego, reagindo contra a exclusão e lutando pela possibilidade de assegurar suas necessidades.

Nesse contexto, surge como alternativa para o trabalhador a busca de espaço para comercialização de sua força de trabalho. Essa é a viabilidade alcançada visando assegurar sua sobrevivência, ou seja, o único instrumento que lhe restou na sociedade para se preservar das inquietudes da economia global e seus corolários.

Nesse entendimento, é imprescindível para o capitalismo assegurar essa condição de força de trabalho enquanto mercadoria. Assim, para Marx (2006, p.38), “ao operário, cuja única fonte de rendimentos é a venda de sua força de trabalho, não pode deixar toda a classe dos compradores, isto é, a classe dos capitalistas, sem renunciar à existência. Ele não pertence a este ou àquele capitalista, mas à classe dos capitalistas”.

Por meio dessas análises, entendemos que a mobilidade da força de trabalho humana se manifesta como condição substancial para o capitalismo. O trabalhador, visando assegurar sua sobrevivência, comercializa sua força de trabalho, segundo as especificações impostas pelo mercado de trabalho. Assim, essa mercadoria “trabalho humano” é determinada pela lei da oferta e da procura que, conseqüentemente, é estabelecida pelo mercado de trabalho como produto essencial.

Nesse sentido, Gaudemar (1977) assevera que a força de trabalho é uma mercadoria e a mobilidade desse trabalho é um produto. Nesse sentido, as forças de trabalho devem ser flexíveis, ou seja, capazes de assegurar os locais predeterminados pelo capital para sua efetivação, sendo adotados ou até mesmo estabelecidos.

E nessa lógica, ser “móvel” implica dizer que o trabalhador deve estar pronto às movimentações e à reorganização de seu emprego, pois o mercado estimula a mobilidade da força de trabalho.

Nesse entendimento, cada vez mais essa força de trabalho se realiza por intermédio da “mobilidade”, ou seja, nos deslocamentos espaciais, como medida ajustável às demandas capitalistas. Para o trabalhador, é imprescindível assegurar

algumas situações, são deportados, quando não perdem suas próprias vidas nesse drama migratório desumano.

um salário satisfatório, subordinando-se a essas condições enquanto mão de obra móvel, como forma de assegurar sua subsistência.

A imposição dessa mobilidade para a força de trabalho humano conduzida pelo sistema capitalista não significa que seja uma circunstância inextinguível, dada as constantes mudanças que comandam esse sistema. Da mesma forma, a pressuposta liberdade do indivíduo no processo de escolha do local para a efetivação da venda de sua força de trabalho se transforma em constrangimento, pois está condicionada pela própria necessidade da mobilidade laboral.

Assim, na atual fase da internacionalização da economia, cumpre-se a incorporação dessas mudanças, uma vez que o capital se utiliza dessa fluidez, ou seja, da maleabilidade dessa força humana de trabalho como mecanismo essencial para a manutenção de sua permanência.

O sistema capitalista vem incessantemente destituindo os trabalhadores de todas as suas garantias e fixando uma situação de fragilidade a todos aqueles que carecem negociar sua força de trabalho como um mecanismo de sobrevivência.

Desse modo, implanta-se uma contextura socioeconômica por parte dos capitalistas, difundindo a concepção de “naturalização” de todo esse processamento de perdas, apregoando que, dentro do atual cenário, situações de desemprego, flexibilização, terceirização, diminuição salarial, trabalho temporário, exclusão da proteção social, dentre outros, são recursos normalmente utilizados e são comuns, visto que ocorrem em outras regiões também.

É desse modo, persuadindo os trabalhadores, que esse sistema consegue convencê-los de que essas medidas são modelares, ou seja, seguem um padrão capitalista universal.

Nesse sentido, o indivíduo se vê aprisionado, vítima de uma arbitrariedade dissimulada e silenciosa imposta por esse sistema econômico mundial. Em vista disso, Sayad (1998) faz uma consideração tomando como referência a condição do migrante enquanto força de trabalho, pois na concepção deste autor:

Um migrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito [...]. É esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o “mercado de trabalho para imigrantes” lhe atribui e no lugar que lhe é atribuído: trabalhos para migrantes que requerem, pois, imigrantes; imigrantes para o trabalho que se tornam, dessa forma, trabalhos para migrantes (SAYAD, 1998, p. 55).

Ressaltamos que em nosso estudo a questão da mobilidade humana para

atividade laboral é essencial, pois objetivamos entender o que promove as constantes “idas e vindas”, ou seja, as mobilidades humanas fronteiriças²⁸ realizadas diariamente por trabalhadores brasileiros que atravessam a fronteira Brasil/Guiana, para o exercício de suas atividades laborais.

Essa região de fronteira será observada como um lugar de trânsito, de movimento e passagem da população nesse espaço de fluxos constantes, considerando que a urbanização e o crescimento do comércio verificado nessa fronteira têm contribuído para a constância da mobilidade para o trabalho.

Esses trabalhadores vêm em Lethem uma alternativa, ainda que precária, de emprego e renda, pois Lethem recentemente vem revelando um maior incremento comercial, circunstância que tem propiciado espaço no mercado de trabalho para uma mão de obra brasileira que até então não se configurava.

Na realidade social, os indivíduos sem emprego são suprimidos do direito de viver dignamente e é pela necessidade de trabalhar, de assegurar com regularidade suas necessidades básicas, de alimento cotidiano, que trabalhadores homens e mulheres se lançam no mundo do trabalho, mesmo que essa vida digna seja apenas uma probabilidade remota de se realizar em outra pátria, em um lugar em que as condições de cidadão para pessoas migrantes sejam inconsistentes.

Em muitos casos, os trabalhadores almejam, simplesmente, uma colocação no mercado de trabalho, independente de se deparar com quaisquer dificuldades exclusivas de sua condição cotidiana de “trabalhador migrante”, como, por exemplo, a ausência de alguns direitos trabalhistas, a qualificação limitada, o não domínio do idioma do país receptor, dentre outros. Ainda assim, essas pessoas contemplam a possibilidade de melhorar de vida, buscando novas oportunidades de trabalho e emprego, mesmo que seja em outra nação.

Assim sendo, trabalhadores podem não estar realizando transferência de residência, pois muitos deles possuem redes de relações familiares, de amizade e

²⁸ Para entender a realidade das mobilidades humanas fronteiriças é importante considerar, além das questões relativas ao trabalho, outros elementos, dada a complexidade das regiões de fronteira. De acordo com Albuquerque (2008, p.13), “os processos migratórios são deslocamentos fronteiriços, pois os contatos com outras realidades sociais criam barreiras e produzem travessias e fluxos culturais”. A fronteira é um lugar de passagem, de travessia, de contatos, de miscigenação, de interação, enfim, um espaço privilegiado por se determinar como uma área de culturas e identidades distintas. Complementando essa concepção de fronteira, Alvarez (2008) noticia que as fronteiras exibem uma dinâmica social singular, pois entrelaçam os indivíduos dos dois lados da fronteira, esculpindo uma vinculação “translocal”, onde essas características são mais visíveis em cidades constituídas ao longo da linha de fronteira.

de vizinhança de um lado e outro da fronteira. Para esses indivíduos, esses são lugares de memórias e de pertencimento, portanto, este aspecto de mudança residencial não é fundamental.

Acreditamos que essa prática se institui como uma condição, como um produto do próprio sistema capitalista, onde essa mão de obra necessita ser móvel, disponível e flexível, atendendo, dessa forma, as demandas e as imposições do modelo econômico corrente e da exploração do capital.

Contribuindo neste diálogo, Jardim (2011) esclarece que essa mobilidade é uma das dimensões dos processos de deslocamento populacional no território e vem ganhando novas especificidades e novas formas provenientes das mudanças na organização da economia e da sociedade. Nesse sentido, refere-se aos percursos entre o domicílio e o lugar de trabalho, que em termos de tempo e espaço podem variar de uma hora ou mais, um dia longo de trabalho, uma semana, um mês.

Assim, em nosso trabalho, entatizamos justamente o fato do critério não ser o de “fixação” em um lugar ou outro. Destacamos a “mobilidade”, ou seja, o trânsito entre um lugar e outro, a dinâmica entre as cidades de Bonfim e Lethem.

É importante destacar que essas modificações, que tem levado às formas de dilapidação e estruturação do trabalho, recriam suas táticas tornando-as mais amenas e habituais, para que o processo de submissão do trabalhador se manifeste com sutilidade, atendendo à demanda de reestruturação financeira enquanto processo mundial de concentração do capital.

Podemos utilizar uma análise de Cattani (2005), que revela muito bem os mecanismos do processo de dominação capitalista, sendo que:

[...] as consequências da alienação do trabalho fizeram-se sentir, sobretudo, na resignação, no acomodamento, na aceitação de formas medíocres de disciplinamento que vão além do espaço produtivo, contaminando o conjunto da vida em sociedade. [...] A violência que caracterizou sua implantação foi gradativamente desaparecendo na medida em que os indivíduos foram domesticados, ou seja, a relação assumiu um caráter aparentemente natural (CATTANI, 2005, p.53).

Esta análise nos permite perceber como se dá a relação entre capital e trabalho, bem como a complexificação do regime de exploração e alienação²⁹ do trabalhador. Nesse sentido, o trabalho nos moldes da sociedade moderna, como

²⁹ Sobre a alienação do trabalho, ver Leandro Konder (2009): *Marxismo e Alienação*. Expressão Popular.

mecanismo controlador do capital, institui o processo de desumanização do trabalhador por meio da exploração, reforçando ainda mais o grau de complexidade que alcançou a sociedade capitalista com suas contradições e conflitos.

Nesse contexto, o dispositivo causador do processamento de subordinação ganha visibilidade nos tempos contemporâneos, quando essa impalpável opressão se apodera do pensamento e da alma do trabalhador, essencialmente efetivando a “dominação” que é instituída pelo capital. Desse modo, o domínio sobre esses sujeitos – os trabalhadores – se firma por meio de um metabolismo social, em que o capital consolida-se com o sujeito.

Essas mudanças foram também impulsionadas pelo neoliberalismo e, em decorrência desse evento, ocorreu uma reordenação das práticas de produção mundial, bem como das relações de trabalho.

De acordo com Galvão (2008), a terminologia neoliberal vem sendo utilizada desde a década de 1980, caracterizando um novo tipo de ação estatal, isto é, um novo conceito político e econômico, preservando algumas relações com o liberalismo clássico, entretanto, com algumas reformas. Dentre suas principais características, destacam-se a privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos mercados (trabalho e financeiro) e a transferência de parcelas crescentes da prestação de serviços sociais para o setor privado, tais como educação, saúde e previdência.

As determinações neoliberais auxiliaram na difusão do Estado mínimo, ou seja, mais “enxuto”, cujo propósito era incorporar uma política de “intolerância fiscal”, ou melhor, assegurar mais rigidez ao sistema. Nesse sentido, para Sousa (2004, p.35), a

[...] adoção dos métodos ‘flexíveis’ de organização da produção e do trabalho se verificou de forma concomitante com uma série de mudanças que se foram impondo no espaço político e ideológico, com a ascensão da concepção neoliberal, que constitui o suporte teórico-ideológico dessas mudanças.

Embora as palavras de ordem do neoliberalismo sejam a desregulamentação e a flexibilização, novas práticas de regulamentação e de controle serão originadas, acentuando ainda mais a intensificação dessas medidas. Perante as consequências nefastas desse processo, destacam-se a banalização da cidadania e a despolitização ou naturalização da economia.

Assim, expondo seu raciocínio acerca do neoliberalismo, Anderson (1995) enfatiza que esse fenômeno

É um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. [...] Nesse sentido, qualquer balanço atual do neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento ainda inacabado. [...] Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria (ANDERSON, 1995, p.22-23).

De acordo com a análise do autor, os resultados ideológicos e políticos se evidenciam bem mais que os econômicos, favorecendo uma hegemonia planetária, aumentando cada vez mais a violência econômica e a desigualdade entre as nações.

De fato, a capacidade que os países mais avançados possuem em extrair lucro do restante do mundo, em especial, entre os países com níveis de desenvolvimento muito diferente, ou seja, os menos desenvolvidos, é desmedida.

Nessa conjectura, as políticas desenvolvimentistas são substituídas por práticas neoliberais que favorecem uma fugaz estabilidade econômica, obtida em função do desemprego e das desigualdades sociais.

A versatilidade da economia mundial estabelecida pelo neoliberalismo fez com que as indústrias dos países desenvolvidos fossem deslocadas para os países em desenvolvimento, favorecendo o aproveitamento dos trabalhadores locais, bem como a capacidade de seu mercado consumidor.

Contudo, essas deliberações sobre a produtividade mundial se concentram nos países desenvolvidos, uma vez que essa condição edificou uma hierarquia econômica e política acentuando a hegemonia econômica entre os países centrais e periféricos.

A expansão desse modo de divisão da produção proporcionou uma especialização produtiva em contexto mundial, onde cada nação tem a incumbência de produzir determinado produto ou até mesmo partes dos mesmos, fragmentando o processo de produção e circulação de bens.

No entanto, ocorre que o processo de industrialização acontece de forma diferente e desigual nos países. Por conseguinte, a economia mundial e o

desenvolvimento das forças produtivas se organizam a partir de um modelo com base na discriminação produtiva. Assim sendo, o intercâmbio entre as unidades econômicas – países e nações – estão ordenados entre o centro e a periferia, ou seja, países capitalistas desenvolvidos e países emergentes e pobres ou com baixa concorrência na economia planetária.

Essa dinâmica financeira demonstra que a Divisão Internacional do Trabalho, no contexto da globalização econômica, designa mudanças no procedimento de distribuição do capital no mercado, na locação das empresas, assim como na fluidez da força de trabalho. Em vista disso, Hirata (2001) informa que a globalização oportuniza a eliminação de limites e fronteiras, ou seja, estimula a sistematização de um mercado consubstanciado, facilitando a reciprocidade entre os mercados. Como resultado, incentiva um número maior de agentes econômicos a efetivar suas operações em um panorama mais abrangente, posto que o movimento de internacionalização do capital é um processo histórico, porém, o que é recente nesse regime é a proporção alcançada pelos fluxos e a diversidade de produtos e agentes econômicos contemplados nesse processamento econômico.

Desta forma, concebemos que esses mecanismos geram fragmentação nesse regime, agravando a hierarquia nas atividades, determinando valores desiguais para as atividades desenvolvidas, bem como para os trabalhadores e, de modo consequente, ocorre o decréscimo do custo da força de trabalho.

Pochmann (2006, p.6) enfatiza que “a capacidade de absorção de trabalhadores não depende exclusivamente da expansão de um país, mas do seu padrão de desenvolvimento econômico”. Nesse sentido, a qualidade dos postos de trabalho estará atrelada ao nível de desenvolvimento tecnológico, à organização do trabalho e às condicionalidades impostas pela regulação do mercado mundial de trabalho.

Podemos também acrescentar que esse mecanismo de espacialização das cadeias produtivas, dentre outros resultados, provoca desigualdades, principalmente em países categorizados como emergentes ou em desenvolvimento.

Desta forma, Montaño e Duriguetto (2011) asseguram que quanto maior o desenvolvimento, maior será a acumulação de capital, visto que o desenvolvimento no capitalismo não estabelece um compartilhamento justo dos recursos, mas sim ocasiona uma maior centralização de capital e, conseqüentemente, maior decadência, ou seja, maior desigualdade social.

Refletindo sobre este enfoque, notamos que esse pensamento revela as complexidades existentes nas relações no mundo do trabalho. As empresas, com o objetivo de aumentarem sua produção, propiciam o processo de “transmutação do trabalhador”, estabelecido pelo sistema de produção capitalista, ou seja, por meio da efetivação de sua atividade laboral cotidiana, o indivíduo não mais demonstra condição de realização e civilidade em sua jornada, ao contrário, ela transforma-se em uma forma de sobrevivência, em um trabalho forçoso e alienante, pois é o tempo de trabalho que predomina, limitando os momentos de sociabilidade e entretenimento desses trabalhadores.

No entanto, para os trabalhadores, esses produtos denotam significação puramente econômica, circunstância imposta pela atual sociedade como parte essencial de um sistema direcionado para a elaboração de mercadorias.

Segundo Araújo e Ferreira (2009), desde os anos 1990, em circunstância de crise e globalização da economia, observou-se um aceleração no processo de reestruturação produtiva em escala planetária, reforçando uma intensificação de distintas formas de terceirização e precarização. O processo de externalização de atividades diz respeito às atividades que se concebem por meio da subcontratação (ou terceirização) de empresas, de oficinas e de trabalhadores autônomos, fundamentando-se como elemento central dos novos modelos produtivos, sendo originária da prática de enxugamento e focalização das empresas, buscando uma maior flexibilidade da produção e das relações de emprego.

Desse modo, a externalização de atividades, isto é, sua intensificação e generalização nos mais variados setores da indústria e dos serviços, é compreendida como parte do processo mundial de descentralização da produção e do aumento da informalização de uma sociedade em selvageria social.

Nesse contexto de intensificação das relações econômicas capitalista, Antunes (2000, p.38) sugere que

[...] desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal, onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução deste mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo.

Dito isto, do ponto de vista do autor, o fortalecimento do modelo econômico

vigente vem proporcionando experiências de angústia e desemprego, induzindo as pessoas a perambularem mundo a fora na luta pelo sustento, como uma estratégia de sobrevivência³⁰. Essa é a realidade que leva os brasileiros a procurarem trabalho além das fronteiras, como é o caso da transfronteira Brasil/Guiana.

Essas argumentações nos levam a constatar que uma única área de conhecimento não é suficientemente capaz de compilar, em sua especificidade, a universalidade dos procedimentos relevantes para a compreensão do fenômeno da mobilidade humana internacional na atualidade.

Entendemos que ao realizar uma discussão dando ênfase a temas contemporâneos e relevantes, como, por exemplo, relações de trabalho e mobilidade humana, é imprescindível a amplificação dos limites do conhecimento.

Acreditamos que a temática acerca da mobilidade humana e trabalho, em função de suas complexidades, deve ser discutida dentro do contexto da interdisciplinaridade e pluralidade, enriquecendo o debate e favorecendo sua compreensão. É assim que viabilizamos nosso debate neste trabalho, nos apropriando de contribuições de distintas áreas de conhecimento.

Albuquerque (2009) informa que nas duas últimas décadas e início do século XXI uma preocupação tem se tornado notória entre antropólogos e sociólogos, ao observarem as microrelações das populações locais em regiões de confluência entre duas ou mais nações. O entendimento acerca desses limites vem contribuindo para averiguar a ocorrência da articulação entre a esferal nacional, local, regional e transnacional nos espaços fronteirços, analisando a constância das identificações e das representações sobre o “outro”. Para o autor, essas análises têm contribuído para compreender a instrumentalização da fronteira política pela população fronteiriça, do mercado fronteiriço, da efetivação do exercício de direitos civis, bem como de direitos políticos e sociais nos limites dos estados nacionais e, ainda, refletir sobre as fronteiras sociais, culturais e simbólicas que se originam e se sobrepõem.

Nesse sentido, algumas dinâmicas recentes vêm se apresentando na fronteira

³⁰ Segundo Gutiérrez (2005), o entendimento acerca do desenvolvimento de estratégias de sobrevivência numa sociedade específica está relacionado às ações econômicas, sociais, demográficas e culturais realizadas pela parte da sociedade que não possui meios de produção suficiente para suprir suas necessidades e não se incorpora plenamente ao mercado de trabalho, pois não conseguem obter rendimentos necessários, capazes de suprir sua necessidade de existência no nível socialmente existente, devido às insuficiências estruturais do estilo de desenvolvimento predominante.

Brasil/Guiana, a princípio, condicionadas pela edificação da ponte que fomentou a mobilidade de pessoas nessa região e até mesmo pela própria facilidade que a transfronteira dispõe quanto aos deslocamentos para trabalhar em Lethem e residir em Bonfim.

Assim, aprofundando o entendimento acerca do processo de globalização econômica e suas implicações no processo de mobilidade humana, Padilha e Ortiz (2012, p.159-160) enriquecem este diálogo, inferindo que:

Os movimentos migratórios são uma das características mais proeminentes das sociedades contemporâneas. A globalização tem contribuído para intensificar estes movimentos devido à compressão do tempo e espaço provocada pela revolução dos transportes e das comunicações. Atualmente, e mesmo com o aumento da fiscalização e controles migratórios, a taxa mundial de migração não para de crescer. Pode-se afirmar que os movimentos migratórios atravessam diferentes etapas ao longo do último século: transatlânticos, intra-europeus e finalmente transnacionais.

A partir dessa abordagem se revelam as dinâmicas migratórias vivenciadas nesse século, onde o migrante tem acesso a um sistema de informação maior, transportes mais eficientes e a mídia propagando um mundo em transformação.

Em vista disso, essas circunstâncias têm suscitado uma nova percepção sobre tempo e espaço e todos esses fatores favoreceram, sobretudo, a intensificação dos fluxos populacionais pelo mundo.

No contexto atual, é importante destacar que as distâncias têm diminuído, promovendo um convívio entre as sociedades emissoras e receptoras, intensificando a mobilidade humana e o estabelecimento de um movimento transnacional, cuja complexidade se manifesta claramente nos contextos regionais em áreas de fronteira. Com relação a fronteira Brasil/Guiana, Pereira (2006, p.189) sustenta que “há uma travessia diária e contínua de pessoas e mercadorias sobre as águas do rio Tacutu, a qual denominei de trânsito transfronteiriço”.

Corroborando com esses apontamentos, Rodrigues (2006, p.197) esclarece que,

[...] em virtude das novas tecnologias de transporte e comunicação intensificando os fluxos transfronteiriços de mercadorias (legais e ilegais), de pessoas (turistas, moradores de fronteira, imigrantes e trabalhadores migrantes), bem como fluxos imateriais e simbólicos (bilinguismo,portunhol) em que as culturas e as identidades transcendem seu lugar de origem e se hibridizam a ponto de ser cada vez mais difícil de identificar suas origens.

O fenômeno da globalização econômica exerce influência na mobilidade humana, facilitando a intensificação da dinâmica econômica entre os diferentes

países. Conseqüentemente, as mobilidades humanas são impulsionadas, aumentando sua dispersão pelo mundo, pois com transportes mais rápidos, com maior capacidade de carga e de passageiros se intensificou a circulação de pessoas. Nessa perspectiva, segundo Patarra (2002), as migrações internacionais nos últimos anos deram uma nova dinâmica à formação de blocos regionais.

Assim, ao pensar a globalização, é importante perceber a multiplicidade que envolve esse processo. O aspecto que apresenta maior expressão é, sem dúvida, o econômico, mais visível e determinante, mas também é preciso considerar os aspectos culturais, sociais e políticos envolvidos na ideologia da globalização.

Nesse sentido, para Becker (2009), a multiplicidade desse evento se evidencia:

[...] quando pensamos em globalização, rapidamente imaginamos fluxos crescentes de bens, serviços e capitais permeados através das fronteiras nacionais. A globalização, porém, é um fenômeno bem mais complexo e multifacetado que envolve aspectos sociais, econômicos, tecnológicos, todos eles inter-relacionados (BECKER, 2009, p.59).

A mobilidade humana em busca de trabalho, a princípio, deve ser compreendida considerando as complexidades que estruturam o capitalismo, bem como suas ambigüidades. Coadunando com essa compreensão, Oliveira (2014, p.27) enfatiza que:

[...] os processos migratórios transformam-se em estratégias de controle do sistema produtor de mercadorias, o qual desloca fluxos de trabalhadores para atender às exigências do capital, que transcendem à jurisdição do Estado.

A autora ressalta que, entretanto, nesse estágio do sistema capitalista, assinalado pela reorganização de suas técnicas de controle, esses fatores sustentam a mobilidade humana. Assim, em busca de melhores oportunidades, os trabalhadores migrantes se deslocam a procura de emprego, fomentando ainda mais a dinamização e a circulação de pessoas e mercadorias pelo mundo.

Nossa pesquisa se concentrou na fronteira entre Brasil e Guiana, por entender que esse estudo permite não apenas acrescentar conhecimento com relação ao processamento dos deslocamentos humanos, mas por acreditar que esse estudo favorece a compreensão das circunstâncias dessa mobilidade, das dinâmicas sociais vivenciadas e das realidades regionais e locais impostas nessa transfronteira.

Assim, em função das mudanças que vem ocorrendo nessa região, ampliamos as possibilidades de debates não apenas no aspecto econômico, mas alargamos nosso entendimento buscando abordagens alternativas para a percepção das dinâmicas sociais que ocorrem impactando os trabalhadores transfronteiriços que buscam melhores condições de vida e de trabalho na República Cooperativista da Guiana.

O século XXI, evidencia um panorama repleto de imprecisão no mundo do trabalho, promovendo o surgimento de divergências, de espaço de inseguranças, de incertezas, de desempregos, de destituição dos direitos adquiridos e de empregos precários e terceirizados, aumentando o exército de desempregados espalhados pelo mundo, constatando as contradições que caracterizam o mundo do trabalho nesse século.

Nessa análise, concebemos a fronteira como um lugar singular. Por conseguinte, os registros dos deslocamentos em áreas de fronteiras sugerem que não existe fronteira isolada, o que se percebe é a existência de múltiplas fronteiras que contemplam elementos culturais, econômicos, tecnológicos, sociais, de gêneros, dentre outros, e que dentro desta perspectiva podem conotar a ideia de divisão, faixa, limite e, assim, simultaneamente, apresentam sentimentos discordantes de oposição e aproximação. De acordo com os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de Marx³¹ (2004), a fronteira passa a ser definida a partir da proposição da propriedade privada e se desenvolve a partir da economia de subsistência numa estrutura de delimitação de espaços privados.

Essas breves reflexões indicam que as fronteiras podem ser pensadas a partir de diversos paradigmas, que vão desde os conceitos técnicos e geopolíticos até a percepção que dela têm os povos que transitam por elas numa permanente relação de translocalização, ou seja, aqueles que se deslocam nas fronteiras ignorando as barreiras limítrofes e os impedimentos geopolíticos.

Inferimos, a partir dessas reflexões, que regiões de fronteiras, como a do Brasil e da Guiana, são espaços onde se intensificam as práticas do capitalismo na atualidade, em particular no que diz respeito ao domínio exercido pelo capital sobre

³¹ De acordo com Engels (2004), no Apêndice dos Manuscritos Econômico-Filosóficos (p.175), a fronteira está relacionada com a definição da propriedade privada e "se abandonarmos a propriedade privada, então todas essas divisões não-naturais desaparecem" junto com ela.

o trabalhador migrante, suscitando e favorecendo essas mobilidades humanas para o trabalho.

Entendemos que a procura por novas oportunidades de trabalho, associado ao desejo de ascender economicamente e assegurar melhores condições de vida para sua família, é uma condição necessária para a efetivação dessa mobilidade humana laboral.

Póvoa-Neto (1997) assevera que a migração, ao se espacializar geograficamente, configura uma realidade onde:

O capitalismo, ao gerar trabalhadores excedentes, separados de seus meios de existência, cria a necessidade dos deslocamentos à busca de trabalho. A disponibilidade de tais trabalhadores, apresentando-se para o assalariamento nos mais diversos pontos do território, torna-se por sua vez condição necessária para a própria existência da acumulação de capital. A migração não é pois mero mecanismo de redistribuição espacial de populações, adaptando-se às solicitações do sistema econômico (PÓVOA-NETO, 1997, p.19).

Os trabalhadores brasileiros, particularmente do município de Bonfim/RR, que realizam a mobilidade laboral na transfronteira Brasil/Guiana, estão constituindo estratégias – ainda que instáveis – de sobrevivência. Em vista disso, o capital, ao mesmo tempo, estabelece e regula a força de trabalho nessa transfronteira.

Nesse sentido, é imprescindível compreender esses sujeitos sociais que diariamente transitam nesse espaço transfronteiriço, produzindo evidências de lugares ainda pouco compreendidos, como no caso dessas pequenas cidades fronteiriças de Bonfim e Lethem, que desempenham função relevante na estruturação dessa região de fronteira, provocando respostas distintas naqueles que, em algum momento, são levados a defrontar suas trajetórias laborais rotineiras.

Assim, em vista dessa dinâmica nessa região do extremo Norte do Brasil, Pereira (2006, p.17) acrescenta que:

[...] observa-se, portanto, que os processos migratórios de pessoas e de mercadorias na fronteira articulam, a um só tempo, cultura, identidade, nacionalidade e localidade. Conseqüentemente, para além dos aspectos dos dados estatísticos e geopolíticos, dessas três cidades, falar de Boa Vista, Bonfim e Lethem é, também, narrar às várias formas de migração que se produzem. São deslocamentos físicos e de significados, conforme os aspectos da interação social que servem à comparação e também retratam as várias formas de ser migrante nessa fronteira Brasil – Guiana.

Trata-se de uma área fronteiriça com fluxos significativos de brasileiros que vão realizar compras, trabalhar, dentre outros motivos. Por isso, consideramos necessário esse estudo no esforço de compreender e retratar essa realidade,

estabelecendo um panorama desses movimentos migratórios, mesmo que de curta distância.

Com base nas realidades e conhecimentos, bem como nas observações prévias realizadas tanto em Lethem, quanto em Bonfim, identificamos as características econômicas, sociais e transnacionais que ensejam a mobilidade laboral, considerando as especificidades locais e regionais desses transmigrantes. Neste sentido, entendemos que o conhecimento detalhado sobre essa realidade é fundamental para estabelecer intervenções efetivas nessa região.

A pesquisa é necessária para que entendamos o complexo metabolismo do trabalho e das relações trabalhistas que ocorrem na transfronteira Brasil/Guiana. Assim, analisamos em que contexto ocorrem as relações de trabalho nessa fronteira.

Compreendemos que a constituição desses fluxos contínuos por meio dos processamentos geográficos nessa transfronteira promove um incremento de hábitos e práticas locais por instrumento do aprendizado oportunizado e pelos relacionamentos alcançados nesse espaço multicultural, enlaçando essas comunidades por meio de suas práticas cotidianas.

Nesse sentido, as pessoas de ambos os lados podem cruzar a fronteira frequentemente, trabalhar, utilizar serviços e continuar morando em seu país de origem. Coadunando a respeito das fronteiras e suas ambiguidades, Albuquerque (2008, p.02) afirma que “as fronteiras apresentam uma dinâmica social particular que enlaça a população de ambos os lados em uma relação translocal”.

Esse conagraçamento social existente nas relações criadas no dia a dia desses fronteiriços assegura o entrelaçamento das relações sociais, que constantemente são transformadas pelos sujeitos que compõem esse panorama, considerando as articulações que se manifestam nesse local, moldando os fluxos, bem como o espaço geográfico entre as duas cidades.

Bonfim, devido a sua localização, torna-se local de passagem para aqueles que desejam conhecer a Guiana ou até mesmo fazer compras em Lethem. Para os Bonfinenses ou os “moradores da fronteira” que se deslocam em busca de trabalho, ou mesmo para a efetivação de seu trabalho, essas relações transfronteiriças são visualizadas como extensão uma da outra.

Com a construção da ponte internacional sobre o rio Tacutu, intensificaram-se as transformações culturais, socioeconômicas e inclusive interpessoais, em função do aumento do fluxo de pessoas nessa fronteira. Dessa forma, a multiplicidade de

interesses, bem como as adversidades desses processos migratórios, contempla a pluralidade desse panorama espacial que particulariza essas práticas fronteiriças.

E nessa perspectiva encaminhamos nossa pesquisa, destacando as experiências das pessoas que transitam nessa região limítrofe, evidenciando as vivências e as particularidades sobre esse fluxo de trabalhadores brasileiros que se deslocam para o país vizinho.

3 ESPAÇOS LABORAIS E CONDIÇÕES DE TRABALHO DE BRASILEIROS NA TRANSFRONTEIRA BRASIL/GUIANA

Fatores como a pobreza, a dificuldade de subsistência humana e a falta de perspectivas, são alguns motivos que impulsionam a migração em busca de trabalho. Nesse sentido, a mobilidade humana laboral, em busca de obtenção de renda, pode contribuir para o aumento do poder aquisitivo, de renda e, de modo geral, melhorar a condição social e econômica das famílias.

A escolha deste tema se reveste de especial importância, dadas as possíveis consequências sociais as quais são submetidas as famílias dos trabalhadores transfronteiriços, bem como as possíveis implicações desse processo nas unidades familiares.

Portanto, a realização de uma análise e uma reflexão mais atenta sobre o tema se configura como um desafio para o entendimento do processo de mobilidade laboral na fronteira, ao mesmo tempo que alarga o diálogo sobre a questão, do ponto de vista acadêmico.

Desse modo, surge a necessidade de analisar os impactos da mobilidade populacional laboral de brasileiros em Lethem/Guiana que, na busca pelo sustento e na ausência de emprego, obrigam-se a ir até a cidade fronteiriça, mesmo que seja para postos de trabalhos precários, com jornada diária extensa.

Para a efetivação dessa pesquisa, adotamos o método qualitativo, tendo sido utilizada entrevista semiestruturada. Os sujeitos da pesquisa são trabalhadores e trabalhadoras transmigrantes brasileiros, moradores da cidade brasileira de Bonfim/RR, que se encontram na faixa etária de 18 a 42 anos de idade, com escolaridade, em sua maioria, de nível médio, do gênero masculino e feminino, que buscaram trabalho na cidade de Lethem/Gy, em função de não conseguirem vaga no mercado de trabalho, no município de Bonfim/RR.

No decorrer das entrevistas, que foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, os depoentes relataram suas vivências cotidianas nessa área de fronteira, com relação à execução de suas atividades laborais, bem como suas condições de trabalho e suas expectativas para o futuro.

Importante esclarecer que algumas das entrevistas foram realizadas

dentro do estabelecimento comercial, com a permissão dos proprietários. Esse foi o meio encontrado para que se efetivasse o encontro com os trabalhadores transfronteiriços, pelo fato de suas folgas se concentrarem nos domingos a tarde, o que dificultava a realização das entrevistas.

Vale destacar, ainda, que alguns empregadores de Lethem, principalmente os brasileiros que contratam mão de obra brasileira, colaboraram permitindo que seus empregados concedessem as entrevistas em horário de expediente, visto que a maioria dos trabalhadores almoça no próprio local de trabalho.

Assim, como condição, foi sugerido pelos entrevistados e pelos patrões que esses encontros acontecessem de segunda a quarta e sempre no turno matutino, período em que o movimento no comércio é tranquilo, fato que facilitava as entrevistas sem comprometer as atividades laborais dos entrevistados durante seu expediente.

Por outro lado, os demais comerciantes de Lethem, que também empregam trabalhadores brasileiros, não permitiram a obtenção de informações e captura de imagens em seus estabelecimentos, assunto sobre o qual nos aprofundaremos mais adiante.

Nesse sentido, as próximas explanações revelam que alguns dias da semana não são favoráveis para realização das entrevistas, pois,

- E13: [...] em Lethem alguns dias não vai dar para falar não. Nos finais de semana, que são os dias que mais trabalhamos, são os dias de maior movimento, fica difícil pra gente né. Precisamos atender os clientes, dar atenção e os patrões podem não achar bom também. Aqui é melhor no início da semana, até quarta feira ainda dá. Mas no final de semana não dá não. E é melhor pela parte da manhã também. Entendeu? (Joana³², Pesquisa de Campo, 2016).

- E7: [...] aqui na loja o sábado é o dia de MAIOR MOVIMENTO aqui, então acho que seria melhor no meu dia de folga, que é segunda feira, ou então até quarta, e se for pela manhã é mais tranquilo também. (Marcos³³, Pesquisa de Campo, 2016).

Diante disso, nos finais de semana, portanto, dias de maior movimento, não foi possível realizar nenhuma entrevista, visto que esses trabalhadores precisam estar disponíveis para trabalhar, considerando que a maioria trabalha com vendas, e, conseqüentemente, as vendas são mais intensas aos finais de semana, momento

³² Joana (nome fictício), 21 anos, brasileira, ensino médio completo, vendedora, mora em Bonfim, e há um ano trabalha em Lethem. Entrevista concedida em 25/04/2016.

³³ Marcos (nome fictício), 24 anos, brasileiro, ensino médio completo, operador de caixa, morador de Bonfim, há quatro anos trabalha em Lethem. Entrevista concedida em 11/05/2016.

em que consumidores de Boa Vista e até mesmo Manaus, percorrem aproximadamente, 125 km, rumo à Lethem para efetuar suas compras.

Nos estabelecimentos que possuem trabalhadores brasileiros, mas que são propriedade dos chineses, por exemplo, não foi possível realizar nenhum tipo de diálogo ou entrevista em seus locais de trabalho.

Assim, no momento que os proprietários das lojas percebiam que eu não estava ali para fazer compra, mas que o interesse era outro, ficavam extremamente impacientes, não permitindo as entrevistas e imediatamente solicitavam minha saída, através de gestos.

Nesse caso, para não deixar de coletar as informações, era necessário aguardar o término do expediente para então, dentro do carro e com a permissão do trabalhador, realizar a entrevista. No entanto, algumas vezes os entrevistados ficavam inseguros e desconfortáveis, visto que não queriam criar nenhuma condição que comprometesse seus postos de trabalho.

Todas as entrevistas ocorreram, inteiramente, em território guianense na cidade de Lethem, e procedeu de forma contínua, concentrada nos meses de abril, maio e junho do corrente ano, particularmente nos estabelecimentos comerciais que contemplam, em seu quadro funcional, trabalhadores de nacionalidade brasileira, com exceção de uma entrevista, em particular, que transcorreu na cidade de Bonfim, com uma ex-trabalhadora transmigrante.

Na primeira visita, que chamei de viagem exploratória, constatei que seria difícil conseguir as entrevistas, pois os trabalhadores brasileiros, bem como, seus empregadores, desconfiavam do meu interesse e dos objetivos de minha investigação.

Ocorre que muitos trabalhadores, por insegurança ou mesmo medo de perder o trabalho, não concordam em relatar suas experiências e vivências laborais. Nesse sentido, imediatamente, procurei meios de me comunicar com essas pessoas e as convencer que em nenhum momento iria prejudicá-las, que a construção e a compilação de todas as informações reunidas nesse estudo têm como objetivo compreender e explicar a natureza dessa região e das práticas laborais cotidianas das pessoas por meio das interações nessa transfronteira Bonfim/Lethem.

Não se pode deixar de mencionar a ajuda de um entrevistado, em especial, pois devido a sua boa vontade e gentileza, foi possível realizar as demais

interlocuções, visto que ele conversou pessoalmente com cada um dos entrevistados, pedindo que colaborassem com o estudo, e, em algumas oportunidades identificava os estabelecimentos que admitem os trabalhadores transmigrantes brasileiros, sujeitos desse estudo.

Vale ressaltar, que essa estratégia foi imprescindível para a realização das entrevistas com os interlocutores dessa pesquisa. Daquele momento em diante, o trabalho transcorreu de maneira mais tranquila.

Após o término de cada entrevista, com a anuência do dono do estabelecimento comercial, a pesquisadora permanecia no ambiente, tomando nota das características do local, da circulação de pessoas, enfim, sobre algo que ficou subentendido nas entrelinhas e que durante a entrevista não foi revelado.

Assim sendo, realizou-se após o término de cada encontro, uma espécie de memória das entrevistas, com a intensão de aproveitar o máximo possível de informações de cada local e entrevistado.

As entrevistas foram imprescindíveis para compreender como se efetivam essas mobilidades para o trabalho nessa região fronteiriça e como ocorrem as dinâmicas socioeconômicas, interpessoais, dentre outras.

Essa experiência, sem dúvida, foi extremamente enriquecedora e possibilitou observar de forma mais nítida como se processam as relações sociais, e o modo de vida estabelecida na fronteira entre Bonfim e Lethem.

Nesse sentido, reforçamos a importância de realizar o trabalho de campo, Sprandel (2006, p.137) comunica que sem investimento em trabalho de campo poderia ocorrer “um relativismo subjetivista, quase cínico, no qual as superposições e espelhamentos de identidades e deslocamentos territoriais terminariam fatalmente conduzindo a uma visão desubstancializada da situação social de milhares de pessoas que vivem e transitam por territórios limítrofes”.

Atrelada à informação supracitada, a constatação de que o fenômeno da migração fronteiriça tem se intensificado nos últimos anos. Atualmente, essa mobilidade humana internacional tem se evidenciado por estabelecer meios de se sedimentar, adotando estratégias como a constituição das “redes sociais³⁴”.

³⁴ Nos processos de mobilidade humana, um traço importante é o estabelecimento de laços e conexões que facilitem a inserção desses trabalhadores migrantes na comunidade receptora. A esse respeito, Arruda (2007, p.48) esclarece que a constituição das “redes sociais” têm a função de ligar a região de origem com o país que irá se estabelecer, viabilizando assegurar a incorporação desses indivíduos de forma mais acolhedora. Esse sistema de redes é importante, pois diminui os riscos e

Complementarmente, a partir das contribuições de Rodrigues (2009), é possível reconhecer que essa é uma das práticas existentes nesses espaços transfronteiriços, atribuindo originalidade a essas áreas, de forma que:

Essa tríplice fronteira é marcada pelo cotidiano dos grupos étnicos e nacionais que, desde longos anos, desenham fluxos migratórios diários e transfronteiriços criando e fortalecendo redes sociais que se estendem por intermédio das relações de comércio, de trabalho, de serviços públicos, de lazer, de parentesco, de vizinhança e de religiosidade. Esse trânsito transfronteiriço é um dos aspectos que dá forma e cor à tríplice fronteira ao norte do Brasil. (RODRIGUES, 2009, p.224).

O estabelecimento das redes sociais no contexto da mobilidade humana cumpre a função de promover a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, bem como favorecer sua integração na comunidade receptora, auxiliando sua adaptação nesse novo meio, pois essas organizações transcendem as fronteiras territoriais de uma nação.

As áreas de fronteiras se caracterizam de modo singular em função dos contrastes presentes nesse espaço geográfico e, nesse sentido, as “fronteiras” são traçadas por linhas imaginárias projetadas com a intenção de delimitar o território de cada nação e assegurar sua soberania.

A partir desse entendimento sobre a realidade ora apresentada, esse capítulo denominado “Espaços laborais e condições de trabalho de brasileiros na transfronteira Brasil/Guiana” representa uma cartografia, pontuando os espaços laborais em que estão inseridos os trabalhadores transmigrantes brasileiros, bem como as condições laborais às quais estão submetidas essas pessoas em suas jornadas diárias de trabalho em Lethem, na Guiana.

Nessa direção, enfatizamos os processos de mobilidade laboral transfronteiriça, posto que nosso interesse visa compreender quais são as condicionantes desse processo de mobilidade humana laboral internacional na atualidade e como intercorre a inserção desses trabalhadores transmigrantes brasileiros no mercado de trabalho, em Lethem/Guiana, considerando a atual contextura econômica global, bem como as experiências que esses trabalhadores vivenciam ao se dirigirem a essa transfronteira para trabalhar.

O termo “fronteiriço³⁵” é utilizado pela comunidade local ao se reportar aos trabalhadores transmigrantes, que realizam a travessia diária e contínua para o outro lado da fronteira, em busca de emprego, de salário e de remuneração, fatores imprescindíveis à sua sobrevivência e de sua família, retornando ao seu país de origem ao término de cada jornada de trabalho, ao fim de cada dia. Na argumentação de Oliveira (2011, p.68), essa realidade “configura uma formação social associada diretamente às relações transfronteiriças do uso desse território como um espaço comum de convivência entre as duas nações, por sujeitos que produzem a sua existência por meio das relações de trabalho e economia”.

Com a pesquisa de campo foi possível sinalizar como as dinâmicas estabelecidas nessa faixa de fronteira de Bonfim-Lethem são articuladas pelos sujeitos que compõem esse espaço geográfico, efetivando sua jornada laboral em Lethem, tendo em vista que no parecer de Pinto (2012, p.13), que “a falta de oportunidade de trabalho é a condição primeira para alguém se lançar no mundo à procura de emprego”.

Nessa condição, as falas reveladoras desses trabalhadores foram categóricas e nortearam as análises, concatenando-as às atualidades sociais identificadas nessa fronteira. Esses indivíduos se deslocam de seu país de origem buscando oportunidades de emprego, pois almejam melhorar sua qualidade de vida e encontrar melhores oportunidades socioeconômicas.

Essa mobilidade se efetiva porque essas pessoas não alcançaram possibilidades para a realização de seus direitos sociais e econômicos no seu lugar de origem. A mobilidade humana constitui a dinâmica existente entre essas cidades, movimentando a fronteira por meio de uma contínua interação estabelecida nessa localidade.

Para os moradores locais, as restrições jurídicas e políticas são desconstruídas devido à naturalização dessa prática rotineira, que se estabelece nessa fronteira internacional.

Ainda assim, Albuquerque (2010, p.34) ressalta que “mesmo que os deslocamentos sejam entre países vizinhos para uma distância que não ultrapasse 100 km do limite internacional, esses indivíduos deixam de ser reconhecidos como

³⁵ O termo ‘fronteiriço’ é empregado nessa fronteira internacional, para indicar o trabalhador migrante, ou seja, o sujeito que realiza a mobilidade laboral diariamente, o vai e vêm nesse espaço geográfico.

cidadãos e são classificados como estrangeiros”.

A pouca qualificação e a falta de perspectiva em seu município de origem induz os trabalhadores a avistar uma oportunidade de emprego na cidade vizinha, mesmo que temporária, e nesse sentido se aventuram nesse mercado de trabalho, realizando tarefas, muitas vezes, degradantes e exaustivas, cumprindo cargas horárias que ultrapassam às 10h diárias de trabalho.

Dessa forma, objetivando substanciar o processo da mobilidade humana laboral nessa transfronteira, buscamos auxílio na afirmativa de Simões (2014), esclarecendo que,

Atualmente, observa-se que o fluxo pendular na busca pela oportunidade de emprego surge com mais ênfase na cidade de Lethem, justamente, porque os brasileiros são atraídos pela oferta do crescente comércio local. São trabalhadores diaristas ou sazonais, sem qualificação ou semiqualeificados, que trabalham em Lethem e, em sua maioria, vivem em Bonfim. Também, há a presença de trabalhadores que se encontram em situação ilegal, a depender da tolerância dos empregadores e das autoridades locais (SIMÕES, 2014, p.129).

Esse comentário desvela a existência de uma mobilidade humana laboral nessa transfronteira. Lethem, nos últimos anos, em decorrência das transformações econômicas, das obras de infraestrutura e da proximidade geográfica, se configura como um mercado favorável e, a princípio, receptivo para os trabalhadores migrantes bonfinenses, que cruzam essa fronteira na esperança de construir uma vida por meio de sua inserção no mercado de trabalho em Lethem, na Guiana.

Nesse seguimento, a fronteira entre o Brasil e a República Cooperativista da Guiana concentra migrantes brasileiros que se deslocam à procura de emprego, particularmente no lado guianense e, em especial, aqueles que residem no município brasileiro, Bonfim, legitimando uma dinâmica existente entre essas duas cidades, que em sua contextura regional subsistem preservando esse vínculo de dependência mútua, nessa fronteira.

A seguir, na figura 11, observamos imagens da fronteira Brasil/Guiana, destacando a fronteira do lado guianense.



Fonte: Júlia Maria Corrêa Almeida. Pesquisa de Campo 2016.

Nesse entendimento, o migrante tanto pode efetivar sua trajetória migratória se firmando, definitivamente, nessa nova nação ou ainda atravessar a fronteira regularmente para trabalhar, mas morando em seu país de origem. Segundo Pereira (2005, p.17), “esse movimento de deslocamento produz a um só tempo o trânsito transfronteiriço e as redes sociais que ampliam o sentido da fronteira”.

Essa dinâmica migratória, esse fluxo constante, estabelece um processo social relevante para os indivíduos que carecem efetivar essa trajetória e estabelecer novas interações. Desse modo, a conexão desses indivíduos, por meio do cruzamento das redes nesses territórios, é de fundamental importância, pois essa estratégia assegura a estabilidade desses sujeitos nesses novos espaços, favorecendo sua convivência e integração.

Importante mencionar que durante a realização da pesquisa de campo foi possível observar, em alguns relatos, que se efetivam redes sociais que facilitam a incorporação dos trabalhadores brasileiros no mercado de trabalho guianense. Nesse sentido, para assegurar esse fato, nos valem de algumas narrativas obtidas durante a pesquisa de campo.

A entrevista inicial foi com Alexandre³⁶, que possui o ensino médio completo, tem 23 anos, é solteiro e mora com seus pais, em casa própria, na cidade brasileira de Bonfim. Em uma conversa de aproximadamente 20 minutos, explanou sobre a situação do desemprego que Bonfim enfrenta, esclareceu acerca da estratégia

³⁶ Alexandre (nome fictício), 23 anos, brasileiro, ensino médio completo, vendedor, mora em Bonfim, e há dois anos trabalha em Lethem. Entrevista concedida em 27/10/2015.

utilizada para assegurar o sustento familiar e mencionou suas expectativas e seus planos para o futuro. Durante toda sua explanação deixou evidente que está satisfeito com seu trabalho, mas gostaria mesmo de trabalhar em sua cidade, de ver seu município, Bonfim, prosperar economicamente.

Nessa continuidade, durante a execução do trabalho de campo, procuramos saber dos trabalhadores transmigrantes como era realizado o processo de admissão pelos empregadores em Lethem:

- E1: [...] Eu fui na verdade indicado por uma pessoa que já trabalhava, um brasileiro que já trabalhava aqui na empresa, ele me indicou aí tive uma entrevista, ela entrevistou fez tudo, fiz o processo e entrei, comecei na empresa como um vendedor, mas só que como diarista. Eu fazia por diária e trabalhava final de semana, eu ainda não trabalhava direto mensalmente, aí ela me contratou, com um mês ela me contratou, até porque era tipo uma experiência que eu tava tendo, ela tava testando, vendo se realmente eu entendia de mercado, de vendas, aí ela me empregou e comecei. Trabalho aqui há dois anos na loja e tá sendo bom porque como eu não tinha salário, não tinha nada no Bonfim, ajudava minha mãe. [...] Antigamente não tinha no Bonfim uma perspectiva de trabalho, não tinha renda, não tinha nada. Tenho direito a folga, tem algumas regalias que a empresa também paga, beneficiando não só os brasileiros, todos os funcionários em geral, aqui que é férias para quem trabalha mais de um ano, e folga na semana e tem bônus salarial. São essas coisas que a empresa dá. (Alexandre³⁷, Pesquisa de Campo, 2016).

Conforme relata o entrevistado, seu emprego foi intermediado por um amigo que já se desligou da empresa, mas favoreceu sua admissão, promovendo sua indicação para esse trabalho. Outro aspecto importante nesse relato diz respeito ao direito conferido informalmente, ou seja, as “férias” concedidas como uma regalia, uma gentileza, assim como a “folga” semanal.

Essa folga, em geral, é estipulada pelos patrões que estabelecem o dia da semana, para que ela se efetive de acordo com as demandas do estabelecimento, que em vista disso, elaboram um cronograma com as escalas de revezamento, visando o cumprimento e o controle desse benefício, que normalmente ocorre de segunda até a quarta, pois são dias considerados de poucas vendas no comércio local.

A seguir, temos um encadeamento de relatos que enfatizam essa condição, de forma mais detalhada:

- E4: Eu trabalho seis dias por semana, dependendo da folga. Porque eu tenho uma folga UM DOMINGO SIM, E OUTRO NÃO. Mas toda semana tem uma folga num dia, no caso na quarta feira. Aí eu trabalho segunda,

³⁷ Alexandre (nome fictício).

terça, quinta, sexta e sábado. Certo. Isso numa semana né. Aí tem semana que eu trabalho seis. (André³⁸, Pesquisa de Campo, 2016).

- E13: [...] ah, eu trabalho aqui sete dias, de DOMINGO A DOMINGO. Mas eu posso escolher um dia da semana para que eu possa tirar minha folga né. Posso tirar sim, só não posso folgar nos finais de semana, esses dias SÃO MOVIMENTADOS DEMAIS, e, quando se tem movimento, não se pode parar, não pode folgar não. É por isso que a gente tem que folgar durante a semana. Tem que ser numa segunda, numa terça, numa quarta né, essas coisas assim. (Joana³⁹, Pesquisa de Campo, 2016).

- E3: [...] Olha aqui a gente funciona é de DOMINGO a DOMINGO. Só, que nós temos toda semana uma folga né. E aí troca, um domingo sim e um domingo não, no caso aqui é assim. No caso então, dependendo da situação, vamos dizer que é a gente que escolhe o dia. Mas assim, o estipulado é eu folgar toda terça, mas se eu precisar de outro dia né, aí tem que avisar com antecedência, pra poder fazer a troca da folga. (Daniela⁴⁰, Pesquisa de Campo, 2016).

- E7: [...] aqui na loja eu trabalho seis dias, que vai ser de segunda... Porque segunda feira é minha FOLGA, e aí eu trabalho de terça feira em diante, até domingo. Aqui eles não permitem FOLGA nos finais de semana não. (Marcos⁴¹, Pesquisa de Campo, 2016).

Verificamos nesses esclarecimentos, que as ‘folgas’ atribuídas aos trabalhadores, são determinadas pelo empregador que visa, primeiramente, atender às necessidades do seu estabelecimento comercial, desconsiderando o desgaste físico aos quais são acometidos esses trabalhadores, em função do excesso de serviço nos finais de semana.

Outro aspecto observado nos relatos acima, é que o trabalhador tem a falsa impressão de que está sendo ‘beneficiado’ com uma folga durante a semana de trabalho, quando permitida. Dito de outra maneira, esses indivíduos trabalham de domingo a domingo, e o seu único dia de descanso é ajustado para o dia da semana mais conveniente para o patrão, o que implica dizer que não é uma garantia, conceder esse descanso.

No relato a seguir, em uma conversa que durou aproximadamente 11 minutos, Vanessa de 18 anos, solteira, com ensino médio completo, que trabalha há alguns meses em uma casa comercial de propriedade de um ‘chinês’ revelou que:

- E10: [...] aqui no meu trabalho, nós não temos folgas não. Trabalhamos

³⁸ André (nome fictício), 21 anos, brasileiro, morador de Bonfim, ensino médio completo, vendedor e trabalha em Lethem desde setembro de 2014. Entrevista concedida em 11/05/2016.

³⁹ Joana (nome fictício).

⁴⁰ Daniela (nome fictício), 29 anos, brasileira, ensino médio completo, caixa, moradora de Bonfim, há aproximadamente quatro meses trabalha em Lethem como caixa. Entrevista concedida em 02/05/2016.

⁴¹ Marcos (nome fictício).

até no domingo. Somente pela parte da tarde do domingo, aí é que vamos folgar um pouquinho. É bem cansativo... Mas a gente precisa né. (Vanessa⁴², Pesquisa de Campo, 2016).

De forma ainda mais precária, ocorre ainda, que nem todos os contratantes concedem o benefício da folga para seus empregados, conforme observamos nessa narrativa.

Nessa continuidade, os próximos esclarecimentos indicam como os trabalhadores brasileiros alcançam seu período de descanso, as férias, posto que:

- E1: [...] depois de doze meses de trabalho, o funcionário tem direito a férias. É o próprio funcionário que escolhe o dia e o mês de suas férias, que duram 21 dias. E, é o próprio dono da empresa que efetua o pagamento direto para funcionário, um dia antes de ele entrar de férias. (Alexandre⁴³, Pesquisa de Campo, 2016).

- E3: [...] com o tempo, depois de um ano que a pessoa trabalhou, tem direito também as férias, que é um mês. (Daniela⁴⁴, Pesquisa de Campo, 2016).

- E9: [...] não temos férias não e nem folga. Tipo a gente só trabalha aqui mesmo. Aqui não tem isso, só trabalha, trabalha, e trabalha. É só isso. (Douglas⁴⁵, Pesquisa de Campo, 2016).

Ao analisarmos as falas desses trabalhadores, percebemos contradições em relação à concessão e ao intervalo de tempo das férias dos trabalhadores brasileiros. Vale notar, porém, segundo essas explicações, que cabe ao empregador estipular a duração das férias, como também, a forma e o dia do pagamento desses trabalhadores – quando concedido esse benefício -. Desse modo, a sequência desses depoimentos revela que o período de descanso bem como o consentimento desse auxílio, é diferente de um local de trabalho para o outro. Ou seja, nem todos os trabalhadores usufruem do benefício das férias, e os que alcançam essa regalia, cumprem em períodos que variam de um estabelecimento para outro.

Assim, é nesse contexto de ambivalências que as vivências dessa transfronteira vão se entrelaçando, e diariamente esborçam novas realidades.

Essas situações testemunham uma realidade complexa, onde as relações se desencadeiam evidenciando o convívio entre trabalhadores e empregadores que

⁴² Vanessa (nome fictício), 18 anos, brasileira, ensino médio completo, vendedora, moradora de Bonfim, e trabalha em Lethem há aproximadamente dez meses. Entrevista concedida em 29/06/2016.

⁴³ Alexandre (nome fictício).

⁴⁴ Daniela (nome fictício).

⁴⁵ Douglas (nome fictício), 18 anos, brasileiro, vendedor, ensino superior incompleto, morador de Bonfim, há um ano e dois meses trabalha em Lethem. Entrevista concedida em 25/05/2016.

são engendradas nessa região fronteira. Assim, a geração dessa realidade social revela as discordâncias processadas entre trabalho e capital no remodelado regime de acumulação que continuamente se institui.

Nesse sentido, o atual contexto de mudança e de transição no universo do trabalho, principia a banalização da superexploração do trabalho⁴⁶, e nessa perspectiva de obscuridade, nos deparamos com uma realidade em pleno fervor.

Desse modo, ao questionarmos os trabalhadores brasileiros sobre a oficialização de um contrato de trabalho, é esclarecido que não existe nenhuma contratação efetiva nesse sentido, como bem coloca Cristina em sua fala:

- E11: [...] Não existe nenhum. O que existe é um combinado entre empregado e empregador. Na verdade quando você trabalha em Lethem e trabalha com os brasileiros lá, eles adotam os mesmos direitos do Brasil. Mas como a lei lá é diferente, eles dão esses benefícios porque sabem que eles existem aqui no Brasil. Mas sabem que não são obrigados. Em Lethem eles pagam os salários parecidos com os daqui do Brasil, mas isso não são todas as lojas. Se no caso for uma loja guianense já é diferente, já vai receber menos. Mas para as lojas brasileiras é bem diferente, elas adotam os benefícios aqui do Brasil, mas não assinam carteira não. Com certeza os salários pagos pelos brasileiros são os melhores, e os contratantes guianeses e chineses pagam menos, e trabalha mais. Então nas lojas dos chineses não vale a pena, eles exploram, de certeza. Os funcionários tem que ter mil e uma utilidades, é que nem “Bombril” (risos). (Cristina⁴⁷, Pesquisa de Campo, 2016).

Chama a atenção de modo significativo nesse relato, a passagem em que Cristina menciona de forma clara, que as condições de trabalho são mais razoáveis nas lojas de brasileiros, pois eles concedem mais ‘benefícios’ aos seus empregados e pagam melhores salários.

Nos estabelecimentos comerciais dos guianenses e chineses eles “exploram mais”, e exigem melhor desempenho de seus trabalhadores, como também, pagam os menores salários. Essa é uma questão que permeia as falas dos trabalhadores brasileiros. Assim, segundo Daniela,

- E3: [...] não compensa trabalhar na loja daqui da frente, do chinês, porque o salário é menor, e eles NÃO DÃO FOLGA, é uma hora de almoço e eles não dão o almoço, entendeu. [...] Olha como a gente trabalha aqui, vamos dizer que é outro PAÍS, é até um pouco parecido com o Brasil. Só que aí

⁴⁶ No conceito estabelecido Marini (2000), a superexploração do trabalho ocorre quando acontece o aumento da jornada de trabalho, uma maior intensidade do ritmo de trabalho, mas sem que ocorra acréscimo salarial para os trabalhadores. Para o autor, a superexploração torna-se fundamental para o regime de acumulação do capital, pois na atual contextura econômica, na qual a acumulação capitalista privilegia a lucratividade, a superexploração da mão de obra é compreendida como um mecanismo ‘normal e necessário’ para que o lucro seja preservado.

⁴⁷ Cristina (nome fictício).

tem o tal do “NS”, que tem que cadastrar e tal... Mais recebe os direitos que nem o brasileiro né. É quando sair da empresa recebe seus direitos né, assim, o tempo que a pessoa trabalhou. (Daniela⁴⁸, Pesquisa de Campo, 2016).

Nesse sentido, prosseguimos com as narrativas dos trabalhadores brasileiros, que esclarecem como se processa a questão da formalização do contrato de trabalho em Lethem. Destarte, esses comentários reiteram que:

- E13: [...] aqui tem as leis trabalhistas de Lethem, mas como eu sou brasileira, não posso assinar a carteira de trabalho né, até por que não sou uma cidadã guianense, sou brasileira. (Joana⁴⁹, Pesquisa de Campo, 2016).

- E7: [...] O único problema aqui é que não temos carteira assinada. Mas temos todos os benefícios que a gente tem no Brasil. Aqui temos décimo terceiro, férias, e se estiver doente aceita atestado médico, ao contrário de outras lojas que não tem. (Marcos⁵⁰, Pesquisa de Campo, 2016).

- E8: [...] Não, aqui nós não temos nem carteira assinada e nem contrato de trabalho. Além do mais aqui na Guiana não tem direitos, ou sei lá... A população aqui não tem muitos direitos não, não tem muitos direitos trabalhistas não. (Jackson⁵¹, Pesquisa de Campo, 2016).

Conforme exposto nessa sequência de relatos, constatamos que não existe um “contrato individual de trabalho”, firmado com os trabalhadores transmigrantes, melhor dizendo, não existe nenhum tipo de contrato formal com o trabalhador brasileiro, nenhuma regularização dessa prestação de serviço, o que existe é uma espécie de ‘combinado’, no momento da admissão, e um controle diário de assiduidade, ou seja, o monitoramento da presença desses trabalhadores por meio da frequência.

Nas próximas narrativas revela-se a maneira que esses trabalhadores conquistam seu espaço e seu emprego no país vizinho. No relato a seguir, Paulo esclarece que para conseguir seu trabalho contou, na época, com a ajuda de sua ex-companheira, que favoreceu sua aproximação com seu atual patrão, conforme expõe a seguir:

- E2: [...] minha ex-mulher, ela começou a trabalhar primeiro do que eu, uma semana antes, e foi quando o patrão falou que precisa de uma pessoa para trabalhar no depósito. Então eu disse, “tá, eu apareço lá amanhã”. Aí quando eu vim deixar ela né, ele falou “tô precisando de uma pessoa para trabalhar no depósito. Quer começar agora?” Aí lógico que eu aceitei,

⁴⁸ Daniela (nome fictício).

⁴⁹ Joana (nome fictício).

⁵⁰ Marcos (nome fictício),

⁵¹ Jackson (nome fictício), brasileiro, 19 anos, ensino médio completo, vendedor, morador de Bonfim, há um ano trabalha em Lethem. Entrevista concedida em 25/05/2016.

aceitei logo, aí ele falou “olha você vai arrumar o depósito e, vai abrir uma loja pra você vender”, aí foi quando eu estava há seis meses sem trabalhar, então tava disposto né. [...] Só que naquela época, o salário não era esse que eu recebo hoje, era bem menor, era quatrocentos reais. (Paulo⁵², Pesquisa de Campo, 2016).

Nesse sentido, nos apropriamos desses relatos para evidenciar a existência de uma rede de ajuda capaz de tecer os interesses comuns e conectar esses indivíduos que procuram se estabelecer no mercado de trabalho guianense. E para isso, se apossam desse mecanismo para alcançar seu objetivo, conseguir trabalho.

Em outro depoimento, que durou aproximadamente 12 minutos, André foi enfático ao destacar que em Bonfim é muito difícil conseguir trabalho e quando surge uma oportunidade não dá para desperdiçar.

- E4: [...] sim um dos sócios da empresa me colocou aqui dentro. [...] Por que assim, ele é amigo da minha mãe, aí eu trabalhava no Bonfim, eu tinha um posto de lavagem lá. Só que vamos supor, tá fraco o movimento, ou tá forte, não é uma coisa certa, entendeu. Aqui não, aqui é fixo, aí eu preferi isso, vim pra cá por causa disso, que é uma coisa certa, entendeu, é certo, seguro. (André⁵³, Pesquisa de Campo, 2016).

Em outra entrevista, Márcia menciona que antes de procurar trabalho em Lethem tentou encontrar oportunidades em Bonfim, mas é difícil, pois os empregos, em sua maioria, estão concentrados na esfera estadual e municipal, de forma que as admissões ocorrem por meio de concurso público ou por indicação para preenchimento das vagas concedidas por meio de cargos comissionados. Lembrou ainda, que encontrou emprego em casa de família, mas que em termos de trabalho, esse não era seu objetivo. Foi dessa forma que ela procurou a cidade vizinha, Lethem, para concretizar a oportunidade de emprego, conforme relata a seguir:

- E5: [...] meu primo, antes de eu trabalhar aqui, eu tava trabalhando na loja da Waikas, aí quando meu primo foi lá conversar comigo porque ele era o gerente aqui da empresa, aí pediu se eu poderia trabalhar aqui, aí eu aceitei na hora, é um EMPREGO BOM. (Márcia⁵⁴, Pesquisa de Campo, 2016).

Para Jackson, de 19 anos de idade, que possui domínio na língua inglesa, esse foi seu diferencial, o que favoreceu sua contratação que foi intermediada por sua mãe, pois ela conhecia o “chinês”, dono da loja, conforme constatamos abaixo:

⁵² Paulo (nome fictício).

⁵³ André (nome fictício).

⁵⁴ Márcia (nome fictício), 42 anos, brasileira, ensino médio incompleto, moradora de Bonfim, há quatro anos trabalha em Lethem. Entrevista concedida em 11/05/2016.

- E9: Eu tive a ajuda da minha mãe, pois ela conhece o pessoal daqui. Aí ela já falou de mim. Não é tão fácil conseguir emprego aqui não. Agora o que mais eles querem é conseguir trabalhadores que falem pelo menos duas línguas, eles precisam. Eu e meu colega, nós falamos dois idiomas. Aí já foi bem mais fácil me empregar. (Jackson⁵⁵, Pesquisa de Campo, 2016).

Assim, o processo de adaptação desses indivíduos ao novo espaço, vai aos poucos de forma natural se constituindo. Logo, é nesse contexto que as redes migratórias auxiliam os trabalhadores no processo de integração ao novo ambiente, facilitando as possibilidades de emprego nas comunidades receptoras, aumentando as chances de convivência, desfazendo assim, o pressentimento de indefinição experimentado por esses trabalhadores fronteiriços.

Na compreensão de Rodrigues (2009, p. 234), “Essas redes articulam demandas locais porque respondem a interesses específicos dos povos que vivem na fronteira. Esta configuração está de acordo com valores e normas tradicionais e com as estratégias diante da diversidade cultural”.

Geralmente a mão de obra migrante é mais barata e maleável. Toda via, é um contracenso as condições e a quantidade de trabalho que esses indivíduos se submetem. Assim, a utilização dessas redes migratórias se apresenta de forma eficaz para esses trabalhadores, que veem nessa expectativa de emprego uma chance única. Essa pode ser uma situação de conveniência.

No entanto, para esses brasileiros que migram para esses espaços é imprescindível encontrar estratégias para se firmar nesse novo espaço geográfico, como forma de se familiarizar com a nova realidade observada na sociedade receptora.

Ainda em se tratando das redes de ajuda, os guianenses, por exemplo, utilizam os serviços de saúde, educação e até moradia, oferecidos no município brasileiro de Bonfim. Nesse contexto, é comum ocorrer casamentos entre pessoas da região e, em alguns casos esse, indivíduos mantêm moradia nos dois lados da fronteira.

Muitos guianenses recorrem aos serviços oferecidos no Brasil, mais especificamente em Bonfim, devido à falta de assistência social em Lethem. Desse modo, é comum ocorrer fluxos temporários nessa localidade.

Para esses indivíduos é conveniente manter laços de amizade e parentesco, pois a condição de dupla cidadania pode se mostrar como um artifício para ter

⁵⁵ Jackson (nome fictício).

acesso aos benefícios oferecidos em ambos os lados da fronteira. Ou seja, os guianenses procuram o Brasil por causa das políticas públicas de assistência social e os brasileiros vão à Guiana em busca de trabalho.

Conforme tentamos demonstrar, os trabalhadores brasileiros, inseridos no mercado de trabalho da cidade de Lethem, deslocam-se para procurar trabalho por necessidade, dado que Bonfim não consegue acolher toda a demanda por emprego. Assim, sempre que perguntávamos o que motiva uma pessoa a procurar emprego em Lethem (Gy), todos os entrevistados, de forma unânime, expressaram a mesma realidade, como é o caso a seguir, dessa entrevistada, que por inúmeras vezes tentou conseguir trabalho em Bonfim, mas suas tentativas foram inúteis.

Nesse trecho da entrevista com Cristina, de 28 anos, com ensino médio completo e ex-trabalhadora de Lethem, realizada na cidade de Bonfim, além de relatar sua experiência laboral, destaca que a crise está apresentando reflexos na economia local. No seu caso, a loja em que ela trabalhava há dois anos fechou em função das quedas nas vendas. O mais impressionante na fala de Cristina é a percepção que ela tem, mesmo que sua compreensão seja efetivamente da realidade da economia local, ela consegue apreender, que existe um sistema universal, que rege a economia, estabelecendo todos os mecanismos econômicos.

- E11: [...] Querendo ou não Lethem é movida pelo dólar americano, não só pelo dólar guianense. Então, com essa crise deu uma queda em muitas lojas lá, por causa do aumento do preço e da quantidade de brasileiros caiu. Porque é o brasileiro quem gera o dinheiro lá dentro. [...] Eu fui trabalhar em Lethem porque a maioria das pessoas aqui já sabe, EM-PRE-GO! E lá eu tive uma proposta para tomar de conta de uma loja. Trabalhei dois anos, mas minha patroa montou outra loja em Boa Vista, e ela resolveu fechar a loja de Lethem em função do dólar e da crise, e montou outra loja em Boa Vista. [...] Necessidade. Não tem emprego em Bonfim. Aqui só entra por cargo comissionado. E geralmente cargo comissionado é indicado. Não é pra quem quer. (Cristina⁵⁶, Pesquisa de Campo, 2016).

Cristina encerra sua fala, enfatizando que com a experiência laboral adquirida em Lethem/Gy, pretende futuramente se estabelecer economicamente em Bonfim, abrindo seu próprio negócio.

Destarte, o que motiva uma pessoa a sair de sua cidade e buscar trabalho em território estrangeiro? A seguir, a sequência desses relatos revelam as condições e as motivações desses trabalhadores:

⁵⁶ Cristina (nome fictício).

- E1 [...] minha família é toda do Bonfim, aí me vi sem saída, olhei não tem EMPREGO!... Dificilmente no Bonfim você encontra emprego, e ali é concorrido, aí busquei em outro lugar, e encontrei em Lethem. [...] escolhi Lethem como uma oportunidade de trabalho porque não tinha perspectiva no município que eu moro, que é o Bonfim, [...] já Lethem é comércio, e tem mais oportunidades que no Bonfim, apesar de Bonfim ser um município que hoje tem uma população grande, e hoje deveria não só ter investido em atrair a atenção de pessoas que tem condições, empresários né, pra atrair, gerar empregos, porque no Bonfim não existe só eu não, existem muitas pessoas lá, e estão DE-SEM-PRE-GA-DAS, e Lethem, foi uma oportunidade que eu tive e abracei, e tô aqui já há dois anos tive uma receptividade boa, e trabalho como vendedor. (Alexandre⁵⁷, Pesquisa de Campo, 2016).

- E13 [...] desde que conclui o ensino médio, em Bonfim tenho procurado emprego aqui. Não é fácil conseguir. Nosso município oferece poucas oportunidades, principalmente pros jovens. Pretendo fazer faculdade, sair daqui. Mas por enquanto preciso me manter e juntar dinheiro para pagar o cursinho. Quero me formar, trabalhar assim só por um tempo. Por isso procurei Lethem, preciso de emprego... (Joana⁵⁸, Pesquisa de Campo, 2016).

- E9 [...] No Bonfim, quando terminamos o ensino médio não tem muito recurso, Bonfim não oferece muitos cursos pros alunos que saem e querem ingressar numa faculdade. Tipo, eu nos três anos do ensino médio eu fui fazendo cursos, aí eu consegui, hoje tô cursando a minha faculdade, mas isso é difícil, não tem trabalho. Os trabalhos que tem são para aqueles que têm indicação forte, tem familiar, essas coisas assim. Por isso a gente procura Lethem para trabalhar, e às vezes se consegue emprego sim. Mas não se consegue não viu. (Douglas⁵⁹, Pesquisa de Campo, 2016).

Conforme explicam esses entrevistados, Bonfim não oferece oportunidades aos jovens que buscam se inserir no mercado de trabalho. E é nesse contexto que essas pessoas vislumbram, no país vizinho, a possibilidade de um trabalho, mesmo que por pouco tempo.

Desse ponto em diante, após encontrar reforço na fala desses interlocutores, procuramos nos aproximar ainda mais do nosso objeto de estudo, concentrando nosso olhar para essa situação imposta nessa fronteira internacional, marcada pela pluralidade cultural e social presente nesse espaço entre Brasil e Guiana.

As declarações a seguir confirmam essa realidade de Bonfim e Lethem no que diz respeito às oportunidades de trabalho na fronteira Brasil/Guiana. E quando questionados acerca da escolha de Lethem (Gy) como local de trabalho, de forma semelhante, relatam que:

- E6: [...] Porque não tem emprego em Bonfim, aonde a gente vai, bate na porta e não tem, por isso que todo mundo vem pra cá pra Lethem, porque

⁵⁷ Alexandre (nome fictício).

⁵⁸ Joana (nome fictício).

⁵⁹ Douglas (nome fictício).

tem mais emprego aqui, tem mais comércio que lá. É isso. (Taís⁶⁰, Pesquisa de Campo, 2016).

- E5: [...] Eu trabalho aqui na Guiana né, porque no Bonfim não tem trabalho pra todo mundo, é pouco trabalho, como se diz..., e as pessoas que tem emprego em Bonfim são as pessoas que são empregadas no governo né, prefeitura, as outras pessoas não tem, e onde tem mais trabalho? SÓ AQUI na Guiana. (Márcia⁶¹, Pesquisa de Campo, 2016).

- E7: [...] o que me motivou a vir procurar emprego em Lethem, é que o meu município, Bonfim, não oferece emprego pro jovem que sai do ensino médio e quer fazer alguma faculdade, isso não temos. Então o país vizinho, abriu as portas e tem mais emprego que o nosso município. ISSO É INCRÍVEL, entendeu... que nosso município, ou então a política, que NÃO É UM POLÍTICA BOA, que na minha opinião é uma política suja. E... só arranja emprego que é pa-ne-li-nha, quem é puxa saco, pra falar a verdade. (Marcos⁶², Pesquisa de Campo, 2016).

Nessa outra fala, essa trabalhadora, complementando o diálogo anterior sobre o mercado de trabalho em Lethem, ressalta que,

- E3: [...] eu passei um tempão desempregada em Bonfim, foi quando eu soube que iam chamar alguém pra trabalhar, então o que eu fiz? Vim deixar o currículo e esperei a oportunidade né. Só que como tava demorando muito, aí eu trabalhei em outra loja, que é aqui em frente. [...] No caso, eu vim trabalhar em Lethem, porque no Bonfim não tem muito aquela questão do emprego. Lá é bem escassa a questão do emprego e, então eu procurei, vim porque no caso NECESSITO né, então estava necessitando, passei quase um ano SEM TRABALHAR né. Aí, foi quando eu consegui aqui, vai fazer três meses que tô trabalhando aqui. (Danaíela⁶³, Pesquisa de Campo, 2016).

E, nessa continuidade, as narrativas desses sujeitos vão se complementando, de modo que as relações sociais e econômicas nesse contexto se descortinam, dirigindo nosso olhar para a realidade exposta nessa fronteira.

- E4: [...] em Bonfim a gente não tem um trabalho melhor do que aqui, no caso é a questão do valor salarial né. No Bonfim só tem salário assim pra prefeitura, só que eu não sou concursado, e se eu for procurar um salário por lá, eu não vou ter o mesmo salário que eu tenho aqui em Lethem. (André⁶⁴, Pesquisa de Campo, 2016).

- E6: [...] minha vinda de lá de Bonfim, é por que Bonfim não tem emprego, aí como vizinho, Lethem de Bonfim/Brasil, a gente consegue emprego aqui, entendeu... Em Bonfim não tem condições, por que agente precisa a cada dia, do nosso pão né, aí eu vim pra Lethem. Aqui o meu salário é setecentos reais por mês, entendeu. [...] É por que eu preciso muito, e por que meus filhos precisam de material escolar, e também meu esposo

⁶⁰ Taís (nome fictício), 34 anos, brasileira, ensino médio completo, vendedora, moradora de Bonfim, há dois anos trabalha em Lethem. Entrevista concedida em 04/05/2016.

⁶¹ Márcia (nome fictício).

⁶² Marcos (nome fictício).

⁶³ Daniela (nome fictício).

⁶⁴ André (nome fictício).

trabalha também, e ele precisa de ajuda, entendeu. (Taís⁶⁵, Pesquisa de Campo, 2016).

Ou seja, todos os relatos mostram a realidade de carência de postos de trabalho em Bonfim, motivo que leva a população a buscar emprego no outro lado da fronteira. Chama a atenção também, as referências à questão salarial. Sobre isso falaremos mais adiante.

Assim, quando examinamos Lethem na contextura de uma fronteira transnacional, dando ênfase à sua conjuntura comercial, verificamos o aumento da área comercial, particularmente no território guianense, que evidencia uma expansão no comércio e na urbanização local.

O Governo Federal, em 1991, criou no Estado de Roraima a Área de Livre Comércio⁶⁶ - ALC, objetivando fomentar o desenvolvimento socioeconômico das regiões fronteiriças nos municípios de fronteira internacional: Bonfim, que faz fronteira com a Guiana Inglesa; e Pacaraima, que faz fronteira com a Venezuela, atendendo a política de integração latino americana.

Entretanto, desde 2009 (período de inauguração da ponte binacional), a composição desse cenário tem gerado expectativas nos moradores locais com relação ao desenvolvimento econômico de Bonfim.

No pensamento de alguns entrevistados que vivenciam essa condição de trabalhador fronteiriço, realizando essas “idas e vindas”, essa “fronteira” não existe. Essa percepção se dá em virtude da proximidade entre as duas cidades e em função da constituição das relações interpessoais de parentesco, amizade e de trabalho, conduzindo a uma desconstrução do conceito de “fronteira”.

Nesse entendimento, conforme visualizamos nos depoimentos a seguir, a percepção de fronteiras, para os fronteiriços se processa no sentido de que:

- E9 [...] não tem fronteira pra mim, por que como eu falo inglês e tem muitas pessoas aqui, que eu conheço pelo fato de falar inglês, mas parece que é até normal, não tem fronteira não. Não percebo nada. Não tem uma percepção maior, e que eu tô indo pra outro país não. Mais como eu

⁶⁵ Taís (nome fictício).

⁶⁶ De acordo com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA, 2014), as Áreas de Livre Comércio foram criadas com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico das cidades de fronteira internacional localizada na Amazônia, como tentativa de integrá-las ao restante do país e incrementar as relações bilaterais, propiciando benefícios fiscais, incentivo de IPI, ICMS e fortalecer o setor comercial, bem como a instalação de novas empresas e a criação de empregos. As Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e de Bonfim, foram estabelecidas pela Lei 8.256, de 25/11/1991.

conheço algumas pessoas, tudo fica mais fácil né. (Jackson⁶⁷, Pesquisa de Campo, 2016).

- E14 [...] olha, como moramos aqui, e desde cedo a gente convive com essas pessoas, parece que não tem isso não. A fronteira pra mim, eu acho que não tem não. Agora que venho trabalhar todo dia, e depois volto é mais comum ainda. Já faz parte né. (Amanda⁶⁸, Pesquisa de Campo, 2016).

Nesses relatos fica evidente o sentimento de pertencimento e unificação desse espaço, de forma que não importa “ser de lá ou de cá”. Nesse trânsito contínuo e nesse fluxo de passagem, os moradores da fronteira já se ajustaram à articulação própria desse lugar, naturalizando essas idas e vindas e estabelecendo uma conexão.

Na concepção do fronteiro, esse é um espaço comum para as duas cidades, não existindo limites geográficos para essas pessoas, nem mesmo fronteira, e nesse sentido, uma cidade complementa a outra.

O espaço da fronteira Bonfim/Lethem se manifesta como um lugar de movimento contínuo que em algumas situações não se anuncia como uma escolha espontânea, mas se dá por conta da necessidade de manutenção da própria vida, pela procura de serviços públicos, comércio e trabalho, principalmente para os bonfinenses, em função da ausência de emprego em sua cidade.

Durante a pesquisa de campo, o que chama a atenção ao adentrar em território guianense, é a atual estrutura comercial existente, pois a quantidade de estabelecimentos comerciais em Lethem é bem maior que a quantidade identificada no município de Bonfim/RR. O que explica, em parte, esse movimento em busca de trabalho em Lethem.

É possível se deslocar a pé em Lethem, por ser uma cidade pequena, pois a localização dos estabelecimentos comerciais, praticamente, concentra-se na avenida principal denominada Barrack Retreat, embora existam outros estabelecimentos comerciais situados em outros pontos da cidade.

Logo abaixo, na figura 12 – observamos imagens da rua principal (Barrack Retreat) do comércio de Lethem (Gy).

⁶⁷ Jackson (nome fictício).

⁶⁸ Amanda (nome fictício).



Fonte: Júlia Maria Corrêa Almeida. Pesquisa de Campo 2016.

Percebe-se que a estrutura comercial dos estabelecimentos, sobretudo a estrutura física, tem se sofisticado no sentido de oferecer melhores condições de

atendimento aos clientes, lembrando que essa estrutura até pouco tempo era precária. Anjos *et al.* (2013, p.225), ao analisar a paisagem urbana da cidade de Lethem, na Guiana, asseveram que “se analisado o cenário da fronteira e do lado guianense são vistas modificações urbanas latentes, principalmente no campo comercial”, conforme podemos observar na sequência de imagens a seguir:

Figura 13 – Imagem externa dos estabelecimentos comerciais em Lethem (Gy).



Fonte: Júlia Maria Corrêa Almeida. Pesquisa de Campo 2016.

Nas imagens dispostas na figura 13, podemos observar que vem ocorrendo investimentos na melhoria das instalações físicas dos estabelecimentos comerciais em Lethem, visto que no passado essas estruturas eram completamente diferentes, sem assegurar nenhum conforto.

Hoje, as lojas, em sua maioria, já oferecem conforto a seus clientes, com ambientes mais agradáveis, mais organizados e com maior variedade de mercadoria. Para Anjos *et al.* (2013, p. 226), “as pequenas lojas, antes sem nenhum conforto para os clientes, passaram a oferecer estruturas condizentes aos padrões brasileiros, tendo produtos e valores que contentam o consumidor”.

Para confirmar as mudanças que vem ocorrendo em Lethem, no que se refere às estruturas prediais, providenciamos algumas imagens de estabelecimentos antigos para que seja possível uma comparação com os atuais, como forma de evidenciar essas alterações. Nas imagens da figura 14, podemos observar tais mudanças.

Figura 14 – Imagens dos estabelecimentos comerciais antigos de Lethem (Gy).



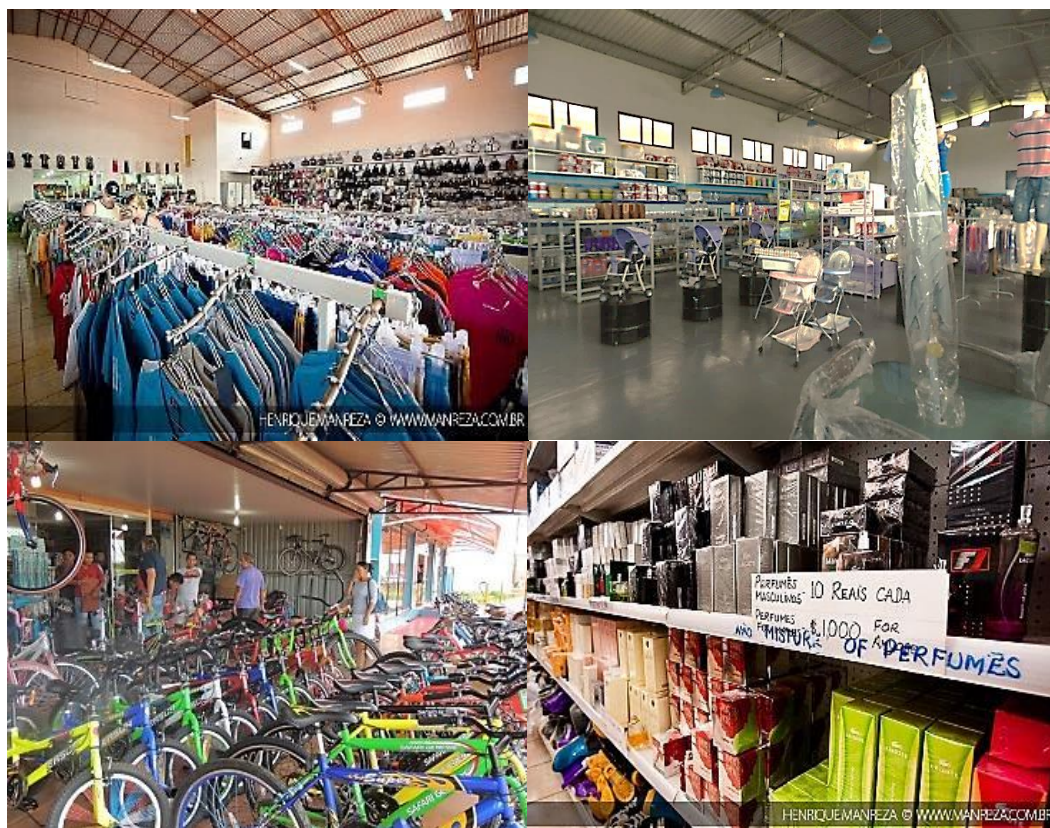
Fonte: Júlia Maria Corrêa Almeida. Pesquisa de Campo 2016

Para facilitar as vendas em Lethem, alguns estabelecimentos comerciais aceitam pagamento em moeda brasileira, o real, na moeda local, o dólar guianense e, ainda, aceitam cartão de crédito. Entretanto, os lojistas locais afirmam que é difícil encontrar o dólar guianense em circulação na cidade de Lethem, pois o que prevalece em circulação é a moeda brasileira.

Em Lethem os produtos comercializados são bastante diversificados, vão desde artigos para decoração, perfumes importados, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, utensílios para jardim, louças, brinquedos, maquiagem,

bicicletas, confecção, roupas infantis, dentre outros. Esses são os itens mais requisitados no comércio local, conforme pode ser observado nas imagens a seguir:

Figura 15 – Imagens de alguns produtos comercializados em Lethem (Gy).



Fonte: Manreza (2012) e Júlia Maria Corrêa Almeida. Pesquisa de Campo 2016.

Importa ressaltar, entretanto, que existe um limite pessoal para aquisição de produtos importados, os quais são controlados pela Receita Federal durante o procedimento de inspeção das mercadorias, no posto de fiscalização⁶⁹ da fronteira internacional.

Vale esclarecer, conforme observamos durante todo o processo de pesquisa de campo, que vem ocorrendo uma preocupação com relação aos produtos e mercadorias apresentados aos consumidores.

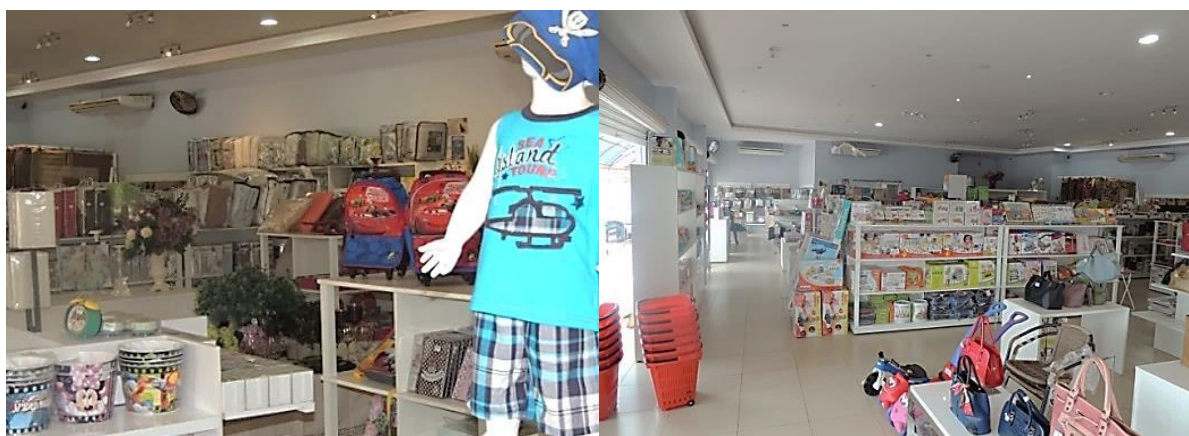
As lojas procuram diversificar os produtos comercializados com a intenção de aumentar as vendas. Em alguns estabelecimentos, por exemplo, são

⁶⁹ A Receita Federal adverte para os impostos e limites na quantidade de mercadorias. Alguns dos itens retidos nos postos de fiscalização ocorrem devido ao não cumprimento das regras para entrada desses produtos no Brasil. Com relação às cotas de importação, cada pessoa tem direito ao limite de US\$300 mensais para a compra de mercadorias. No entanto, se o valor das cotas ultrapassar o limite autorizado, é cobrada uma taxa de 50% sobre o preço do produto.

comercializados produtos de decoração dos mais variados modelos e preços, com o objetivo de alcançar um maior número possível de clientes.

Algumas lojas, por exemplo, investiram em climatizadores de ambiente. Na figura 16 podemos observar a setorização e a disposição dos produtos de forma mais organizada. Os lojistas, particularmente os brasileiros, têm demonstrado maior organização e preocupação com seus clientes, oferecendo melhor atendimento e diversificação de mercadorias.

Figura 16 – Imagens internas de um estabelecimento comercial em Lethem (Gy).



Fonte: Júlia Maria Corrêa Almeida. Pesquisa de Campo 2016.

A partir dessa transformação física e organizacional, tornou-se comum encontrar estabelecimentos utilizando marketing de vendas como um diferencial na hora de finalizar a compra, conforme depreendemos do relato de um trabalhador entrevistado, abaixo transcrito:

- E7 [...] o nosso objetivo aqui na loja é atrair clientes através do nosso atendimento. Porque um bom atendimento atrai um bom cliente, por mais que ele seja chato ou não, a gente atende todos por igual. Não tem diferença. Essa é a nossa diferença dos chineses, se você perceber, pouquíssimas lojas são brasileiras aqui. Se não me engano são duas ou três. A nossa tem esse diferencial de atendimento. Você pode entrar em uma loja brasileira, que é um atendimento, e se entrar em uma loja chinesa é outro atendimento. No caso aqui, são nossos funcionários que procuram o cliente, e não o cliente procura o funcionário, como ocorre nas lojas chinesas (Marcos⁷⁰, Pesquisa de Campo, 2016).

Na fala desse entrevistado, percebemos que já existe um entendimento a respeito da necessidade de um atendimento diferenciado para atrair a atenção do consumidor, especialmente o brasileiro, cada vez mais exigente. Nesse sentido,

⁷⁰ Marcos (nome fictício).

quanto mais bem atendido e confortável estiver o cliente, maior a chance de venda e de fidelização do mesmo. Algumas lojas, como estratégia de venda, contrataram vendedores brasileiros que falam o português, visando facilitar a comunicação e, conseqüentemente, a venda.

Percebemos, também, que o tratamento oferecido nas lojas pesquisadas é realizado de maneira cortês pelos vendedores, principalmente os brasileiros, causando boa impressão aos clientes.

É importante mencionar que de fato o atendimento dos trabalhadores brasileiros nos estabelecimentos visitados se destacou pela atenção dispensada aos clientes. Como mencionado anteriormente, em alguns estabelecimentos houve a oportunidade de observar o dia-a-dia desses trabalhadores em seu local de trabalho e, assim, verificar que são mais ativos, mostram-se simpáticos e mesmo aqueles que ainda não dominam totalmente o idioma local se esforçam para estabelecer comunicação, não desistem, buscam auxílio. Com isso, enfatizamos que existe a barreira da língua, mas essa questão não é determinante, pois os trabalhadores brasileiros buscam se diferenciar no procedimento das vendas.

Após focar este detalhe, procuramos circular mais nas lojas guianenses a fim de averiguar a situação que se apresentava naquele momento. Desse modo, em algumas situações, simulamos algum tipo de compra para poder permanecer mais tempo dentro dos estabelecimentos, tentando interagir mais com esses trabalhadores brasileiros e guianenses, fazendo algumas perguntas e procurando mais informações sobre os produtos. Nesse processo, averiguamos que os chineses não se sentem confortáveis se o cliente questiona demais e procuram uma maneira para encerrar o atendimento, gesticulando e demonstrando que não entendem o que você precisa.

Entretanto, nas mesmas situações, os trabalhadores brasileiros logo se aproximam e tentam ajudar, passando o máximo de informações sobre o produto solicitado. Dessa maneira, fica evidente que os brasileiros são aceitos no mercado de trabalho de Lethem, pois além de assegurar as vendas, proporcionam interação com a demanda brasileira.

Essas mobilidades laborais estão associadas à ocorrência de seguidas crises econômicas e da incapacidade do município de Bonfim/RR em absorver essa mão de obra local, sujeitando esses indivíduos a buscar oportunidade de trabalho no país vizinho, Lethem/Guiana, ou, ainda, em segundo momento, em Boa Vista/RR.

Ainda no contexto da dinâmica fronteiriça, Anjos *et al.* (2013) afirmam que:

Para o trabalhador da fronteira que não pode residir na capital Boa Vista é mais lucrativo trabalhar como vendedor nas lojas presentes em Lethem do que permanecer no município brasileiro, pois a cidade não oferece oportunidades de emprego principalmente para os jovens, esses são atraídos pelo trabalho oferecido nas lojas de calçados e acessórios guianenses que precisam ser pessoas que falem o português e o inglês para atender a demanda externa crescente vinda do Brasil e a demanda nacional (ANJOS *et al.*, 2013, p.225).

Essa interpretação revela uma prática enfrentada pelos moradores de Bonfim que trabalham em Lethem. Entretanto, alguns desses indivíduos não podem se ausentar de Bonfim por um longo período, pois possuem família, filhos, e não conseguem trabalhar em Boa Vista em função da distância e das eventuais dificuldades.

Para Anjos *et al.* (2013, p.226), “Em Lethem houve um nítido desenvolvimento na estrutura local e comercial, as lojas de produtos importados não chamam a atenção só da cidade vizinha, mas de todo o Estado Roraimense e dos demais Estados da Região Norte como do Amazonas”.

De acordo com os depoimentos de alguns entrevistados, os empregos existentes no município de Bonfim se concentram na esfera municipal, estadual e federal, que são admitidos por meio de concursos públicos ou cargos comissionados, e o comércio, por ser incipiente, não consegue atender a demanda dos trabalhadores locais.

Devido ao aumento da atividade comercial em Lethem nos últimos anos, tem-se oferecido maiores possibilidades de emprego. No entanto, durante as entrevistas, observamos de forma unânime que esses trabalhadores migrantes desejam conseguir trabalho em sua própria cidade, ou seja, no município de Bonfim. Para justificar essa afirmativa, nos apropriamos dos relatos a seguir, que expressam de forma objetiva esse desejo:

- E4: [...] eu acho bom trabalhar aqui, mas, bom mesmo seria trabalhar no Bonfim, e tivesse essa mesma, é vamos supor, que eu tivesse essa mesma oportunidade que eu tô tendo né, seria ÓTIMO, para não ficar indo e voltando, mas isso não é uma coisa de impedir nada, a gente se acostuma (André⁷¹, Pesquisa de Campo, 2016).

- E7: [...] eu tô não por que eu quero, é por que necessito, esse traslado de Bonfim/Guiana é cansativo, chega uma hora que é cansativo pra gente, entendeu. Tem hora que dá vontade de dizer assim “CHE-GA”, só... que

⁷¹ André (nome fictício).

pensar que em meu município não oferece emprego, é melhor ficar aqui (Marcos⁷², Pesquisa de Campo, 2016).

- E9: [...] Isso cansa! É porque agente quer uma melhoria aí no Bonfim, para que a gente não venha mais pra cá. O que a gente quer mesmo é trabalhar no nosso município, é isso... (Douglas⁷³, Pesquisa de Campo, 2016).

Destarte, entendemos que essa “mobilidade para o trabalho”, efetivada nessa região de fronteira, não é essencialmente a desejada. Por outras palavras, essa atividade laborativa no país vizinho não é a almejada por esses trabalhadores brasileiros, entretanto, é o que se apresenta nesse momento de crise e desemprego, não havendo outra oportunidade nessa localidade como alternativa viável de trabalho para esses trabalhadores da fronteira na atualidade.

Segundo Albuquerque (2010), pesquisas vêm mostrando que os processos migratórios não se resumem, meramente, à transferência de força de trabalho entre regiões, principalmente entre áreas menos desenvolvidas e mais desenvolvidas, ou seja, expulsando e atraindo os sujeitos dessa interconexão. No entanto, é imprescindível compreender esse procedimento segundo uma perspectiva que expresse esse evento como social, que entrelaça pessoas em seu cumprimento.

Nesse sentido, na tentativa de compor panorama de alguns espaços laborais que admitem trabalhadores de nacionalidade brasileira, elaboramos a tabela a seguir:

Tabela 4 – Estabelecimentos comerciais em Lethem/Guiana que admitem em seu quadro funcional trabalhadores brasileiros.

Nº. Ordem	Estabelecimento	Trabalhador		Total
		Brasileiro	Guianense	
01	Estabelecimento A: decoração/confecção/brinquedo/móveis	01	06	07
02	Estabelecimento B: confecção/ central de ar condicionado	03	05	08
03	Estabelecimento C: Pneus	04	05	09
04	Estabelecimento D: roupas/ bolsas/ brinquedos/perfumes	05	08	13
05	Estabelecimento E: decoração/confecção/perfumaria/bolsas/brinquedos	02	09	11
06	Estabelecimento F: roupas/ bolsas/ sapatos	02	06	08
07	Estabelecimento G: roupas/bolsas/maquiagens/sapatos	03	02	05
08	Estabelecimento H: bicicletas e acessórios	05	02	07
TOTAL		25	43	68

Fonte: Júlia Maria Corrêa Almeida. Pesquisa de Campo 2016.

⁷² Marcos (nome fictício).

⁷³ Douglas (nome fictício).

A tabela 4 apresenta alguns estabelecimentos comerciais em Lethem que admitem, dentre outros, trabalhadores de nacionalidade brasileira. Importante ressaltar, que na pesquisa de campo encontramos dificuldade em coletar dados junto aos sujeitos da pesquisa, visto que esses trabalhadores, em sua grande maioria, trabalham de domingo à domingo.

Outra informação que a compilação dessa tabela nos permite apreender é que em todos os estabelecimentos acima mencionados, o número de admissão de trabalhadores guianenses é bem superior ao número de trabalhadores brasileiros.

Alguns estabelecimentos não autorizaram entrevistas com seus funcionários, alegando terem sido prejudicados, pois sempre que procurados disponibilizavam as informações requisitadas, mas acreditam que a mídia local e nacional veicula matérias distorcidas, distantes da realidade da prática comercial em Lethem. Dessa forma, segundo esses lojistas, acabam sendo prejudicados pelos lojistas brasileiros, especificamente do Estado de Roraima, bem como pelas autoridades, que por consequência reprimem o comércio em Lethem por meio da intensificação das fiscalizações e pela redução da cota de importados.

Essas considerações são relevantes, pois reforçam o entendimento da “dinâmica social” estabelecida nessa região fronteiriça com relação aos fluxos da mobilidade humana laboral, bem como as condições de trabalho enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros no país vizinho.

Em Lethem, os empresários comerciantes de distintas nacionalidades adotam, em seus estabelecimentos comerciais, a prática de uma carga horária que ultrapassa a que é estabelecida, por exemplo, no Brasil, de oito horas por dia e quarenta horas semanais. Na realidade, em Lethem esses trabalhadores são submetidos a cargas horárias que chegam até dez horas por dia, ou mais, dependendo do período do ano.

Na sequência, apresentamos a narrativa de uma trabalhadora brasileira, falando sobre essas questões:

- E11: [...] Na verdade quem trabalha em Lethem, a gente tem os nossos direitos, mas só quando você trabalha em loja de brasileiro. Mas no papel assinado você não tem direito algum, porque lá é outro país. Posso citar o caso do meu marido. Ele trabalha lá recebe muito bem, mas a partir do momento que ele sair de lá não tem direito algum. Porque lá é outro país. Mas lá ele paga o INS, paga todas as documentações que for preciso. Mas só que lá ele não é guianense. A lei de lá é diferente né, não é como a

nossa. Lá todas as contribuições que pedem, ele paga. (Cristina ⁷⁴, Pesquisa de Campo, 2016).

Nesse relato, percebemos que a trabalhadora, procura não demonstrar, em sua fala a insatisfação imposta pela condição laboral à qual é submetida ou a superexploração do trabalho praticada nesse estabelecimento. O que ela procura ressaltar é a oportunidade de conseguir um trabalho melhor ao que ela encontraria no município de Bonfim. No entanto, essa conformação aparente não consegue ocultar a explícita exploração e a precarização trabalhista à qual os trabalhadores são expostos, em suas lidas diárias.

O tempo dos trabalhadores passa a se limitar cada vez com maior frequência e intensidade às atividades laborais, momento em que as empresas, visando maior lucro, exigem mais rigor e disciplina de seus empregados, controlando esses trabalhadores e perpetrando a superexploração que, em função da própria necessidade ou até mesmo insegurança, omitem essas práticas, cumprindo jornadas exaustivas sem reivindicar seus direitos, pois são cientes de sua condição de trabalhador estrangeiro e, portanto, precarizado. Nesse contexto, não há como ignorar as condições de superexploração do trabalho, bem como, as múltiplas dificuldades vivenciadas por esses trabalhadores diariamente.

Relatos dessa natureza nos remetem às reflexões de Bauman (2004), ocasião em que o autor faz uma comparação metafórica, sobre a globalização e a condição dos migrantes que se lançam na vastidão do mundo, mediante uma modernidade imprecisa, marcada por relações flexíveis, por sujeitos carregados de incertezas, caracterizada pela tepidez dos laços humanos e desejos conflitantes.

Os próximos relatos são bem significativos, permitindo compreender as condições laborais degradantes às quais esses trabalhadores necessitam se sujeitar para assegurar o emprego nessa condição de exploração:

- E7: [...] Aqui a minha carga horária como a de todos, é de domingo a domingo. O horário é das oito às cinco e meia, mas dependendo do movimento, às vezes vai até seis e meia. [...] algumas vezes quando o movimento tá bom, passa de duzentas a trezentas pessoas. Até quinhentas já passou por aqui na semana (Marcos⁷⁵, Pesquisa de Campo, 2016).

- E8: [...] NÃO TEM FOLGA. Aqui o trabalho é de segunda à domingo. Só que nos domingos trabalhamos até às duas da tarde. Das oito horas até às

⁷⁴ Cristina (nome fictício).

⁷⁵ Marcos (nome fictício).

duas da tarde. Não tem descanso nem hora extra não. (Jackson⁷⁶, Pesquisa de Campo, 2016).

- E9: [...] É porque aqui tem horário pra gente chegar aqui, mais a gente sai muito tarde. Eu entro às oito horas e saio às seis horas da tarde. (Douglas⁷⁷, Pesquisa de Campo, 2016).

Assim, compreendemos que a mobilidade laboral na transfronteira Brasil/Guiana se efetive nesse sentido, pois para os comerciantes locais é pertinente assegurar trabalhadores migrantes, indocumentados, diaristas e informais, que se sujeitam, por falta de oportunidade em seu país de origem, a essas condições trabalhistas precárias, exaustivas e flexibilizadas, tão presentes nessa localidade.

Durante o procedimento de coleta dos dados, quando os entrevistados eram indagados a respeito da carga horária exigida em seu trabalho, de forma uniforme, afirmaram trabalhar nos finais de semana, carecendo cumprir longos turnos de trabalho exaustivos, com folga apenas no domingo a tarde, algumas vezes sem férias, sem garantias e sem descanso.

Outro aspecto considerado durante a pesquisa de campo foi a questão do custeio da alimentação dos trabalhadores transmigrantes. Dentre os estabelecimentos pesquisados, apenas alguns empregadores se dispõem a pagar, somente no final de semana, a refeição de seus empregados. Porém, quando isso ocorre, o funcionário precisa fazer sua refeição no próprio estabelecimento e imediatamente retornar ao seu trabalho, sem perder tempo, pois essa é a condição para que se possa receber essa refeição. No entanto, em outros locais, nem mesmo nos finais de semana esses trabalhadores recebem a refeição, ficando por conta do próprio trabalhador essa despesa.

Acontece que a prática de fornecer refeição para os trabalhadores transmigrantes não é comum dentre os estabelecimentos pesquisados, ou seja, apenas um local entrevistado esclareceu que fornece uma ajuda de custo, uma espécie de vale alimentação, paga à parte do salário para seus colaboradores, conforme o trecho da entrevista abaixo:

- E4: [...] Olha só... tipo assim, eles pagam a alimentação do dia fora parte. No caso eles dão pro mês inteiro, é eles que dão, entendeu. [...] Isso mesmo, o almoço aqui é pago por eles. Aí, essa diferença, da alimentação,

⁷⁶ Jackson (nome fictício).

⁷⁷ Douglas (nome fictício).

é paga em dólar guianense. E pelo que eu sei, somente essa loja aqui paga almoço pra seus trabalhadores. (André⁷⁸, Pesquisa de Campo, 2016).

Esse valor é um auxílio pago aos trabalhadores na moeda guianense observada apenas nesse estabelecimento, em particular, mas não nos foi informada a referida quantia.

Porém, essa não é uma conduta comum entre os empregadores. Conforme mencionado anteriormente, se o patrão custeia a alimentação, esse trabalhador necessita fazer sua refeição e, logo em seguida, dar continuidade às suas atribuições, sem intervalo para descanso. Geralmente isso ocorre nos finais de semana, pois é conveniente manter seus trabalhadores nos estabelecimentos, principalmente, assegurando que esses não se ausentarão, pois é nos sábados e domingos os dias em que mais se efetivam vendas no comércio de Lethem.

Portanto, quando esse auxílio não é atribuído ao empregador, cabe ao trabalhador arranjar sua comida – algumas vezes providenciam uma marmita ou a alternativa é pagar uma quantia diária de R\$ 25,00 (vinte e cinco) reais, o que é inviável para um trabalhador com um salário que não permite esse procedimento, pois com certeza impactará em seu orçamento mensal.

A seguir, apresentamos trechos de algumas entrevistas concedidas que detalham como esses trabalhadores se articulam localmente, com relação a seu almoço:

- E1: [...] como aqui tem restaurante, e é brasileiro, eu compro por aqui mesmo minha comida, agora é comprada né, tipo a empresa só paga o almoço nos finais de semana. Mas, como ela já paga o salário, aí você compra e aí, você acerta no restaurante para pagar depois, no final do mês. (Alexandre⁷⁹, Pesquisa de Campo, 2016).

- E9: [...] somos nós mesmo que pagamos nosso almoço. Eu gasto vinte e cinco reais por dia do meu salário com almoço, quando posso pagar. Aí quando não tenho dinheiro eu me viro. (Douglas, Pesquisa de Campo, 2016).

Vale esclarecer, que durante todo o período de execução da pesquisa de campo, após realizar inúmeras visitas aos estabelecimentos comerciais que admitem em seu quadro empregatício trabalhadores de nacionalidade brasileira, encontramos um estabelecimento que custeia a despesa com a alimentação de seus

⁷⁸ André (nome fictício).

⁷⁹ Alexandre (nome fictício).

trabalhadores, independente de ser brasileiro ou guianense, conforme mencionado acima.

Na execução da pesquisa, quando os trabalhadores foram questionados sobre o valor de uma refeição na cidade de Lethem, em função do seu alto preço, perguntamos se havia alguma estratégia utilizada caso não tivessem dinheiro para o pagamento dessa refeição durante todo o mês. Alguns entrevistados informaram que algumas vezes negociam o pagamento com os proprietários dos restaurantes, realizando o ressarcimento quinzenalmente ou mensalmente, ao receberem seus salários.

Com relação ao intervalo de tempo concedido aos trabalhadores para o almoço, constatamos que não existe uma padronização dessa prática nesses estabelecimentos. Ou seja, alguns concedem um espaço de aproximadamente uma hora, para que esses trabalhadores almocem fora do estabelecimento de trabalho e depois retornem.

Nessas circunstâncias, inferimos que as condições impostas a esses trabalhadores migrantes são de superexploração. Pois como pode em pleno século XXI nos depararmos com situações dessa natureza? Nessa região tão longínqua na periferia da Amazônia, onde poucos olhares podem alcançar, essa condição de exploração tende a se intensificar dada a conjuntura de crise econômica que afeta ambos os países.

Para Martins (1986, p.59), esse deslocamento inacabado, esse processo de transição constante do migrante se intensifica, pois “no assalariamento, o trabalhador migrante está dominado pelo tempo linear do capital, contínuo, frequente, sem distinção entre o dia e a noite, o sol e a chuva, o trabalho e o descanso”.

Nessa continuidade, durante a realização de entrevista com uma trabalhadora transmigrante, quando questionada acerca de vale refeição, auxílio alimentação ou mesmo ajuda de custo para almoço, explicou que a refeição, bem como a despesa com transporte (que corresponde mil dólares guianenses para ir e mil dólares guianenses para voltar e quando convertido representa, aproximadamente, duzentos e cinquenta reais mensais gastos com táxi), são despesas que correm por conta do próprio trabalhador. O que pode ocorrer, conforme esclarece a trabalhadora, é um adiantamento por parte da gerência, referente ao valor específico para pagamento do táxi, porém essa quantia será deduzida do seu salário.

Assim, nessas breves narrativas, percebemos que predomina o excesso de horas trabalhadas, pois esses trabalhadores são obrigados a cumprir uma longa jornada para garantir seus postos de trabalho, bem como as condições que se submetem sem nenhuma garantia trabalhista.

Nesse sentido, o tempo de descanso e a folga desses trabalhadores ficam prejudicados, não somente pelo fato de necessitarem repor suas energias e recarregarem suas forças, mas também pela necessidade de socialização, de distração, não somente com os amigos e parentes, mas de maneira primordial com os filhos, companheiros, ou seja, com seu círculo familiar.

Do grupo de trabalhadores entrevistados, a maior parte tem família para sustentar, e algumas das mulheres são mães solteiras, ou seja, caracterizando uma situação mais difícil, pois sozinhas carecem manter a família financeiramente e garantir a segurança de seus filhos que ficam em Bonfim durante sua jornada laboral durante todo o dia, para assegurar o sustento familiar.

Em vários momentos, durante as entrevistas, ouvimos desabaços dessas mães que necessitam se ausentar de seus filhos, deixando, muitas vezes, essa atribuição para as avós, tios, dentre outros parentes ou amigos, que auxiliam no processo de educação desses menores.

Nos relatos a seguir, podemos observar de forma clara essas situações cotidianas enfrentadas por essas trabalhadoras:

- E6: [...] A distância do meu trabalho gerou sim algumas situações para minha família. Principalmente para meus filhos por que eu passo a maioria do tempo trabalhando, e meus filhos ficam lá precisando de mim lá em casa, pra poder fazer tarefa né, fazer alguma atividade deles e eu não posso, não estou lá, só estou de noite, aí eles estão cansados e eles querem dormir. Pra me sentir mais segura, os menores ficam com a avó, e a maior estuda de manhã e volta a tarde, e aí fica em casa sozinha, às vezes fica com a vizinha. (Taís⁸⁰, Pesquisa de Campo, 2016).

- E11: [...] Eu me culpo porque eu perdi muito tempo, não dava atenção para os meus filhos. Eu fui muito ausente, eu não ficava com eles direto. [...] A distância, o tempo fora, isso todos reclamam. O estilo de vida que nossos filhos têm não está sendo muito bom, por mais que não falte nada. Então não adianta a gente trabalhar tanto, mas não dar assistência aos nossos filhos. Isso é essencial. (Cristina⁸¹, Pesquisa de Campo, 2016).

- E13: [...] É claro que sair para trabalhar e deixar nossos filhos com outra pessoa deixa sim uma mãe preocupada. Mas aí a gente pensa que precisa

⁸⁰ Taís (nome fictício).

⁸¹ Cristina (nome fictício).

né, não tem jeito, tem que ajudar. [...] eles precisam de comida, roupa, material escolar, é muita coisa. Não tem jeito não... (Joana⁸², Pesquisa de Campo, 2016).

Nesses relatos percebemos a culpa que essas mães sentem por não estarem mais próximas de seus filhos, não podendo, em função da distância e do trabalho, dar a atenção que gostariam aos mesmos. Segundo essas mães, esse é um dos aspectos que elas consideram negativo com relação ao seu trabalho ser efetivado em outro país, no caso em Lethem, na Guiana.

Nos últimos anos vêm se apresentando uma nova realidade no que diz respeito à participação das mulheres no mercado de trabalho. Essa questão não é percebida apenas em realidades locais, como essa mencionada anteriormente no mercado de trabalho em Lethem. Ocorre que a questão da feminilização do trabalho já é uma realidade significativa, inclusive noticiada amplamente no Brasil e no mundo, pois as mulheres cada vez mais necessitam trabalhar. Elas têm buscado mais qualificação, melhor qualidade de vida, melhores oportunidades de emprego e galgam, cada vez mais, espaços que eram exclusivamente masculino.

Nesse sentido, de acordo com o IPEA (2016), a inserção das mulheres no mundo do trabalho se constitui em assunto de relevância quando se trata de discutir a igualdade de gênero na sociedade brasileira. Nessas últimas décadas, as inúmeras reflexões sobre as condições do trabalho feminino possibilitaram um desenho detalhado sobre as diferentes formas de participação das mulheres neste espaço. Ainda assim, muito há que se dizer sobre as desigualdades entre homens e mulheres no trabalho, espaço tão valorizado nas sociedades capitalistas contemporâneas.

Para assegurar esse raciocínio, com relação às condições de trabalho, nos valem da assertiva de Oliveira (2010, p.69), desvendando que “as empresas impõem o sistema cinco por um, isto é, cinco dias de trabalho e um de descanso, segundo as diferentes turmas de trabalhadores, impedindo assim que os domingos sejam dedicados coletivamente ao lazer, o que restringe a sociabilidade”. As condições das trabalhadoras brasileiras em Lethem refletem essa situação:

- E5: [...] Eu só trabalho aqui, e trabalho todos os dias de do-min-go à do-min-go. [...] Só no dia de folga, aí tiro minha folga, eu tenho uma folga por semana, e às vezes eu tiro, mas às vezes não né, pra mim ganhar um

⁸² Joana (nome fictício).

dinheiro extra. Quando tô precisando de um extra, aí trabalho, não tiro a folga né. (Márcia⁸³, Pesquisa de Campo, 2016).

Durante a execução das entrevistas, em um dado momento, quando os entrevistados foram indagados com relação às suas competências em seu local de trabalho, revelaram que:

- E6: [...] Olha a gente atende, faz a limpeza geral na loja, o atendimento é bastante aqui, tem que atender. Quando o cliente chegar tem que atender. Quando não tem movimento, tem que tá limpando, aí pra ir tirando a poeira, organizando as coisas. (Taís⁸⁴, Pesquisa de Campo, 2016).

- E11: [...] Eu tomava conta da loja, organizava tudo, limpava tudo, tudo. Mas, mesmo assim, por mais que eu fizesse tudo lá, eu não largaria o que eu já tinha. Aí tu acha que vou largar o certo pelo duvidoso. Jamais! (Cristina⁸⁵, Pesquisa de Campo, 2016).

- E2: [...] Vamos dizer que minhas atividades aqui são VÁRIAS. Uma hora eu tô no caixa, outra hora no escritório, outra hora eu tô no depósito. E assim vai indo. (Paulo⁸⁶, Pesquisa de Campo, 2016).

- E8: [...] Quando eu comecei, eu comecei na loja ao lado, e lá eu vendia muito. Então meu trabalho lá era chegar na loja e fazer os serviços de limpeza, e depois arrumar as coisas, pra quando chegar clientes vender. Mais como eu sou um bom vendedor, eles excluíram essa parte de serviço de limpeza, então agora já é mais vendas. E com isso, eu já me identifiquei bastante com o serviço e atualmente, eu posso dizer que eu e meu colega somos os principais vendedores aqui da loja, os que mais se destacam em vendas. (Jackson⁸⁷, Pesquisa de Campo, 2016).

Os trabalhadores transmigrantes, em sua jornada cotidiana para assegurar seu emprego, necessitam realizar tarefas bem diversificada, que na maioria das vezes, os distanciam de suas atribuições, ou seja, se o indivíduo é contratado como Operador de Caixa, isso não assegura que esse trabalhador executará apenas atividades pertinentes à sua função no estabelecimento. Esse trabalhador carecerá efetivar outras atribuições, diferentes da sua função, como, por exemplo, realizar a limpeza do estabelecimento, organizar o almoxarifado, realizar vendas e, é claro, atender no caixa.

Essas observações se concretizam por meio de relatos dos entrevistados, anunciando como o processo de precarização e flexibilização do trabalho se implementa nesses estabelecimentos comerciais em Lethem, na Guiana.

⁸³ Márcia (nome fictício)

⁸⁴ Taís (nome fictício).

⁸⁵ Cristina (nome fictício).

⁸⁶ Paulo (nome fictício).

⁸⁷ Jackson (nome fictício)

Conforme os relatos, a maioria desses trabalhadores migrantes, visando assegurar sua sobrevivência e incrementar a renda, desenvolvem atividades extras em seus próprios trabalhos e, em alguns casos, complementam a renda com trabalhos alternativos, aproveitando os horários de folga de Lethem para no Brasil realizar atividades que gerem uma renda extra, para garantir e incrementar seu sustento e de sua família.

- E2: [...] Assim... quando eu entrei aqui eu fiz o concurso pela Prefeitura de Bonfim, pra trabalhar como vigilante. Aí eu passei, assim (pausa)... quando entrei em dezembro de 2010 aqui em Lethem. Aí em março de 2011 me chamaram pra trabalhar pela Prefeitura de Bonfim, e agora, eu trabalho de dia aqui e a noite lá. E u t^levando assim, trabalhando nos dois lugares. (Paulo⁸⁸, Pesquisa de Campo, 2016).

- E8: [...] até porque agora eu tenho dois trabalhos. O meu patrão trouxe um outro chinês, e ele vende câmeras de alta definição. Então eu vendo, e quando for necessário o serviço de instalação, sou eu que faço aqui, em Lethem, em Bonfim e em Boa Vista. Aí instalo câmeras também. Então são salários diferentes também. (Jackson⁸⁹, Pesquisa de Campo, 2016).

- 11: [...] lá na loja onde eu trabalhava, eu aproveitava para vender meus produtos da Natura, Avon e da Jequití. Esses produtos eram meus, aí eu ganhava esse dinheiro por fora. (Cristina⁹⁰, Pesquisa de Campo, 2016).

Com relação à questão salarial dos trabalhadores brasileiros na cidade de Lethem, durante a realização desse estudo nos preocupamos em entender se existe uma padronização salarial aplicada nos estabelecimentos comerciais entre brasileiros e guianenses e em que moeda esses trabalhadores recebiam seus rendimentos.

Nesse sentido, nos utilizamos desse encadeamento de relatos para compreender como se processam tais situações. Assim, perguntamos aos entrevistados como se efetiva o pagamento dos trabalhadores transmigrantes, e se, existe alguma diferença salarial e de moeda para brasileiros e guianenses?

- E1: [...] olha aqui os guianenses tem a carteira assinada, paga os impostos que tem que pagar, e depósito em conta, tem todo um processo de que é guianense, pra poder tá legal, trabalhando na empresa. Porque hoje em Lethem o governo exige isso também. [...] Assim, o salário é feito uma escolha pelo próprio empregado né, tipo assim, aqui a moeda local que predomina é pra ser o dólar guianense, que é a moeda do país, mas como aqui também, quem comanda o comércio é o real, que é os brasileiros quem compram, daí você escolhe se quer receber em real ou dólar guianense. Normalmente aqui a empresa paga o dólar guianense só pra quem realmente mora aqui, paga as contas aqui, mas como eu sou brasileiro, eu

⁸⁸ Paulo (nome fictício)

⁸⁹ Jackson (nome fictício).

⁹⁰ Cristina (nome fictício)

optei pelo real né, que eu uso tudo lá no Brasil. [...] O salário é feito por quinzena. Você trabalha quinze dias e você recebe, mas aí você pode optar também, por mensalmente também. (Alexandre⁹¹, Pesquisa de Campo, 2016).

- E2: [...] aqui eu recebo em real. É escolha minha. [...] Aqui na loja não tem contrato de trabalho não, nada disso, nem brasileiro nem guianense. Pra mim a única diferença é que os guianenses recebem em dólar. [...] E quando sai do emprego, também não tem direito. Aqui eu recebo por semana. (Paulo⁹², Pesquisa de Campo, 2016).

- E3: [...] Bom aqui na loja eu recebo duas moedas né. Recebo em dólar e real. O meu salário eu recebo em real, e o vale-alimentação eu recebo em dólar guianense. O pagamento é feito mensal. [...] Olha não tem diferença salarial entre brasileiros e guianenses não é tudo igual. É o mesmo salário (Daniela⁹³, Pesquisa de Campo, 2016).

- E4: [...] eu recebo tanto em real como dólar guianense né. O meu salário eu recebo em real mesmo, e aí recebo um vale-alimentação que eles pagam em dólar guianense. Eles pagam a alimentação do dia fora parte. Assim, eles dão logo pro mês todo. Entendeu... Mas isso varia viu, é uma opção do empregado. A gente pode pegar por quinzena ou por mês. [...] Assim, o salário pago para o brasileiro é diferente do salário pago para o guianense devido o câmbio né. Eles recebem um exato valor, por causa se eles receberem o mesmo valor que a gente, eles vão receber muito mais. Porque você camba o dólar deles e dá quase o nosso salário entendeu... Isso varia de local. [...] Mas nem eles nem nós temos carteira assinada não viu. (André⁹⁴, Pesquisa de Campo, 2016).

- E5: [...] aqui eu tenho carteira assinada sim. Mas não é comum isso ocorrer aqui em Lethem não. Não é todo lugar que fazem isso. [...] Olha eles pagam em moedas diferentes sim. Eu acho isso injusto né, pagar em real porque sai pouco... Mas, se você pagar em dólar e você faz o câmbio VOCÊ GANHA MAIS. Isso! (Marcia⁹⁵, Pesquisa de Campo, 2016).

Esses depoimentos esclarecedores revelam que o pagamento do salário é realizado na moeda brasileira, o real, para os trabalhadores brasileiros, e em dólar guianense para os trabalhadores regionais. Conforme esclarecido, essa é uma decisão que varia muito de um local para o outro.

A sequência desses relatos esclarece ainda que, o período de pagamento do salário pode variar de um estabelecimento para outro, a depender do acordado entre empregado e empregador, ou seja, mensalmente quando se efetua o pagamento do salário ao final do mês da prestação de serviço, quinzenalmente, quer dizer, a cada quinze dias esses trabalhadores recebem parte de seu salário, e ainda, semanalmente quando a remuneração ocorre ao final da semana trabalhada,

⁹¹ Alexandre (nome fictício).

⁹² Paulo (nome fictício).

⁹³ Daniela (nome fictício).

⁹⁴ André (nome fictício).

⁹⁵ Márcia (nome fictício)

independente do trabalhador ser de nacionalidade brasileira ou guianense.

Nesse sentido, como o prazo de pagamento do salário pode ser negociado, não se pode indicar, se é melhor receber por mês, quinzena ou semana.

No entanto, é importante mencionar, que dentre os estabelecimentos comerciais de Lethem que foram pesquisados, não existe, ou não percebemos, nenhum tipo de parâmetro com relação aos salários adotados, o que implica dizer que esses vencimentos pagos nessas instalações não seguem nenhuma orientação. Quer dizer que cada empregador estipula em seu estabelecimento as remunerações e as condições por eles adotadas, de acordo com sua conveniência.

Para ratificar tais aferições, nos valem das narrativas apresentadas a seguir, para melhor compreensão dessa questão:

- E4: [...] Eu recebo meu salário bruto, que é mil reais, em moeda guianense. Isso varia muito por local. Vamos supor, eu sou vendedor, então eu recebo um salário, ela é caixa e recebe um, tem o gerente e ele recebe outro. [...] e, eu acho que essa loja é uma das melhores lojas daqui de Lethem, como é que eu quero falar pra você... Assim né, que dão qualidade de trabalho pra gente. Até o valor do salário aqui é melhor do que em muitas lojas grandes tá. (André⁹⁶, Pesquisa de Campo, 2016).

- E2: [...] Quando comecei a trabalhar aqui, meu salário era quatrocentos e quarenta reais. Hoje eu recebo aqui na loja mil e duzentos reais. [...] Há cinco anos eu vim prá cá procurar emprego. (Paulo⁹⁷, Pesquisa de Campo, 2016).

- E5: [...] o salário daqui da empresa onde eu trabalho é oitocentos e quarenta, em real né. Agora vai sair oitenta mil dólares guianenses. Esse é o salário que eu recebo aqui. (Márcia⁹⁸, Pesquisa de Campo, 2016).

- E6: [...] Meu salário aqui na loja é setecentos reais. Mas antes eu recebia menos. Agora meu patrão melhorou meu salário. (Taís⁹⁹, Pesquisa de Campo, 2016).

- E7: [...] Aqui meu salário é de mil e duzentos reais. Depende do esforço do funcionário. Hoje temos funcionários guianenses, e ganham hoje setecentos e cinquenta e oitocentos reais. [...] Depende do desenvolvimento da pessoa. Mas em atendimento os brasileiros se destacam muito mais. (Marcos¹⁰⁰, Pesquisa de Campo, 2016).

- E8: [...] Não existe um salário específico. Nas lojas que eu conheço aqui na Guiana, de início eles começam pagando cento e vinte por semana. [...] Eu recebo cento e oitenta reais por semana, mas eu já sou mais antigo né. (Jackson¹⁰¹, Pesquisa de Campo, 2016).

⁹⁶ André (nome fictício).

⁹⁷ Paulo (nome fictício).

⁹⁸ Marcia (nome fictício).

⁹⁹ Taís (nome fictício).

¹⁰⁰ Marcos (nome fictício).

¹⁰¹ Jackson (nome fictício).

- E9: [...] Meu salário hoje aqui na loja é mil e duzentos reais. É isso que eu recebo aqui. (Douglas¹⁰², Pesquisa de Campo, 2016).

- E1: [...] hoje tenho um salário, vamos dizer fixo que não é ruim, comparado ao Brasil, fora uma comissão que ainda ganho. Meu salário aqui é oitocentos reais. Eu considero um salário bom. (Alexandre¹⁰³, Pesquisa de Campo, 2016).

Nessa sequência de relatos, verifica-se a existência de uma variação salarial, significativa, praticada nesses estabelecimentos comerciais, de acordo com as funções existentes em Lethem. Desse modo, a prática dessa 'oscilação salarial', parece ser uma estratégia pertinente adotada pelos empregadores locais.

Essas narrativas aos poucos vão descortinando as condições que esses trabalhadores encontram ao transpor essa fronteira para o trabalho, sem contrato efetivo, sem documentação, sem carteira assinada e sem nenhuma garantia trabalhista.

Seriam então essas situações, indicações que nessa transfronteira Brasil/Guiana, possivelmente estaria se efetivando deslocamentos compulsórios - pelo fato de não ser desejado e de não ser concedida outra opção a esses indivíduos -, dessa força de trabalho? Realidades como essas necessitam ser instigadas com o objetivo de motivar estudos que favoreçam a compreensão do mundo do trabalho, bem como, das relações por elas suscitadas na descoberta das contradições dessas realidades.

Experiências dessa natureza fundamentam a configuração da precarização, da flexibilização, da exploração e da mobilidade do trabalho humano, ou seja, de processamentos que desestruturam os direitos do trabalhador, e que cada vez mais adquirem impulso para invalidar seus proveitos. Assim, entendemos que o modo de produção capitalista continuamente se reproduz, assegurando contextos próprios para sua existência, como podemos observar nessa região de fronteira.

Em nosso estudo, o contexto de labor na fronteira, o qual pleiteamos, pretendeu retratar essa mobilidade laboral transfronteiriça, essa condição de "ir e vir", essa movimentação cotidiana em região limítrofe, de maneira a revelar as dinâmicas, as vivências, as articulações desse território e a maneira de coabitar desses habitantes.

Finalmente, defendemos que, de acordo com Anjos *et al.* (2013, p.212), nas

¹⁰² Douglas (nome fictício).

¹⁰³ Alexandre (nome fictício).

áreas de fronteira manifesta-se um panorama diferenciado das demais localidades nacionais, de modo que o contexto econômico nessas regiões é singular, capaz de promover uma conexão própria aproximando os países vizinhos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades fronteiriças de Bonfim e Lethem possuem uma dinâmica de “ir e vir” muitas vezes concebida pela lógica do comércio contemporâneo. Precisamente, os sujeitos, assim como o aprendizado proveniente das vivências experimentadas nesse contexto, são ignorados no processamento de políticas, sobretudo, no que se refere às possibilidades de desenvolvimento regional da fronteira do Brasil/Guiana.

Importante mencionar que esses trabalhadores transmigrantes, ao deixarem seu país em direção a outro, efetivam uma mobilidade diária e contínua que está sendo impulsionada pela contextura econômica. Essa condição da “mobilidade laboral” não surge como uma escolha, mas sim como uma ‘exigência’ do mundo capitalista e como meio de sobrevivência nessa região periférica da Amazônia.

Desse modo, é necessário estar alerta ainda assim ao entendimento, aliás, muito constante de que uma prática não possa se cumprir de maneira simultânea “espontâneo-obrigatória”, dito de outra forma, nessa região fronteiriça surgem interações que estão sendo instituídas como resultância das dinâmicas observadas nesse espaço geográfico - inacabadas e inconstantes -, em razão da coexistência desses acontecimentos e suas particularidades.

Nessa cidade, não existem medidas que padronizem as condições laborais dos trabalhadores brasileiros, como também dos guianenses. Os brasileiros que trabalham em Lethem não possuem nenhum tipo de contrato formal de trabalho, que regulamente suas atividades, mais precisamente, ocorre apenas um controle de frequência, ou seja, uma espécie de ‘combinado verbal’ entre empregado e empregador, que torna essa relação de trabalho nessa transfronteira contraditória e complexa.

Dessa maneira, com a inexistência de um contrato de trabalho, não se estabelece de forma precisa às atribuições que o trabalhador deverá realizar, dando margem para o cumprimento de múltiplas tarefas em sua jornada laboral diária. Portanto, é justamente nesse contexto que emergem situações de superexploração do trabalho, pois esses empregados realizam inúmeras atividades ao mesmo tempo, excedendo em várias oportunidades, às dez horas de trabalho diárias.

Esses trabalhadores por necessidade e receio de perder seu emprego, se submetem a essas condições de trabalho, são compelidos, podendo se prejudicar e

comprometer sua ocupação. São eventos dessa natureza que revelam a multiplicidade dessa realidade e das relações entre trabalhadores e empregados, escancarando uma prática tão presente nessa região de fronteira.

Em Lethem (Gy), esses trabalhadores transmigrantes estão submetidos à alta exploração e a condições extremamente precárias de trabalho, configurando uma situação típica das relações de trabalho no contexto do capitalismo neste século XXI, ou seja, um cenário de precarização e flexibilização sem nenhuma regulamentação dessas relações trabalhistas.

Durante o período de execução desse estudo, não constatamos quaisquer indicação ou mesmo registro, que confirmasse a existência de um controle das horas de trabalho excedidas, quer dizer, uma espécie de banco de horas extras. Importante mencionar ainda, que em Lethem os contratantes 'chineses' e 'guianenses', preferem não admitir trabalhadores de nacionalidade brasileira, vez que, priorizam a admissão de guianenses em seus estabelecimentos comerciais. Quando muito, admitem apenas um trabalhador para assegurar a comunicação com seus clientes brasileiros.

Outra questão recorrente nas afirmativas dos entrevistados é o fato da rigurosidade dos contratantes chineses com seus trabalhadores. Os chineses pagam os menores salários, exigem mais horas de trabalho e não permitem, por exemplo, a folga semanal, assim como, não concedem férias aos seus empregados. Nesse contexto, o benefício da folga semanal e das férias, por exemplo, são possibilitadas somente por empregadores brasileiros que viabilizam essa vantagem a seus trabalhadores.

Em geral, os comerciantes brasileiros privilegiam em seu quadro de funcionários, um número maior de trabalhadores transmigrantes de nacionalidade brasileira, como também, são os contratantes que mais proporcionam 'benefícios trabalhistas', ainda que atribuídos de maneira informal.

Desse modo, os trabalhadores brasileiros quando buscam oportunidade de trabalho em Lethem, preferencialmente, optam pelos estabelecimentos comerciais de brasileiros. Embora os empregadores brasileiros tenham consciência da não obrigatoriedade do cumprimento de nenhuma garantia trabalhista desses indivíduos em Lethem, adotam por iniciativa própria, uma prática salarial e de concessões, semelhantes as praticada, por exemplo, no Brasil.

Por meio de dados resultantes dessa pesquisa, é possível inferir que em Lethem, efetivamente, não se pratica nenhuma padronização salarial, ou seja, os estabelecimentos contratam, delegam as funções e estipulam os salários praticados nos estabelecimentos, de acordo com suas conveniências e necessidades, de forma aleatória, sem levar em consideração nenhuma norma reguladora local, se é que existe.

Os salários estabelecidos em Lethem oscilam muito. Em determinada loja, um vendedor recebe um salário de R\$ 600,00 (seiscentos reais), mas em outra loja, bem ao lado, esse mesmo trabalhador, realizando as mesmas atribuições, recebe um salário de R\$ 800,00 (oitocentos reais). O mesmo ocorre com os caixas, pois em determinado local é paga uma remuneração de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e em outro estabelecimento um colaborador recebe, para efetivar a mesma atividade, um salário de R\$ 1.000,00 (mil reais). Assim ocorre essa dança salarial, sem nenhuma normalização de valores, nem mesmo de atribuições, visto que esses trabalhadores exercem várias atividades simultaneamente em seu dia a dia de trabalho.

Assim, podemos entender que a média salarial praticada de modo geral em Lethem é de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais), quando esses trabalhadores estão em período de “observação”, ou seja, iniciando, e quando chegam ao final de sua experiência, recebem um salário de aproximadamente de R\$ 800,00 (oitocentos reais), quando são efetivados, e, quando conquistam a “confiança” de seus patrões, em casos bem específicos, esse rendimento pode chegar a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais). Podemos dizer que esse seria, em média, um dos melhores salários pagos no comércio de Lethem/Gy.

Nesse contexto, entendemos que essa informalidade à qual são submetidos esses trabalhadores fronteiriços é, por exemplo, o que sustenta esse mecanismo de exploração, promovendo novas possibilidades para o capitalismo, através de procedimentos modernos que fortalecem seu domínio e controlam cada vez mais a sociedade. Destarte, o resultado desse processo é a desumanização e a subordinação do indivíduo trabalhador que, continuamente, necessita ser móvel, flexível, adaptável, isto é, se render a um sistema mundial econômico, para assim, assegurar sua condição laboral e garantir suas necessidades primárias, mesmo que muitas vezes, isso transcorra de forma exploradora e aproveitadora.

Outro aspecto relevante observado com relação ao perfil desses trabalhadores diz respeito a faixa etária, que é de 18 à 42 anos de idade. De modo

geral, esses trabalhadores transmigrantes possuem como grau de escolaridade o ensino médio.

A questão da feminilização é outro ponto importante a ser considerado, pois dentre esses trabalhadores migrantes, aproximadamente 50% era do sexo feminino. A mulher, cada vez mais participa do mercado de trabalho, e essa inserção crescente da mulher no campo do trabalho, se justifica pela junção de fatores de natureza econômica, social e até cultural. Nessa condição, essas trabalhadoras desempenham as mesmas atividades que homens no comércio de Lethem.

Para as mulheres trabalhadoras, o cruzamento da fronteira significa deixar seus filhos sob a responsabilidade de outras pessoas, ficar ausente durante algum tempo, deixar de acompanhar seus filhos, enfim, um enorme sentimento de compunção se apodera dessas trabalhadoras. Entretanto, um traço recorrente nas narrativas das trabalhadoras brasileiras revelou que a conquista da independência e da capacidade de decisão superam as dificuldades necessárias, para assegurar as necessidades básicas da família e dos filhos. Nesse sentido, transpassar a fronteira corriqueiramente para trabalhar, configura para essas mulheres, não somente a superação de dificuldades, mas possui a significação de superação e autossuficiência, atreladas a habilidade de manutenção e enfiamento de condições de pobreza e limitações sociais.

As entrevistas foram realizadas em Lethem por não conseguirmos conciliar um horário oposto para esses trabalhadores concederem seus relatos, visto que trabalham até, aproximadamente, às 14 horas de domingo. Como estratégia, algumas narrativas foram colhidas durante o horário de expediente, com a permissão dos lojistas na cidade de Lethem, com excessão apenas de uma entrevista, que transcorreu em Bonfim.

Normalmente, a folga desses trabalhadores migrantes ocorre nos domingos a tarde. Assim, por conveniência, entendemos não ser justo nos apropriarmos desse “tempo de descanso” para coletar suas narrativas para consubstanciar nosso estudo, fato que explica a efetivação das entrevistas em Lethem.

A pesquisa de campo, foram realizadas no início da semana, especificamente nos dias de segunda, terça e quarta, pois são os dias de menor movimento no comércio de Lethem o que facilitou a pesquisa.

Os entrevistados no transcorrer desse estudo, procuraram apresentar um discurso que amenizasse todas as precariedades as quais são submetidos por meio

das situações impostas à eles, pois, segregados em seu país de origem se viram forçados a enfrentar situações desconhecidas em outro país. Nesse sentido, para esses indivíduos, homens e mulheres, trabalhar em Lethem, na Guiana, surge como uma possibilidade expressa, uma chance de mudar a realidade do desemprego, perante um cenário com poucas alternativas e muitas vezes severa no município de Bonfim/RR.

Esse trabalhador migrante irregular, sem a segurança de seus direitos trabalhistas, por tantas vezes se silencia, mediante essas circunstâncias de trabalho às quais são submetidos no país vizinho, durante a execução de suas atribuições.

Nesse entendimento, podemos indicar que as atividades desempenhadas pelos trabalhadores brasileiros fronteiriços, bem como os demais trabalhadores inseridos no mercado de trabalho de Lethem (Gy), qualificam-se pela prática da precarização e flexibilização do trabalho e dos direitos trabalhistas, constatadas por meio da irregularidade desses trabalhadores, pela forma irregular que os mesmos são admitidos e pela forma precária e temporária que esses indivíduos se sujeitam para assegurar seu sustento.

Esse trabalhador transmigrante, além de trabalhar do lado de lá, também está inserido para o estado local como um trabalhador, ou seja, esse indivíduo ganha a vida trabalhando lá, porém, está do mesmo modo conceituado do lado de cá como um trabalhador. Essas singularidades tornam-se bastante pertinentes, principalmente porque existem limites, que parecem não estar claro no caso dessa região fronteirça entre Bonfim e Lethem.

Certamente essas indagações necessitam de estudos mais aprofundados, que busquem de forma precisa responder a esses questionamentos, e que, em função da própria natureza desse estudo, não alcançamos todas as respostas pertinentes ao fenômeno que hora se desenvolve nesse espaço regional amazônico.

Questões como a superexploração do trabalho, deslocamento compulsório, processo de mundialização do capital, acumulação do capital, desemprego, flexibilização, desregulamentação, precarização enfim, mudanças nas relações e condições de trabalho carecem, portanto, de um enfrentamento por meio de estudos, pesquisas, discussões que tragam a tona essa realidade, como condição inerente a essa dinâmica presente nessa fronteira.

Em nosso estudo, não pretendemos esgotar, obviamente, o assunto da mobilidade humana e das questões do universo do trabalho que se instituem nessa

região. Contudo, é indispensável considerar, que perante a relevância dessa temática tão atual, é imprescindível ampliar explicações e interpretações, tratar a matéria com a urgência que merece.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José L. C. Imigração em territórios fronteiriços. VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA: Mundos sociais: saberes e práticas. Número de série: 302. **Anais...** Lisboa: Universidade de Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, junho de 2008.

_____. A dinâmica das fronteiras: deslocamentos e circulação de “brasiguaios” entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n.31, p.137-166, jan./jun. 2009.

_____. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de Almeida; BAENINGER, Rosana. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. In: BAENINGER, Rosana (Org.). **Migração Internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2013. P. 205 – 221.

ALVAREZ, Gabriel, O. **Trabalhadores migrantes nas fronteiras do Brasil com os países do Mercosul**. 2008.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995. p.09-37.

ANJOS, Jeniffer Natalie Silva do et. al. Contexto e perspectiva socioeconômica da cidade fronteiriça de Bonfim – RR. In: ROSA FILHO, A.; BESERRA NETA, L. C. (Orgs.). **Bonfim: Um olhar peográfico**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: _____. **La Ciudadania Negada**. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo. Buenos Aires: CLACSO- Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p.35-48.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 13ª ed. rev.ampl. São Paulo: Cortez, 2008.

ARAGÓN, Luis E. Aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazônia. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. p.11-38.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; FERREIRA, Verônica Clemente. Terceirização e relações de gênero. In: DAU, D. M.; RODRIGUES, I. J.; CONCEIÇÃO, J. J. (Orgs.). **Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização do debate e perspectivas)**. São Paulo: Editora Annablume; CUT, 2009. p.131-147.

ARRUDA, Aline Maria Thomé. Diferenciação e estereotipificação: libaneses na fronteira Brasil – Paraguai. **Uni. REI. Int.**, Brasília, v.5, n.1/2, p.43-65, jan./dez. 2007.

BAENINGER, Rosana. Notas acerca das migrações internacionais no século 21. In: BAENINGER, R. (Org.). **Migração Internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2013. p.09-22.

BAINES, Stephen G. **A fronteira Brasil – Guiana e os povos indígenas**. Brasília: Série antropológica, 2004.

_____. Indianidade e nacionalidade na fronteira Brasil - Guiana. **Revista de Estudo e Pesquisas**, Brasília, FUNAI, v.1, n.1, p.65-98, jul. 2004.

_____. A fronteira Guiana – Brasil e etnicidade entre povos indígenas. **Revista Brasil do Caribe**, Goiânia, v. VII, n.13, p.197-210, jul. 2006.

_____. Povos indígenas na fronteira Brasil – Guiana e os projetos de integração econômica. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.65, n.1, jan. 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.66- 83.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

_____. Sobre a geopolítica e a ciência na Amazônia. **Cadernos de História da Ciência**, Instituto Butantan, v.4, n.2, p.109-132, jul./dez. 2008.

_____. **Manual do candidato: geografia.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

BRASIL. **Lei nº 8.256, de 25 de Novembro de 1991.** Cria áreas de livre comércio nos municípios de Boa Vista e Bonfim, no Estado de Roraima e dá outras providências. Brasília, DF: D.O.U., 26/11/1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L8256.htm>. Acesso em 20 mai. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.918, de 9 de abril de 2009.** Denomina Ponte Prefeito Olavo Brasil Filho a ponte sobre o Rio Tacutu, na BR-401, Km 120, no Município de Bonfim, no Estado de Roraima. Brasília, DF D.O.U., 13/04/2009. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/230877/lei-11918-09>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

BRASIL, **Lei nº 6.634, de 02 de Maio de 1979.** Dispõe sobre a Faixa de Fronteira e altera o Decreto de Lei nº 1. 135 de 03/12/1970, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6634.htm>. Acesso em: 26 de jan.2016.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.** Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2010.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada.** Tradução Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2003.

CARDOSO, Nelson Ari; MOURA, Rosa; CINTRA, Anael Pinheiro de Uchôa. Dossiê: população, mobilidade e arranjos espaciais no censo de 2010. Mobilidade transfronteiriça. **Caderno IPARDES**, v.2, n.2, p.35-50, jul./dez. 2012.

CARDOZO, Maria José Pires Barros. A produção flexível e a formação do trabalhador: o modelo da competência e o discurso da empregabilidade. In: SOUSA, A. A.; ARRAIS NETO, E. A.; FELIZARDO, J. M.; CARDOZO, M. J. P.; BEZERRA, T. S. A. M. (Orgs.). **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores.** Fortaleza: Senac/Ceará; Edições UFC, 2008. p.170-178.

CARICOM – Mercado Comum e Comunidade do Caribe. Disponível em: Disponível em: <<http://www.caricom.org/>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

CASTIGLIONI, Aurélia H. Migração: Abordagens teóricas. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NEAU/UFGPA, 2009. p.39-60.

CASTLES, Atephen; MILLER, Mark J. **La era de la migración**. Movimientos internacionales de población em el mundo moderno. Tradução Luis Rodolfo Morán Quiroz. México: Miguel Ángel Porrúa, 2004.

CATTANI, Antonio David. A vida precária: bases para a nova submissão. In: CATTANI, A. D.; DÍAZ, L. M (Orgs.). **Desigualdades na América Latina**: novas perspectivas analíticas. Traduzido por Ernani Ssó. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p.51-71.

CAVALCANTE, Flávia Costa. O processo migratório na Amazônia vinculado à mobilidade pelo trabalho – o caso da UHE de Tucuruí. X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 20 a 26 de março de 2005. **Anais...** Universidade de São Paulo, 2005.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. As fronteiras na era da globalização e os novos rumos da Geografia Política. **Sociedade e Território**, Natal, v.24, n.2, p.209-222, jul./dez. 2012.

CHESNAIS, François. Mundialização do capital e jogo da lei da população inerente ao capitalismo. In: SOUSA, A. A.; ARRAIS NETO, E. A.; FELIZARDO, J. M. CARDOZO, M. J. P.; BEZERRA, T. S. A. M. (Orgs.). **Trabalho, capital mundial e formação dos trabalhadores**. Fortaleza: Editora Senac/Ceará; Edições UFC, 2008. p.11-44.

CORBIN, Hisakhana. Migração Internacional e desenvolvimento: O caso da Guiana. In: ARAGÓN, L. E. (Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFGPA, 2009. p.163-184.

COSTA, Edmilson. **A globalização e o capitalismo contemporâneo**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

COSTA PINTO, L. A. A Transição e os seus Padrões. In: _____. **Desenvolvimento Econômico e Transição Social**. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1978. p.09 – 31.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. In: CUNHA, José Marcos Pinto da. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o**

seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP, 2011. p.7-17.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em Geografia. **Revista Perspectiva Geográfica**, UNIOESTE, v.19, n.10, p.1-25, 2014.

FLORES, Sara María Lara. **Migraciones de trabajo y movilidad territorial.** México: Miguel Ángel Porrúa, 2010.

FREITAS, Patrícia Tavares de. Bolivianos(as) por entre oficinas de costura na cidade de São Paulo: novos aspectos da dinâmica migratória no século 21. In: BAENINGER, R. (Org.). **Migração Internacional.** Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2013. p.77-102.

GALVÃO, Andréia. **Marxismo e movimentos sociais.** In: VI Seminário Lutas e Resistência. Londrina, 2010.

GAUDEMAR, Jean-Paul. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital.** Lisboa: Estampa, 1977.

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Revista Estudos Avançados**, USP, v.11, n.29, p.311-340, jan/abr. 1997.

GUIA GEOGRÁFICO AMÉRICA. Mapa Político da Guiana. **Guia Geográfico América**, s./d. Disponível em: <<http://www.guiageo-americas.com/mapas/guiana.htm>> Acesso em: 05 jun. 2015.

GUTIÉRREZ, Alicia B. Estratégias, capitais e redes: elementos para a análise da pobreza urbana. In: CATTANI, A. D.; DÍAZ, L. M. (Orgs.). **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas.** Traduzido por Ernani Ssó. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p.13-49.

GUYANA TIMES. Língua Portuguesa no Ensino Secundário das Escolas da República da Guiana. **Ventos da Lusofonia**, 23/10/2013. Disponível em: <<https://ventosdalusofonia.wordpress.com/2013/10/23/lingua-portuguesa-no-ensino-secundario-das-escolas-da-republica-da-guiana/>> Acesso em: 05 jun. 2016.

HEIDEMANN, Heinz Dieter. Deslocamentos Populacionais e mobilidades fictícias: a razão feiticizada do migrante e do seu pesquisador. In: SILVA, Sidney Antonio

(Org.). **Migrações em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: EDUA, 2010. p.15-34.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, n.16-17, p.139-156, 2001/02.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Estimativas de população para 1º de julho de 2015. **IBGE**, 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 17 jun. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Mulheres e Trabalho: breve análise do período de 2004 – 2014. Nota Técnica N.º. 24, de 03/03/2016. **IPEA**, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=27317:nota-tecnica-2016-marco-numero-24-disoc&directory=1>. Acesso em: maio de 2016.

JAKOB, Alberto Augusto Eichman. A migração internacional na Amazônia Legal brasileira e na metrópole de São Paulo nos anos 2000. In: BAENINGER, R. (Org.). **Migração Internacional**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2013.

JARDIM, Antônio de Ponte. Reflexões sobre a mobilidade pendular. In: OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Orgs.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LIMA, Marcos Costa; LEITE, Maria de Jesus de Brito. A questão do espaço, das fronteiras no Norte do Brasil: Amazônia. In: LYRA JÚNIOR, A. A. (Org.). **Governabilidade e fronteira**: os desafios amazônicos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012. p.15-41.

MALHEIROS, Jorge. O transnacionalismo dos migrantes e a cooperação descentralizada: aspectos prometedores de uma internacionalização desenvolvida a partir da base. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Centro

Scalabriniano de Estudos Migratórios, Brasília, Ano XX, n.39, p.142-148, jul/dez. 2012.

MANREZA. O fantástico mundo de Lethem. **Manreza**, 02/03/2012. Disponível em: <<http://www.manreza.com.br/ser/2012/03/o-fantastico-mundo-de-lethem/>> Acesso em: 13 jul. 2016.

MAPSOF. Guyana Regions English - Guyana Maps. **Mapsof**, 2016. Disponível em: <<http://mapsof.net/guyana/guyana-regions-english>> Acesso em: 04 jun. 2016.

MARCANO, Elvia Jimenez. **La construcción de espacios sociales transfronterizos en Santa Helena de Uairem (Venezuela) y Villa Pacaraima (Brasil)**. 1996. Tese (Doutorado em Estudos Comparativos sobre a América Latina e o Caribe) – Universidade de Brasília, UnB/FLACSO, Brasília, 1996.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: SADER, Emir S. (Org.). Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar neste verão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004

_____. **Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENESES, Antonio Vaz de. **Cultura de fronteira Brasil/Guiana: festas**. Boa Vista, 2014. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Universidade Federal de Roraima – UFRR, 2014.

MENEZES, Marilda Aparecida da. **Migrações e Mobilidades: Repensando Teorias, Tipologias e Conceitos**. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo et al. (Orgs.). Migrações: implicações passadas, presentes e futuras. Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p.21-42.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs). **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

NETO, Pedro Fagundes. Uma faixa de fronteira internacional norte do Brasil: uma análise comparativa entre dois pares de cidades-gêmeas de Roraima: Pacaraima (Brasil)/ Santa Elena (Venezuela) e Bonfim (Brasil) / Lethem (Guiana). ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2005. p.4816-4837.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitárias? **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v.1, n.2, p.27-41, dez. 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de; BAINES, Stephen Grant. **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Ed. UnB, 2005.

OLIVEIRA, José Aldemir de. Gente em movimento: migração no contexto regional da Amazônia. In: SILVA, S. A.; (Org.). **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: EDUA, 2010. p.165-180.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas migratórias na Amazônia contemporânea**. 2014. 340f. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, UFA, Manaus, 2014.

OLIVEIRA, Roniel Vitor de; BETHONICO, Maria Barbosa de Magalhaes. Fatores históricos de ocupação e evolução demográfica do município de Bonfim – RR. In: ROSA FILHO, A.; BESERRA NETA, L. C. (Orgs.). **Um olhar peografico**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013. p.123-138.

OIM. Organización Internacional para las Migraciones. Constitución de la Organización Internacional para las Migraciones. 2013. Disponível em http://www.iom.int/files/live/sites/iom/files/AboutIOM/docs/iom_constitution_sp.pdf. Acesso em: 03 abr. 2015. a Organização Internacional das Migrações (OIM), em 2015,

PADILHA, Beatriz; ORTIZ, Alejandra. Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e desafios. **Revista Internacional da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XX, n.39, p.159-184, jul./dez. 2012.

PATARRA, Neide L. Migrações Internacionais. Os blocos econômicos e a mobilidade mundial de mão-de-obra. **São Paulo em Perspectiva**, v.16, n.02, p.112-124, 2002.

PEREIRA, Mariana C. **A ponte imaginária**: o trânsito de etnias na fronteira Brasil-Guiana. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Centro de Pesquisa e

Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre América Latina e Caribe (CEPPAC), Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

_____. Processos Migratórios na fronteira Brasil-Guiana. **Estudos Avançados**, v.20, n.57, p.209-219, 2006.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **O Fetiche do emprego**: Um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa. Belém: NAEA, 2012.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006. p.59-73.

PÓVOA-NETO, Helion. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual: novos desafios para análise. **Experimental**, n. 2, p.11-24, mar. 1997.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.20, n.57, p.197-206, mai./ago. 2006.

_____. Configuração migratória no lugar Guyana: Uma análise da migração na tríplice fron Brasil-Venezuela_Guianateira. In: Luis E. Aragón (Org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009, 223 - 236 – 184.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SEPLAN/RR – Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. **Informações Sócioeconômicas do Município de Bonfim – RR**. 2ª ed. Boa Vista: DIEP – Divisão de Estudos e Pesquisas, 2012.

_____. **Informações Socioeconômicas do Município de Bonfim – RR**. 4ª ed. Boa Vista: DIEP – Divisão de Estudos e Pesquisas, 2014.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Migrantes Maranhenses nas terras paulistas. In: SILVA, S. A. (Org.). **Migrantes em contextos urbanos**: uma abordagem interdisciplinar. Manaus: EDUA, 2010. p.35-40.

SILVA, Sidney Antonio da. Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar. In: SILVA, S. A (Org.). **Migrantes na cidade de Manaus: perfil, percurso migratório e mobilidade intraurbana**. Manaus: EDUA, 2010. p. 147 – 164.

SIMÕES, Sulamita Oliveira. **Dinâmicas das cidades-gêmeas da fronteira Guyana (Lethem) Brasil (Bonfim) e a questão aduaneira/tributária**. 2014. 197f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Universidade Federal de Roraima, UFRR, Boa Vista, 2014.

SKYSCRAPERCITY. Ponte Bonfim/Lethem (Brasil/Guiana Inglesa) - Com conversor de mão. **SkyscraperCity**, 2005. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=864564>> Acesso em: 05 jun. 2016.

SOUSA, Ana Lúcia de. **A reforma educacional brasileira da década de 1990: crítica à opção preferencial pela mercantilização do ensino**. 2004. 215f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Paulo, 2004.

SPRANDEL, Marcia Anita (Org.). **Direito dos trabalhadores migrantes: convenções internacionais, protocolos adicionais e leis e decretos**. Coleção documentos de bolso, nº 03. Manaus: UEA, 2007.

_____. **Brasileiros na fronteira com o Paraguai**. Estudos Estudos Avançados, São Paulo, v.10, n.57, p.137-156, mai./ago. 2006.

SUFRAMA (Org.). **Áreas de Livre Comércio de Boa Vista e Bonfim**. Diagnóstico Socioeconômico e Proposta para o Desenvolvimento. Vol. 6. 1ª ed. Manaus: Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais – SUFRAMA, 2014.

UFRR. Mapa do Estado de Roraima. **Laboratório de Métricas da Paisagem, Departamento de Geografia**, s./d. Disponível em: <<https://ufrr.br/mepa/phocadownload/geograficos/roraima2.jpeg>> Acesso em: 05 jun. 2016.

VICHICH, Nora Pérez. Las políticas migratorias regionales y los derechos de los trabajadores: perspectivas e desafíos. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (Orgs.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. p.107-126.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Guiana e Suriname: uma outra América do Sul**. Brasília. Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

WAIBEL, Leo. **Capítulo da geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.